



UNIVERSIDADE
E D U A R D O
MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA

MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Dissertação de Mestrado

Política Agrária e Qualidade Institucional na Governação dos Investimentos na Agricultura na Província de Gaza: Análise da adequabilidade do Programa SUSTENTA para a integração dos Agricultores Familiares entre (2020-2022)

Júlio Suali Amade

Cidade de Maputo, Dezembro de 2023

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA

Mestrado em Ciência Política

Dissertação de Mestrado

Política Agrária e Qualidade Institucional na Governação dos Investimentos na Agricultura na Província de Gaza: Análise da adequabilidade do Programa SUSTENTA para a integração dos Agricultores Familiares entre (2020-2022).

Mestrando: Júlio Suali Amade

Dissertação realizada sob a orientação de:

Supervisor: Prof. Doutor Eduardo J. Siteo

Júlio Suali Amade

Cidade de Maputo, Dezembro de 2023

Política Agrária e Qualidade Institucional na Governação dos Investimentos na Agricultura na Província de Gaza: Análise da adequabilidade do Programa SUSTENTA para a integração dos Agricultores Familiares entre (2020-2022)

Dissertação avaliada como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Ciência Política na especialidade de Governação no Departamento de Ciência Política e Administração Pública da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

O Júri

O Presidente	O Supervisor	O Oponente	Data
_____	_____	_____	____/____/____

ÍNDICE GERAL

LISTA DE TABELAS E FIGURAS.....	i
LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES	ii
LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIGLAS.....	iii
AGRADECIMENTOS	v
Dedicatória.....	vi
RESUMO	vii
ABSTRACT.....	ix
CAPÍTULO I.....	1
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Contextualização da Pesquisa.....	4
1.2. Problema de Pesquisa	5
1.3. Questão de Pesquisa	8
1.4. <i>Hipótese:</i>	9
1.5. Justificação da Pesquisa.....	9
1.6. Objectivos da Pesquisa.....	12
1.6.1. Objectivo Geral.....	12
1.6.2. Objectivos Específicos	12
CAPÍTULO II	13
2. Conceptualização.....	13
3. REVISÃO DA LITERATURA	19
3.1. Políticas Agrárias de apoio ao Sector Familiar em Moçambique	19
CAPÍTULO III.....	27
4. QUESTÕES METODOLÓGICAS E DESENHO DE PESQUISA.....	27
4.3. Métodos de Pesquisa	30
4.6. Limitações do Trabalho	32
3.3. Quadro Teórico e Analítico	33
3.3.1. Abordagem da análise da Economia Política (PEA) aplicada a relação entre a Política e Agricultura.....	33
3.3.2. Economia Política, Regras Informais de Jogo e Actores Institucionais no Programa SUSTENTA.....	34
CAPÍTULO IV	37
5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	37
4.1. Política Agrária na Província de Gaza e dinâmicas dos actores locais.....	37

4.2.	Avaliação do Processo de Implementação do Programa SUSTENTA.....	42
4.3.	Descrição da filosofia do Programa SUSTENTA na relação entre os Pequenos Agricultores Familiares com os Pequenos Agricultores Comerciais Emergentes.	48
4.4.	Percepções dos pequenos agricultores familiares quanto à funcionalidade da filosofia do Programa SUSTENTA.....	53
4.4.1.	Factores e custos de produção nos investimentos do Programa SUSTENTA e seu impacto nos pequenos agricultores familiares	55
4.4.2.	Dimensão das limitações da filosofia do Programa SUSTENTA face ao objectivo de melhorar a segurança alimentar e nutricional das famílias em Gaza	65
4.5.	Impacto do Programa SUSTENTA na renda familiar.....	69
4.6.	Impacto do Programa SUSTENTA no Emprego.....	70
5.	CONCLUSÃO E SUGESTÕES PARA INVESTIGAÇÃO FUTURA.....	74
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77
	ANEXOS.....	82
	APÊNDICES	87

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

LISTA DE TABELA

Tabela 1. Ciclo programático do SUSTENTA nacional.....	11
Tabela 2. Classificação das Explorações	17
Tabela 3. Operacionalização dos conceitos mais importantes para responder às questões de investigação.....	27
Tabela 4. Métodos de análise e fontes de evidência	29
Tabela 5: Fontes de rendimento por áreas de residência em Moçambique	72

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Estrutura agrícola do SUSTENTA	6
Figura 2. Implementação - arranjos institucionais	36
Figura 3. Mapa de Ocupação do Regadio do Baixo Limpopo – Província de Gaza.....	39
Figura 4. Canal de rega no perímetro do RBL, Distrito de Xai-xai, Gaza. Retirada no dia 11 de Março de 2023	41
Figura 5. Componentes do Programa SUSTENTA	43
Figura 6. Campos agrícolas de arroz com usos da mecanização e com membros de associações, Distrito de Chókwè, província de Gaza. Retirada no dia 15 de Março de 2023.	48
Figura 7. Pequeno agricultor familiar perto da sua machamba, Distrito de Xai-xai, Província de Gaza. Retirada no dia 13 de Março de 2023.....	51
Figura 8. Pequenos agricultores no acto de lançamento da semente local, Distrito de Xai-Xai, Província de Gaza. Enviada pelo PACE local, no dia 16 de Março de 2023 ...	53
Figura 9. Insumos agrícolas depositados nos armazéns dos PACEs no Distrito de Xai-xai na Província de Gaza - campanha 2020-2021. Enviada pelo PACE local no dia 13 de Março de 2023	58
Figura 10. Trator e grades adquiridos no âmbito do Programa SUSTENTA na campanha 2020-2021, no Distrito de Chókwè, Província de Gaza. Retirada no dia 15 de Março de 2023	59
Figura 11. Pequenos agricultores fazendo a preparação manual para o transplante de arroz no Distrito de Chókwè, Província de Gaza. Enviada pelo Extensionista local no dia 22 de Março de 2023.	63
Figura 12. Agricultores nos campos de cultivo na Associação Samora Machel, na província de Gaza. Retirada no dia 31 de Março de 2023.	68

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1. Lista de entrevistados	83
Anexo 2. Receitas Mensais - IOF 2019/2020	86

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice 1. Guião de Entrevista para os Pequenos Agricultores Familiares (PAs)	88
Apêndice 2. Guião de entrevista para Pequeno Agricultor Comercial Emergente (PACE)	92
Apêndice 3: Guião de Entrevista para UNAC; OMR e outros Experts	93

LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIGLAS

ADVZ	Agência do Vale do Zambeze
ARPONE	Associação de Regantes do Ponela
CAADP	Programa Integrado de Desenvolvimento da Agricultura em África
CAIC	Complexo Agroindustrial de Chókwé
CRM	Constituição da República de Moçambique
DNDAF	Direcção Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar
DFID	Agência Britânica de Cooperação para o Desenvolvimento
EBA	Modelo Avaliativo e Regulador de Negócio na Agricultura
VER	Estratégia de Revolução Verde
ESAN	Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional
EvalNet	Rede de Avaliação para o Desenvolvimento
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação
FDD	Fundo de Desenvolvimento do Distrito
FNDS	Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável
GdM	Governo de Moçambique
HICEP-EP	Hidráulica de Chókwé – Empresa Pública
HLM	Lianfeng Mozambique Company
IAI	Inquérito Agrário Integrado
IFAD	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
IOF	Inquérito Sobre Orçamentos Familiares
INE	Instituto Nacional de Estatística
MASA	Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar
MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MCC	Millennium Challenge Corporation
MIA	Moçfer Food Industry (Moçfer Indústrias Alimentares)
MozNorte	Projecto de Resiliência Rural do Norte de Moçambique
MozRural	Programa de Economia Rural Sustentável
MITADER	Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural
OMR	Observatório do Meio Rural
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PA	Pequeno Agricultor
PAEI	Política Agrária e Estratégia de Implementação
PPI	Plano Prospectivo Indicativo
PRE	Plano de Reabilitação Económica
PACE	Pequeno Agricultor Comercial Emergente
PODA	Plano Operacional de Desenvolvimento Agrário
PEDSA	Plano Estratégico do Desenvolvimento do Sector Agrário

PIB	Producto Interno Bruto
PITTA	Programa Integrado de Transferência de Tecnologias Agrárias
PNISA	Plano Nacional de Investimentos no Sector Agrário
PNMA	Plano Nacional de Mecanização Agrária
PARPA	Plano para a Redução da Pobreza Absoluta
PQG	Plano Quinquenal do Governo
PROPESCA	Programa de Promoção da Pesca Artesanal
PROAGRI	Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura
PROMER	Programa de Promoção de Mercados Rurais
PRODEL	Programa de Desenvolvimento Económico Local
PROIRRI	Programa de Desenvolvimento de Irrigação Sustentável
PROSUL	Programa de Desenvolvimento de Cadeias de Valor
RBL-EP	Regadio do Baixo Limpopo – Empresa Pública
SDAE	Serviços Distritais de Atividades Económicas
SPAE	Serviços Provinciais de Atividades Económicas
SUSTENTA	Programa de Integração da Agricultura Familiar em Cadeias de Valor Produtivas
UNAC	União Nacional dos Camponeses
WAAD	Wanbao African Agricultural Development
WFP	Programa Mundial da Alimentação

AGRADECIMENTOS

Agradeço acima de tudo a Deus por me ter facilitado mais uma etapa.

No âmbito da elaboração deste trabalho foram vários locais que pude chegar sem imaginar que um dia poderia lá estar. Justamente por conta disso, será difícil exprimir o meu profundo agradecimento a todos os que me ajudaram na realização desta Dissertação. Mesmo assim, não deixaria de reconhecer o contributo que me foi prestado, e por isso, vão os meus agradecimentos para todos os que de forma direta e indireta contribuíram para o sucesso deste trabalho. De forma particular, agradeço ao Doutor Amílcar Frederico Pereira pelo encorajamento e apoio prestado ao longo do percurso da realização do Mestrado e por me ter despertado os horizontes na problematização dos processos de governação, a si vão os meus profundos agradecimentos. Igualmente, agradeço ao Prof. Doutor Orlando Quilambo, e a Profa. Doutora Amália Alexandre Uamusse, pelo apoio da reitoria no âmbito da minha formação ao nível do Mestrado. Ao meu supervisor, Prof. Doutor Eduardo Siteo, pelos ensinamentos, comentários e discussões que mantivemos e pela forma didática como fez anuência as minhas solicitações no processo da elaboração desta Dissertação. Aos meus docentes do Departamento de Ciência Política e Administração Pública, nomeadamente: Prof. Doutor José Jaime Macuane, ao Prof. Doutor Egídio Guambe pelo acompanhamento, ao Prof. Doutor Eduardo Chiziane, ao Prof. Doutor Salvador Forquilha ao Prof. Doutor Sérgio Chichava e ao Prof. Doutor Domingos do Rosário pelos conhecimentos. Aproveito o apanágio, para agradecer o apoio do corpo técnico e administrativo do Departamento de Ciência Política e Administração Pública: a dona Celestina, e o sr. Serafim pela prontidão e na garantia do bom ambiente de aprendizagem.

Reconheço igualmente o apoio profissional do Engenheiro Cesar; Engenheiro Rogério e do Engenheiro Celestino ambos afetos no RBL-EP, aos Extensionistas, Vicente, Vanildo Muzime, e todos os coordenadores do Programa SUSTENTA na província de Gaza. Finalmente, mas não menos importante, agradeço a Shelsea Ngove pelo companheirismo, aos meus colegas de longa data, dr. Abdul Tavares, dr. Benet Justina, dra. Berta Bunguele, dra. Amália Munguambe, dr. Francisco Cossa, e dr. Jossias Jordão e ao meu grande amigo e entusiasta dr. Euclides Munguambe. Aos meus irmãos, Amade Suale, Helena Suale, Justino Suale, e Constância Suale, o meu muito obrigado.

Dedicatória

À Samira, ao Daniel, à Ocaisse, ao Nader e à Marlene, meus sobrinhos queridos!
Aos meus pais, Suale e Marlina.

RESUMO

Este estudo visa avaliar a eficiência, em termos de maximização dos resultados e a eficácia na maximização do impacto social e económico do processo de implementação do Programa SUSTENTA na Província de Gaza. É com base nisso que esta pesquisa, seguindo a preocupação do Governo de Moçambique de atingir a segurança alimentar e nutricional das famílias camponesas através do aumento da produção e da produtividade do sector agrícola, pretende analisar se a medida adoptada pelo Governo com vista a obtenção dos resultados pretendidos foi eficaz ou não. Este programa preconiza, dentre vários outros aspectos, o direccionamento dos apoios do Governo aos agricultores comerciais emergentes – PACEs e a vinculação dos pequenos agricultores familiares a estes últimos, com o fim de se beneficiarem dos apoios do Governo canalizados pelo Programa SUSTENTA. Entretanto, mesmo que o SUSTENTA se constitua a preocupação do Governo, a teoria de mudança usada que é o PACE, não está clara e nem evidente com vista a obtenção dos resultados pretendidos. Ora porque o programa usa os extensionistas, ora porque utiliza a agro-indústria, o que leva consigo o problema da eficiência e da eficácia do programa. Portanto, em termos do perfil e dos padrões do PACE, não está claro se a estratégia do SUSTENTA é usar os mesmos ou não para garantir a integração das famílias camponesas. Em síntese, juntamente com o meu supervisor, desenvolvi a seguinte pergunta de investigação: “*De que forma é assegurada a integração dos pequenos agricultores familiares no Programa SUSTENTA adoptado pela agenda governamental na Província de Gaza entre 2020 e 2022?*”. Neste trabalho foi usada a metodologia baseada na análise de dados qualitativos, visando compreender as experiências e perspectivas das pessoas a partir do seu próprio ponto de vista, de modo a chegar a uma teoria fundamentada. A teoria emerge desse modo dos dados e não apenas o contrário, passando da mera descrição para a interpretação e análise. Neste estudo foram realizadas 36 entrevistas: 10 com pequenos agricultores comerciais, 20 com pequenos agricultores familiares (estes seleccionados 2 ou 3 por cada pequeno agricultor comercial a que estão vinculados); 2 com os Técnicos do SUSTENTA na Província de Gaza, 1 com o OMR; 1 com a UNAC, e uma sessão conjunta composta por 1 Coordenador Sénior do SUSTENTA no FNDS e 1 Chefe do Departamento de Planificação da Agricultura Familiar- DNDAF, do Ministério da Agricultura para além de 3 sessões de grupos focais. Adicionalmente às entrevistas, fez-se observação participante, e presença em 1 sessão de divulgação pública dos resultados de avaliação do SUSTENTA (estudos de OMR) com vários informantes-chave e análise crítica do discurso feito aos documentos sobre o SUSTENTA. Os dados foram analisados através dos códigos indutivos (das entrevistas) e os códigos dedutivos (da teoria e do guião de entrevistas) onde foram extraídos, categorizados e descritos na pesquisa. Posteriormente, as descrições dos códigos e dos dados relacionados, foram comparados para procurar semelhanças e diferenças das respostas que foram examinadas e as suas contradições. Finalmente, os códigos foram conceptualizados, ligando-os à teoria para

tirar conclusões. Como ferramenta teórico-analítica o trabalho adoptou a abordagem da Análise da Economia Política (PEA) que se centra na análise e compreensão das estruturas de poder existentes, as regras informais existentes e os interesses (financeiros) dos vários intervenientes do programa SUSTENTA que articulam exigências com o Governo e determinam e ou contestam a formulação de políticas públicas, a atribuição de recursos e distribuição dos seus efeitos. Os resultados obtidos revelaram que o Programa SUSTENTA, ao nível da Província de Gaza, não descortinou instâncias em que os pequenos agricultores familiares se beneficiassem, efectivamente dos apoios concedidos pelo Governo aos agricultores comerciais emergentes, ou seja, o “efeito expansionista” projectado não foi atingido satisfatoriamente. O estudo concluiu que a filosofia adoptada pelo Programa SUSTENTA, em termos de perfil e padrões dos pequenos agricultores, não facilita a integração dos mesmos nas cadeias de valor produtivas. Com efeito, os pequenos agricultores familiares, não se beneficiaram do Programa SUSTENTA, tanto em termos dos apoios concedidos pelo Governo, ou seja, os insumos expectáveis: semente melhorada, adubos, fertilizantes, entre outros, como em termos da sua percepção do impacto do Programa SUSTENTA.

Palavras-chave: *Programa SUSTENTA, Pequenos Agricultores Familiares, Pequenos Agricultores Comerciais Emergentes, Resultados e Impacto.*

ABSTRACT

This study aims to evaluate the efficiency, in terms of maximizing results and the effectiveness in maximizing the social and economic impact of the process of implementing the SUSTENTA program in Gaza Province. It is on this basis that this research, following the concern of the Government of Mozambique to achieve food and nutritional security for peasant families through increasing production and productivity in the agricultural sector, aims to analyze whether the measure adopted by the Government with a view to obtaining intended results was effective or not. This program advocates, among several other aspects, the targeting of Government support to emerging commercial farmers – PACEs and the linking of small family farmers to the latter, in order to benefit from Government support channeled through the SUSTENTA program. However, even if SUSTENTA is the Government's concern, the theory of change used, which is PACE, is neither clear nor evident with a view to obtaining the intended results. Sometimes because the program uses extension agents, sometimes because it uses agro-industry, which brings with it the problem of the program's efficiency and effectiveness. Therefore, in terms of PACE's profile and history, it is not clear whether SUSTENTA's strategy is to use them or not to guarantee the integration of peasant families. In summary, together with my supervisor, I developed the following research question: “How is the integration of small family farmers ensured in the SUSTENTA Program adopted by the government agenda in Gaza Province between 2020 and 2022?” In this work, the methodology is based on qualitative; data analysis was used aiming to understand people's experiences and perspectives from their own point of view, in order to arrive at a grounded theory. Theory thus emerges from the data and not just the other way around, moving from mere description to interpretation and analysis. In this study, 36 interviews were carried out: 10 with small commercial farmers, 20 with small family farmers (2 or 3 selected for each small commercial farmer to which they are linked); 2 with SUSTENTA Technicians in Gaza Province, 1 with OMR; 1 with UNAC, and a joint session composed of 1 Senior Coordinator of SUSTENTA at FNDS and 1 Head of the Family Agriculture Planning Department - DNDAF, of the Ministry of Agriculture in addition to 3 focus group sessions. In addition to the interviews, participant observation was carried out, and presence in 1 public dissemination session of the SUSTENTA evaluation results (OMR studies) with several key informants and critical analysis of the discourse made on the documents about SUSTENTA. The data was analyzed using inductive codes (from the interviews) and deductive codes (from the theory and interview guide) where they were extracted, categorized and described in the research. Subsequently, descriptions of codes and related data were compared to look for similarities and differences. Finally, the codes were conceptualized, linking them to theory to draw conclusions.

As a theoretical-analytical tool, the work adopted the Political Economy analysis (PEA) approach, which focuses on the analysis and understanding of political, economic and social forces, that is, groups and individuals, that articulate demands with the government as they determine and/or contest the formulation of public policies, the allocation of resources and the distribution of their effects. The results obtained revealed that the SUSTENTA Program, at the level of the Gaza Province, did not uncover instances in which small family farmers actually benefited from the support granted by the Government to emerging commercial farmers, that is, the projected “expansionist effect” was not satisfactorily achieved. The study concluded that the philosophy adopted by the SUSTENTA program in terms of profile and standards does not facilitate the integration of small family farmers into productive value chains. In fact, small family farmers did not benefit from the SUSTENTA Program, both in terms of the support granted by the Government, that is, the expected inputs: improved seed, fertilizers, among others, and in terms of their perception of the impact of the Program SUSTENTA.

Keywords: *SUSTENTA Program, Small Family Farmers, Emerging Small Commercial Farmers, Results and Impact.*

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO

A falta de sistemas alimentares sustentáveis e a garantia do direito à alimentação adequada tem sido um problema crítico que afecta a todos. No contexto de África, o impacto da insegurança alimentar e o garante do direito fundamental humano a alimentação, esta associada à exposição à seca e outros eventos extremos (FAO, 2019). Como resultado disso, os países classificados como sensíveis à seca na África Subsariana apresentam níveis de prevalência da subnutrição, embora, existe a implementação de programas de ajuda humanitária e de emergência e inovações relativas ao desenvolvimento rural, com vista a garantir a alimentação adequada.

Ainda que os esforços do Programa Mundial de Alimentação (WFP) e outros actores que trabalham em práticas sustentáveis para eliminar a insegurança alimentar e garantir o direito humano fundamental à alimentação, em África, a materialização do objetivo “fome zero” que visa não só “erradicar a fome”, mas também “garantir o acesso de todas as pessoas a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano” e erradicar todas as formas de malnutrição, a definição de programas e de mecanismos de desenvolvimento rural mais integrados para as famílias camponesas ainda são um desafio para garantir meios de subsistência sustentáveis (FAO, 2019).

Embora, a Constituição da República de Moçambique (CRM) reconheça a agricultura como base de desenvolvimento nacional, algumas famílias camponesas são afectadas pela desnutrição e insegurança alimentar. Por causa das diferenciações agro-geológicas das regiões Norte, Centro e Sul de Moçambique, a questão da política agrária esta relacionada com a garantia da segurança alimentar e nutricional das famílias camponesas. Assim, a precipitação é geralmente menor no Sul, mas numa base irregular, por isso a ênfase na política de gestão de água. Relativamente no norte do país, onde há ocorrência de mais precipitação, e as acções em termos de programas centram-se na escolha e plantio de culturas que tragam elevada produtividade (Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação as Mudanças Climáticas, 2013).

Todavia, para além da introdução de melhores culturas para aumentar a segurança alimentar, são necessárias mais intervenções em termos de programas para levar a segurança alimentar e a nutrição para as famílias camponesas. Por exemplo, em Moçambique grande parte das intervenções para a garantia da segurança alimentar é feita através da disponibilidade e acessibilidade dos alimentos.

Entretanto, o país, é caracterizado por uma economia agrícola que apresenta, de entre outros problemas, deficiente política agrícola, uma fraca governação e aplicação do quadro político existente, que inibem o funcionamento equitativo e eficaz dos mercados,

dos factores de produção, a coordenação vertical das cadeias de valor produtivas e a competitividade dos mercados na questão de produção de produtos agrícolas (MCC, 2021). Neste sentido, deve-se criar um programa intersectorial, isto é, um conjunto de políticas que combinem: o seguro agrícola; a prioridade à produção interna; incentivo à pesquisa pública que esteja associada a uma política efectiva de assistência técnica; uma política de crédito; incentivo a formação de cooperativas de produção e de comercialização (FAO, s/d).

O Programa SUSTENTA (2020-2024) tem como objectivo principal, o aumento da receita agrícola familiar para o mínimo necessário para superar a linha da pobreza de consumo alimentar. As políticas agrícolas de integração das famílias camponesas em cadeias de valor produtivas devem garantir que um programa inclusivo deve conter várias medidas prioritárias que devem ser implementadas para garantir acesso à alimentação, valorização da agricultura familiar e geração de renda. Com efeito, precisa-se montar uma ampla rede de políticas públicas permanentes voltadas para a agricultura familiar, gerando alimentos, renda e empregos nas áreas rurais. Mas estas intervenções também trazem outras implicações negativas, por um lado, a desintegração entre os agricultores familiares e os agricultores orientados para o mercado, e por outro lado, a falta de clareza da teoria de mudança usada pelo Programa SUSTENTA para apoiar a agricultura familiar.

Usando a abordagem da teoria fundamentada como método de análise de dados e a análise crítica do discurso, é feita neste trabalho uma avaliação da implementação da política agrária do SUSTENTA e relacionada com os dados empíricos adquiridos no terreno. A partir daí, surgem conclusões que podem eventualmente contribuir para qual deveria ser o melhor desenho do Programa SUSTENTA que facilitaria a integração dos pequenos agricultores familiares nas cadeias de valor tal como definido pelo Programa SUSTENTA.

Para explorar o tema sobre Política Agrária e Qualidade Institucional na Governação dos Investimentos na agricultura na Província de Gaza: Análise da adequabilidade do Programa SUSTENTA para a integração dos Agricultores Familiares entre (2020-2022), é formulada a seguinte questão de investigação: *De que forma é assegurada a integração dos pequenos agricultores familiares no Programa SUSTENTA adoptado pela agenda governamental na Província de Gaza entre 2020 e 2022?*

Esta pesquisa explora a eficiência em termos de resultados e a eficácia em termos de impacto do Programa SUSTENTA junto dos pequenos agricultores familiares na Província de Gaza. Usando o Programa SUSTENTA (2020-2024), a literatura existente sobre políticas agrárias em Moçambique, análise crítica do discurso, e a sua relação com experiências de trabalho de campo, o propósito essencial desta pesquisa é de analisar

a adequabilidade do Programa SUSTENTA para assegurar a integração dos pequenos agricultores familiares na Província de Gaza seguindo a preocupação do Governo de Moçambique de atingir a segurança alimentar e nutricional das famílias camponesas através do aumento da produção e produtividade do sector agrícola.

Esta investigação é relevante em vários domínios. Em primeiro lugar, esta investigação realça a influência que a política agrária pode desempenhar na garantia do bem-comum através dos apoios concedidos pelo Governo para as famílias camponesas vinculadas aos agricultores comerciais e emergentes. A investigação acerca das influências do SUSTENTA em termos de resultados e impacto nos meios de subsistência dos pequenos agricultores familiares pode, em última análise, melhorar os limitantes do Programa SUSTENTA em termos de dimensão das percepções dos apoios do programa para as famílias camponesas. Desta forma, a investigação contribui para a relevância social. Para além da relevância social, há também a relevância científica neste estudo.

A relevância científica reside na contribuição desta pesquisa para a compreensão da complexidade existente na inter-relação entre o PACE e o PA em termos de perfil de quem se beneficia dos apoios do Programa SUSTENTA. A combinação da relevância académica e social torna esta investigação adequada para o campo dos estudos de governação.

Este estudo, resulta do tratamento dos dados recolhidos através da metodologia qualitativa por meio de entrevistas semi-estruturadas e observação (participante) e sessões de grupos focais, estudo de caso, a narração de estórias, e o uso do método da teoria fundamentada para a análise de dados num total de 36 entrevistas: 10 com pequenos agricultores comerciais, 20 com pequenos agricultores familiares (estes selecionados 2 ou 3 por cada pequeno agricultor comercial a que estão vinculados); 2 com os Técnicos do SUSTENTA na Província de Gaza, 1 com o OMR; 1 com a UNAC, e uma sessão conjunta com 1 Coordenador do SUSTENTA ao nível do FNDS e 1 Chefe do Departamento de Planificação da Agricultura Familiar na DNDAF. Para além das entrevistas, foram feitas 3 sessões de grupos focais, na província de Gaza e finalmente foi feita a revisão da literatura sobre políticas agrárias em Moçambique.

Em termos de estrutura, para além da introdução, o trabalho encontra-se organizado da seguinte forma: em primeiro lugar, faz-se uma breve contextualização da pesquisa, seguindo-se os objectivos que se ramificam em geral e outros específicos por cada capítulo do trabalho; em terceiro lugar, descreve-se a metodologia aplicada e as limitações do trabalho onde apresenta-se o quadro teórico, da pesquisa que é a abordagem da Análise da Economia Política (AEP) na relação entre a política e agricultura, que explica a articulação das relações de poder numa sociedade onde as regras do jogo e as disposições institucionais formais e informais operam em volta da

política na agricultura. Em quarto lugar, apresenta-se a análise e discussão dos resultados obtidos fundamentados pelas entrevistas e por último, uma estrutura de apêndices e anexos composta pelos instrumentos de colecta de dados, lista dos entrevistados, e um quadro de rendimentos dos agregados familiares – IOF 2019/2020.

Contudo, os resultados do trabalho na dimensão de eficiência e eficácia do Programa SUSTENTA, constataram que o Programa SUSTENTA esta mais virado para beneficiar agricultores comerciais mais ricos e não o bem-comum. E existe uma “gap” entre as famílias camponesas, e agricultores comerciais emergentes em termos de relações de poder e em termos de perfil de quem deve se beneficiar dos apoios. Essas relações de poder dos dois (2) lados do Programa SUSTENTA – agricultores comerciais emergentes e pequenos agricultores familiares, exclui estes últimos no acesso aos apoios do Governo direcionados aos agricultores comerciais emergentes a si vinculados, através dos apoios canalizados para o programa.

1.1. Contextualização da Pesquisa

Moçambique aderiu em 2003 ao programa da União Africana para o Desenvolvimento da Agricultura “*The Comprehensive African Agriculture Development Program (CAADP)*”, comprometendo-se a alocar pelo menos 10% do Orçamento Geral do Estado ao sector agrário. O CAADP passou a priorizar quatro (4) pilares de desenvolvimento, nomeadamente: (i) o aumento da área cultivável e eficácia na gestão dos recursos hídricos; (ii) melhoramento de infraestruturas no meio rural relacionadas com o comércio e acesso aos mercados; (iii) aumento dos alimentos, redução da fome e respostas as crises de emergência alimentar; e (iv) melhoria da investigação agrícola e adopção das tecnologias.

Todavia, a cerca de 25% do Produto Interno Bruto (PIB) entre 2010-2021, o sector agrário é um sector chave na economia Moçambicana. Contudo, o sector agrário registou uma baixa taxa de crescimento anual (3%) entre 2010-2021 e, é caracterizado por uma baixa produtividade associada principalmente ao baixo uso de insumos melhorados (MADER, 2017). No entanto, somente 11% dos produtores usaram sementes melhoradas na campanha agrícola 2019-2020, 5% usaram fertilizantes, 4 % usaram irrigação, e 1% usaram pesticidas e herbicidas.

Além disso, a agricultura familiar é vista como o subsistema predominante no país e dele depende mais de 70% da população moçambicana para a sua subsistência, sendo, assim, a base para a segurança alimentar. Na sua maioria, este tipo de agricultura é praticado em regime de sequeiro, com recurso à força de trabalho manual e doméstica, baixo nível de uso de agro-químicos e maquinaria (Achicala, Lampeão *et. al.* 2016).

Outro aspecto é que mais de 80% da área total cultivada em Moçambique é para produção de comida e apenas 6% para culturas de rendimento (Achicala, Lampeão *et. al.* 2016) e, o sistema de escoamento da produção, a cadeia de comercialização agrária, o sistema de armazenamento e a indústria de transformação dos produtos agrários são extremamente deficitários, havendo necessidade urgente de respostas para que o sector se desenvolva de forma integrada (Valá 2007; Castel-Branco 2008). Adicionalmente, a cobertura dos serviços de extensão agrária é insuficiente e a sua ligação com os serviços de investigação e inovação é inadequada. Ademais, a predominância da agricultura de subsistência impõe limitações físicas, não só da área cultivável, como também da produção que pode ser alcançada.

Portanto, não constitui surpresa que o Governo de Moçambique (GdM) tenha optado em implementar o Programa Compreensivo de Desenvolvimento de Agricultura em África (CAADP) e Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA) assim como o respectivo Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário (PNISA) e do Plano Operacional de Desenvolvimento Agrário (PODA 2015 – 2019) e, mais recentemente, o Programa SUSTENTA que visa estimular a economia rural através do desenvolvimento de cadeias de valor sustentáveis, com base agrícola e florestal que definem a transformação acelerada e sustentável do sector agrário para a redução da pobreza e da insegurança alimentar e nutricional como seus objetivos fundamentais (MITADER, 2018).

1.2. Problema de Pesquisa

A análise do Programa SUSTENTA – programa nacional de integração da agricultura familiar em cadeias de valor produtivas, permite refletir em volta da “teoria de mudança” utilizada por este programa. O uso do PACE – pequeno agricultor comercial emergente como estratégia do SUSTENTA supostamente para a melhoria das condições de vida dos agricultores familiares não aparece claro e evidente ao longo da implementação do mesmo. Na verdade, a relação entre os PACE e os pequenos agricultores torna a vida rural difícil para estes últimos, excepto para os grandes empresários que estão dentro do programa. Contudo, com enfoque para os pequenos agricultores familiares, o SUSTENTA, é concebido em 2016 como agenda governamental, visando “a assistência estruturada à família rural” (MITADER, 2018, p. 5).

Portanto, o Programa SUSTENTA, implementado através do modelo de integração (Produtor Agrário Comercial Emergente- PACE), onde os produtores familiares são integrados a um integrador (empresa fomentadora ou produtor semi-comercial/comercial), não demonstra claramente se a sua estratégia é de usar o PACE ou não, se olharmos para o perfil dos beneficiários do SUSTENTA.

A figura a baixo, ilustra a estrutura agrícola, na forma como a mesma pode nos ajudar a aferir quem tem probabilidade ou não de aceder os apoios do Governo:

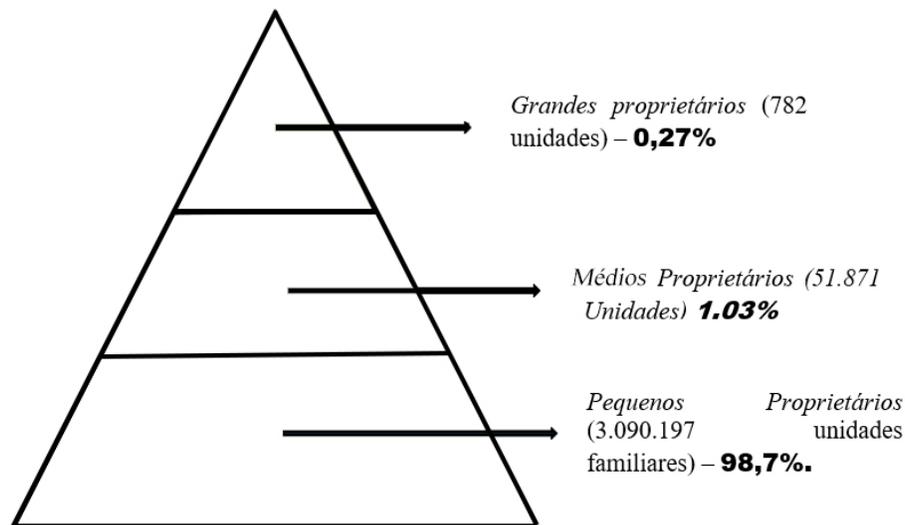


Figura 1. Estrutura agrícola do SUSTENTA

Fonte: Inquérito Agrário Integrado (IAI- MADER, 2020, p.18)

Todavia, a estrutura da agricultura acima, mostra que cerca de 3,9 milhões de famílias rurais praticam agricultura em regime de sequeiro no seu local de residência, em parcelas de terras em média de 1 hectare. A agricultura familiar em Moçambique representa 98.7% das explorações agrícolas do país. Ademais, cerca de 99% da população rural pratica a agricultura familiar que representa 82% da economia rural (Programa SUSTENTA, 2020-2024).

A compreensão desta estrutura agrícola é fundamental para nos permitir analisar por um lado, a interacção dos diferentes actores dessa estrutura agrícola, e por outro lado, a clareza ou não da teoria de mudança usada pelo SUSTENTA. Contudo, no Programa SUSTENTA, a estratégia de integração dos pequenos agricultores olha para três actores: os Extensionistas, os PACE e a Indústria/Empresa. Olhando para os dois lados do SUSTENTA: o PACE e os pequenos agricultores familiares, é possível perceber que em termos de critérios de selecção dos pequenos agricultores familiares, o requisito base é a pré-disposição de produzir numa área entre 1,5ha e 9ha.

Diferentemente dos PACE, que devem: possuir área de produção igual ou superior a 10ha; possuir experiência de produção orientada para o mercado e ser residente ou ter operações no local onde pretende implementar o seu projecto, para além de ter que se cadastrar junto dos serviços distritais de actividade económicas – SDAE.

Nesta relação, percebe-se que os PACEs, em termos de perfil estão numa situação de vantagem se comparados com os pequenos agricultores, que se beneficiam dos apoios

do Governo. Isso mostra que a relação entre os pequenos agricultores e os PACE tem uma desintegração, o que constitui limitação do programa, beneficiando os produtores mais ricos.

Portanto, Segundo Rosário, programas desta natureza, foram sustentados pelo modelo de negócios e comercialização e a maneira como são implementados a nível local, não se destinam a fortalecer as famílias camponesas, mas para consolidar grupos de elite e eliminar a persistência da oposição local contra o partido no poder (Rosário, 2012, p. 15). Tal evidência é constatada com o facto de o Programa SUSTENTA (primeira fase), abrangeu 10 distritos da província de Nampula e Zambézia, a saber: Mecuburi, Laláua, Ribáue, Malema e Rapale, Gurúe, Alto Mócue, Ile, Gilé e Mocuba respetivamente (MITADER, 2018), cujo desempenho do Programa SUSTENTA (primeira fase) não passou por um diagnóstico, ou seja, o Programa SUSTENTA foi expandido sem se fazer a avaliação do enquadramento da abordagem do uso do PACE na sua relação com o PA e na capacidade deste último de se desenvolver na cadeia de valores. Como corolário disso, a agricultura em Moçambique esta na mesma situação que era antes.

O Programa SUSTENTA tem como filosofia a integração dos pequenos produtores nas cadeias de valor através da implementação do modelo de integração (Produtor Agrário Comercial Emergente- PACE) onde os produtores familiares foram integrados a um integrador (empresa fomentadora ou produtor semi-comercial/comercial) e este a uma empresa âncora (Agroindústria nacional) para o processamento e comercialização. Nesta lógica, a predominância da agricultura familiar é intervencionada através da ligação entre os agricultores comerciais que detém uma certa robustez em termos económicos e de capacidade financeira – designado de integrador ou PACE e possui um certo número de pequenos agricultores para a agregação, passando estes últimos a fazer parte do assalariamento rural no processo de produção, com os outros provedores de serviços agrários, neste caso, o sector privado.

Contudo, esta relação é assimétrica, pois, o pequeno agricultor familiar (PA) não tem acesso a tecnologia; possuindo uma baixa produtividade e ocupando uma área cultivada de menos de 1 hectare; não tem literacia financeira; usa baixos insumos para garantir a produção numa situação comparativamente diferente dos pequenos agricultores comerciais emergentes. Por exemplo, os custos com a gradagem, a lavoura, a preparação dos solos, o nivelamento dos solos, o pagamento da taxa de água, os custos com a monda, sementeira, gastos com os trabalhadores sazonais, e gastos com os agro-químicos como adubos, fertilizantes, e demais factores que representam uma limitante por parte do Programa SUSTENTA na parte do agricultor (Glover¹ & Jones, 2016).

Embora, as políticas de ajuda ao sector rural enfatizem a interligação entre a faixa do sector familiar e comercial que já tem alguma ligação com o mercado, não existe

compatibilidade com os sistemas de produção local. Neste sentido, a negligência de longa data do sector familiar, como evidenciado acima, nos coloca uma preocupação neste estudo, na mediada em que o Programa SUSTENTA enfrenta desafios relacionados a exclusão dos pequenos agricultores familiares, por não descortinar instâncias em que os pequenos agricultores familiares se beneficiem, efectivamente, dos apoios concedidos pelo Governo aos agricultores comerciais, ou seja, o efeito expansionista de enquadramento dos pequenos agricultores nas cadeias de valor produtivas não está sendo atingido satisfatoriamente.

1.3. Questão de Pesquisa

A análise da problemática, mostra que por um lado os PACEs, serviriam de âncora para os pequenos agricultores familiares através do processo da sua integração na cadeia produtiva. Por outro lado, existem preocupações dos pequenos agricultores familiares, cujas exigências requerem esforços do Governo para o seu desenvolvimento.

Tal preocupação é resolvida através da implementação de uma estratégia de integração via Produtor Agrário Comercial Emergente- PACE adoptado pelo SUSTENTA para a mudança de vida das famílias camponesas. Todavia, a teoria da mudança usada pelo Programa SUSTENTA através do uso dos PACEs não esta clara ao ponto de se perceber como este programa vai garantir o efeito expansionista para os agricultores familiares. São notórias as limitações que o SUSTENTA apresenta sob ponto de vista dos perfis, que vão desde o baixo acesso a insumos, altos custos de produção, acesso a tecnologia, baixos rendimentos entre outras limitações inerentes aos pequenos agricultores familiares. Com efeito, o programa preconiza o direccionamento dos apoios do Governo aos agricultores comerciais e a vinculação dos pequenos agricultores familiares a estes últimos, com o fim de beneficiarem do apoio do Governo canalizado para o programa.

Entretanto, o Programa SUSTENTA não está a alcançar instâncias, em termos de eficiência e eficácia em que os pequenos agricultores familiares se beneficiem dos apoios concedidos pelo Governo aos agricultores comerciais. Além disso, não aparece claro e evidente no Programa SUSTENTA se a estratégia é ou não de usar os PACEs, se olharmos para o perfil dos mesmos, para além da desintegração entre os PACEs e os pequenos agricultores familiares em termos práticos. Face a esta constatação colocámos a seguinte pergunta de partida:

- *De que forma é assegurada a integração dos pequenos agricultores familiares no Programa SUSTENTA adoptado pela agenda governamental na Província de Gaza entre 2020 e 2022?*

1.4. Hipótese:

- *Talvez, a filosofia do Programa SUSTENTA visa reforçar agricultores comerciais emergentes pois, o perfil dos pequenos agricultores familiares não assegura a sua possível integração no programa, ao contrário dos agricultores comerciais.*

Variáveis do estudo

- ✚ **Variável Independente:** A filosofia do Programa SUSTENTA adoptada pela agenda governamental.
- ✚ **Variável Dependente:** Reforço dos agricultores comerciais emergentes pelo Programa SUSTENTA.

1.5. Justificação da Pesquisa

Em Moçambique cerca de 67% da população reside nas zonas rurais, sendo que 98% desta prática a agricultura familiar, essencialmente de subsistência, que representa 97,8% das explorações agrícolas do país. Na mesma correta dimensão, cerca de 3.9 milhões de pequenos agricultores familiares cultivam em média, numa agricultura de sequeiro cerca de 1.4 hectares por agregado familiar, representando 95% da produção agrícola nacional. Entretanto, a produtividade agrícola é baixa em comparação com a produtividade dos outros sectores. Na agricultura familiar, existem limitantes associadas ao baixo uso de tecnologias melhoradas, falta de capacidade para a irrigação dos campos agrícolas (por meio de uma política de água mais consentânea com os sistemas de rega), baixo uso de sementes melhoradas, falta de acesso ao crédito, baixo acesso a informação sobre os preços dos produtos agrícolas, fraco uso de fertilizantes químicos entre outros. Entretanto, a agricultura familiar tem um peso significativo no Produto Interno Bruto de cerca de 21% nos últimos anos e pela ocupação em média de 86% da mão-de-obra da agricultura familiar no país (MADER, 2021).

Todavia, apesar de o estudo ter sido feito nos mesmos locais onde operam os projectos da Wanbao Africa Agriculture Development (WAADL) na província de Gaza, com as mesmas linhas de actuação com o Programa SUSTENTA (transferência de tecnologia; oferta de insumos, e fomento da produção) através da integração de pequenos agricultores familiares, é preciso salientar que este trabalho visa estabelecer uma interacção com os pequenos agricultores comerciais emergentes para analisar a articulação das exigências entre estes e outras partes interessadas na implementação do SUSTENTA. Foi neste contexto que, este trabalho escolheu o RBL como um dos pontos que ao longo do tempo tem recebido os apoios do Governo e pela necessidade de analisar, sob ponto de vista dos pequenos agricultores familiares do SUSTENTA o grau de satisfação com o programa que elegeu de entre outras culturas, o arroz

produzido nesta região como estratégia na cadeia de valor, através do sistema de contrato, envolvendo uma das maiores associações de produtores na região – Associação de Regantes do Bloco do Ponela - ARPONE.

Igualmente, justifica-se por ser um ponto de referência para estudar a forma de aceder aos benefícios do Governo através do perfil dos pequenos agricultores comerciais emergentes na província de Gaza e a forma de produção adoptada pelo Programa SUSTENTA a vários níveis dos agricultores nesta região, (agricultores familiares, comerciais e os grandes), o que permitirá perceber a dimensão das limitantes dos apoios que os agricultores familiares recebem do Governo ao longo do tempo. Ademais, ao nível do RBL- EP existem alguns PACEs e PAs que já vem superando os seus rendimentos através de trabalhos por contratos de produção, gerando empregos para outros membros dos agregados familiares. Esta lógica permitirá fazer comparações em relação aos rendimentos que os agricultores tinham antes e depois de entrar no Programa SUSTENTA.

Com o estudo pretende-se contribuir para o desenvolvimento da literatura em volta de algumas abordagens de integração de pequenos produtores no enquadramento das políticas nacionais em Moçambique nomeadamente: “Avaliação Intercalar do Programa SUSTENTA (piloto – 2017 -2019)”; “O Modelo SUSTENTA”; “Programa SUSTENTA: Instituições” (Mosca, Capaina & Nova, 2023); “Análise dos progressos, constrangimentos e desafios do programa agrário “SUSTENTA” em Moçambique” (Costa & Castigo, 2021); “Amores e Desamores à volta do SUSTENTA” (Mosca, 2021); “SUSTENTA: algumas considerações sobre o papel estratégico atribuído aos PACE” (Ribeiro, 2021); “Falta de transparência na selecção dos beneficiários do projecto SUSTENTA indica compra de lealdade a nível local” (CIP, 2021); “O Modelo de pequeno agricultor comercial como mecanismo de desenvolvimento rural” (Technoserve, 2018).

Com efeito, o contributo que este trabalho trará ao nível prático e académico, é pelo facto de no debate académico atual tem se levantado preocupações associadas às questões agrárias e também da política na agricultura, segundo as quais, qual é a transformação agrícola possível? Será que os pequenos agricultores vão desaparecer para dar lugar a uma pequena burguesia? ou, será que o Governo vai criar condições para os agricultores familiares? E neste sentido, a contribuição académica deste estudo é no intuito de compreender as abordagens de desenvolvimento adoptadas pelo Governo que vão recair na sociedade como um todo. E isso exige estudar qual deveria ser o melhor desenho do Programa SUSTENTA que facilitaria a integração dos pequenos agricultores familiares nas cadeias de valor tal como definido pelo Programa SUSTENTA em Moçambique.

É notório, que a implementação do Programa SUSTENTA nacional foi transformado numa agenda política cuja estrutura de implementação uniformiza os discursos, regras e procedimentos com vista a legitimação do Governo desde o nível central até ao nível

local do Estado. Teoricamente, este estudo mostra que a dimensão da AEP, na qual são articuladas as exigências e relações de poder em volta das quais se faz o controlo dos recursos do Estado por meio da governação, é importante para entender os interesses de grupos que usam seus interesses para influenciar políticas. Estas exigências, podem estar assentes na análise das motivações e interesses estratégicos dos actores envolvidos no processo de governação e que potencialmente podem influenciar dinâmicas, relações de poder e mudanças políticas.

Isto pressupõe que esta ferramenta teórico-analítica agencia a explicação da maneira como o Programa SUSTENTA está sendo implementado tendo como pressuposto a forma como foi transformado para o âmbito nacional pela agenda governamental.

Finalmente, a escolha da temporalidade (2020-2022), se justifica pelo facto de que com base neste intervalo, o trabalho faz uma comparação das duas (2) últimas campanhas de 2020 – 2021 e a de 2021-2022, procurando entender a filosofia do programa com a primeira fase em termos de aumento da produção e produtividade, numa situação em que o programa está previsto para até 2024 consoante os seus beneficiários definidos, o que permitiu ter o entendimento sobre a continuidade do Programa em Gaza, num contexto onde a atenção dos programas de desenvolvimento está mais virada para o Centro e Norte do país.

Ao longo do trabalho fez-se uma descrição desde a altura em que o Governo lançou o SUSTENTA (primeira fase), o que permitiu fazer uma análise retrospectiva a fim de entender os resultados da implementação do programa:

Tabela 1. Ciclo programático do SUSTENTA nacional

Mês/Ano	Eventos	Etapas Programáticas
06/ 2016	Concepção do Sustenta – primeira fase	Aprovação do Sustenta
11/2016 12/2016	Efectividade do Sustenta	Estabelecimento das unidades de implementação
02/2017	Lançamento do Sustenta – primeira fase	Lançamento do 1º Ciclo Produtivo
05/2018	Balanço do 1º Ciclo produtivo e início da elaboração da política nacional	Aprovação do Programa SUSTENTA como Política Nacional
08/2018 07/2019	Elaborada a Política Nacional	Aprovado o Programa SUSTENTA Nacional
08/2019 – 2020	Lançamento e implementação da política nacional de agricultura familiar/Sustenta	Plano de Acção- campanha 2020/2021

2021 - 2022	Lançamento da ceifa do Arroz – Província de Gaza	Plano de Acção – campanha 2021-2022
-------------	--	-------------------------------------

Fonte: Adaptado do Balanço do Iº Ciclo Produtivo do Sustenta

1.6. Objectivos da Pesquisa

1.6.1. Objectivo Geral

- ❖ Analisar a adequabilidade do Programa SUSTENTA para assegurar a integração dos pequenos agricultores familiares na Província de Gaza entre 2020-2022.

1.6.2. Objectivos Específicos

- ✓ Descrever em função da filosofia do Programa SUSTENTA como é que os pequenos agricultores familiares efectivamente beneficiam-se dos apoios na sua relação com os pequenos agricultores comerciais emergentes na Província de Gaza;
- ✓ Investigar as percepções dos pequenos agricultores familiares e dos diferentes actores quanto à funcionalidade da filosofia do Programa SUSTENTA na sua relação com os pequenos agricultores comerciais emergentes na Província de Gaza;
- ✓ Compreender a dimensão das limitações da filosofia do Programa SUSTENTA face ao objectivo de melhorar a segurança alimentar e nutricional das famílias na Província de Gaza.

CAPÍTULO II

2. Conceptualização

Este capítulo procura desenvolver um modelo conceptual que contém os conceitos da pesquisa. Com efeito, um modelo conceptual efectivo oferece aos leitores a clarificação das componentes da questão de pesquisa e como as mesmas estão interligadas. Assim, o modelo conceptual é desenvolvido a partir de teorias dedutivas, baseadas na literatura e teoria do trabalho. É de referir que a questão de pesquisa deste estudo inclui diferentes conceitos teóricos que indicam as expectativas do pesquisador e guiam a colecta de dados. Por isso, a conceptualização é necessária para a clarificação dos conceitos que estão sendo investigados no estudo, reflecte as ferramentas teóricas e conceitos adoptados no estudo, e providencia a forma de refinar as questões da pesquisa (Hennink et al., 2020).

Os conceitos do quadro teórico que contribuem para responder às questões de investigação são os seguintes: Programa SUSTENTA; pequeno agricultor familiar; e pequeno agricultor comercial emergente. Com base na definição destes conceitos, a pesquisa demonstra o que considera pequeno agricultor, médio agricultor e grande agricultor a fim de perceber como o SUSTENTA assegura a integração dos mesmos na cadeia de valores produtivas. Com efeito, iniciará por discutir a abordagem adoptada pelo Programa SUSTENTA que esta relacionado com a forma como é feito o enquadramento das políticas agrarias ao lidar com os pequenos agricultores e os agricultores comerciais emergentes.

2.1. Programa SUSTENTA

A designação “SUSTENTA” é usualmente técnica. A primeira definição do Programa SUSTENTA é aquela que é encontrada no Relatório de Implementação de Fase 1 – Terra Segura do MITADER. No mesmo Relatório o nome SUSTENTA se define da seguinte forma:

O SUSTENTA consiste num programa de gestão integrada de agricultura e recursos naturais cujo objectivo é promover e facilitar o desenvolvimento rural integrado, com vista a contribuir para a melhoria das condições de vida das famílias rurais, com destaque para a promoção do acesso ao direito de uso e aproveitamento da terra (MITADER, 2018)

Este conceito é fundamental para entender o enquadramento deste programa nas políticas nacionais. No próprio programa “SUSTENTA transformando vidas 2020-2024” encontra-se a definição de que: “o SUSTENTA é uma política nacional de integração da agricultura familiar em cadeias de valor produtivas” (MADER, 2020). Aliado a esta

definição o estudo sobre Avaliação intercalar do Programa SUSTENTA na sua fase inicial publicado por Nova, Capaina e Mosca (2023, p. 2) traz a definição de que:

SUSTENTA é o programa que assenta na selecção de determinado número de Pequenos Agricultores Comerciais Emergentes (PACE), aos quais são concedidos diversos tipos de apoio, assumindo estes o compromisso de disseminarem os seus progressos técnicos (níveis de produção e produtividade) e alargarem a inserção no mercado destes e também dos Pequenos Agricultores (PA).

A definição de Nova, Capaina e Mosca (2023) é elucidativa neste trabalho, uma vez que os autores acima olham para o Programa SUSTENTA como uma política pública no sector agrário. Esta pesquisa adopta além desta perspectiva, a premissa de que o SUSTENTA é uma abordagem de enquadramento das políticas agrícolas nacionais, usando para o efeito, os PACEs como agentes de mudança das famílias camponesas. Com efeito, as políticas agrárias nacionais incluem programas específicos que concorrem para a integração da agricultura familiar (alguns exemplos de programas atuais de referência, para além do SUSTENTA, incluem o PROMER, PRODEL, PROIRRI, PROSUL, PROPESCA, entre outros). Neste sentido, segundo o PEDSA (2021-2030) o Programa SUSTENTA é aquele que faz o fomento das culturas estratégicas, empregando o uso de modelos de integração, como é o caso de Pequeno Agricultor Comercial Emergente (PACE) no aumento da produtividade através da facilidade no acesso aos insumos melhorados, serviços agrários e mercado por parte dos pequenos agricultores.

Ainda de acordo com o MADER, o Programa SUSTENTA é aquele que tem como objectivo melhorar a qualidade de vida dos agregados familiares rurais através da promoção de agricultura sustentável (social, económica e ambiental) e preconiza o financiamento integral de toda a cadeia de valor, com linhas de financiamento específicas para cada produtor em cada cadeia de valor, obedecendo ao modelo de contrato por campanha (MADER, 2020). Nota-se neste conceito que o Programa SUSTENTA é aquele cuja abordagem se centra num modelo de negócio rentável, onde o PACE é o intermediário nas vendas de insumos e serviços aos pequenos agricultores. Portanto, o SUSTENTA toma como teoria de mudança os PACE na expectativa de aumento da produção e produtividade através da mecanização agrária. Com efeito, a definição do conceito de PACE permitirá compreender a sua interligação com os pequenos agricultores.

2.2. Pequeno Agricultor Comercial Emergente (PACE)

A noção de Pequeno Agricultor Comercial Emergente foi desenvolvida pela agência Holandesa TECHNOSERVE na região da Alta Zambézia em Moçambique na produção da cultura de soja. Designado como agricultor emergente, o PACE é um agricultor que já aposta em alguma inovação na actividade agrícola, sobretudo, na utilização parcial de mecanização agrária. Neste contexto, os pequenos agricultores comerciais emergentes se ramificam em dois (2) tipos, a saber: agricultores emergentes beneficiários do programa de transferência de tecnologia e agricultores emergentes não beneficiários do programa de transferência de tecnologia (Rosário, 2021, p. 240-241).

Esta pesquisa foca-se nos agricultores comerciais emergentes que se beneficiam do programa de transferência de tecnologia. Esta tipologia oferece para este estudo a compreensão das habilidades dos agricultores emergentes e a sua forma de se relacionar com os agricultores familiares. Portanto, os agricultores comerciais emergentes beneficiários de programa de transferência de tecnologia são aqueles que para além de se beneficiarem de uma área de produção agrícola, que geralmente serve para a transferência de tecnologia, possuem também suas próprias áreas de produção. Adicionalmente, os agricultores comerciais emergentes praticam um sistema de produção intensivo e irrigado cuja principal finalidade é a produção de excedentes comercializáveis (*Idem*, p. 241).

De um modo grosseiro, os PACE são aqueles que tem uma relação com os investidores, podendo ter assistência técnica e os insumos, cujo sistema de produção tem como finalidade a produção de excedentes para a comercialização. Finalmente, esta categoria apresenta dimensões das unidades de produção, na sua maioria com áreas entre 0,5 a 4 hectares (p. 241). A viabilidade do PACE depende também de factores como: (i) a existência de procura efectiva de mercado; (ii) a capacidade do PACE para poder responder a essa procura com qualidade e a preços competitivos no mercado.

Portanto, no estudo de Rosário (2021) sobre o papel atribuído ao PACE, verifica-se que ainda que o Modelo PACE visa galvanizar os pequenos agricultores familiares a sua volta para o aumento da produção e produtividade, a funcionalidade do mesmo requer factores de forte investimento na figura do PACE. Evidencia-se que os agricultores comerciais que se beneficiam de transferência de tecnologias estão em estreita proximidade com as empresas agrícolas privadas orientadas para a produção de culturas de alto rendimento, e por via disso, elegem-se culturas de rendimento para a agregação dos agricultores com vista a comercialização da produção.

Os PACEs, também designados de “especializados no mercado” são aqueles orientados no comércio e são fortemente dependentes das cooperativas de comercialização, procurando dessa forma, se especializar em cadeias de valor específicas. Ademais, os PACEs são a tipologia de agricultores mais ricos em termos de rendimentos agrícolas e

de volume de negócios, investindo na contratação de mão-de-obra, irrigação e o processamento da produção. Além disso, os PACE são a categoria de agricultores mais escolarizados, o que lhes possibilita melhor acesso aos subsídios, financiamento, e capacitações para o aumento dos seus investimentos orientados para o mercado (Guarína *et al.*, 2020, p. 4).

2.3. Pequeno Agricultor Familiar

A definição do que é “pequeno agricultor familiar” depende das várias determinantes agrárias bem como do contexto onde ele opera. A definição de pequeno agricultor familiar toma em consideração a dimensão da exploração agrícola em termos de número de hectares, a mão-de-obra agrícola, e o efectivo pecuário ou a produção económica, em termos de produtividade. Entretanto, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) para definir o que são pequenos agricultores, combina uma série de indicadores em alguns países em desenvolvimento, tais como o rendimento, a demografia, a tecnologia e o mercado das culturas. Essencialmente, a noção de agricultura familiar segundo a FAO é a de que todos os tipos de unidades de produção de base familiar geridas e exploradas por uma família, e predominantemente dependentes da mão-de-obra familiar, nas actividades de agricultura, pesca, silvicultura, pastorícia e aquacultura, compostos por camponeses, comunidades tradicionais, e pescadores, são definidos como sendo pequenos agricultores familiares (Rossi, 2022, pp 2-3).

Segundo Rossi, os “pequenos agricultores familiares” são definidos em termos de dimensões estruturais e económicas, mas também em relação às condições agrícolas locais. Os mesmos têm acesso limitado a outros recursos de produção, como finanças, conhecimentos e equipamento agrícola, factores que prejudicam a sua capacidade produtiva. O campesinato é a forma de ser dos pequenos agricultores, e é considerado uma estratégia agrícola mais tradicional, baseada num estilo de vida agrário, numa pequena dimensão e numa menor dependência do mercado, tanto para a comercialização como para os factores de produção.

Contudo, outras definições de pequenos agricultores vão além desta classificação meramente económica, reconhecendo que as explorações agrícolas são multifuncionais e multidimensionais, e que a classificação é enriquecida por uma compreensão mais ampla das trajetórias e preferências dos agricultores ou das práticas de gestão ambiental (Guarín, *et al.*, 2020).

Os pequenos agricultores familiares são definidos nessa acepção, como aqueles que apresentam “um sistema de produção baseado em uma agricultura mais tradicional e com irrigação feita de forma manual por canais de rega, destinados para a subsistência, com o uso de instrumentos e meios rudimentares e o baixo uso de insumos industriais”.

Portanto, “a finalidade principal da sua produção é o autoconsumo, mas no caso de existirem excedentes, acabam por vender alguns produtos para comerciantes locais e para a comunidade local” (*Idem*, p. 238). Existe uma outra definição de pequenos agricultores que se refere aos pequenos agricultores como sendo chamados de agricultor do sector familiar autónomo. Assim, devido as suas unidades de produção, que na sua maioria são em média 1 hectare, dispendo de pequenas áreas para a lavoura e para a criação do gado. Este tipo de agricultor, produz culturas que garantem a sua segurança alimentar, tais como: o milho, a couve, o repolho, o feijão, alface e a cenoura. Com efeito, a finalidade da sua produção é o autoconsumo, mas no caso de excedentes, acabam por vender alguns produtos para comerciantes locais e para a comunidade local (*Ibidem*, p. 238).

Nota-se que, embora partilhem algumas características comuns, das quais a dimensão da área de produção é a mais óbvia, nem todas as pequenas explorações agrícolas são iguais. É dentro deste âmbito que a dimensão de género na definição do conceito de pequenos agricultores familiares é importante, porque permite compreender as diversidades em volta dos pequenos agricultores familiares.

Entre as várias medidas da dimensão das explorações agrícolas, como a mão de obra agrícola, o efectivo pecuário ou a produção económica, a mais utilizada é a extensão das terras agrícolas. Nesta definição, o elemento central é a área de produção, onde é definido pequeno agricultor aquele que tem uma exploração com menos de 5ha.

Por exemplo, a classificação das explorações feita pelo Trabalho do Inquérito Agrário, faz uma classificação instrumental atribuída ao PA (limite 1) na forma como considera ser pequeno agricultor, usando os seguintes factores:

Tabela 2. Classificação das Explorações

Fatores	Limite 1	Limite 2
Área cultivada não irrigada (hectares)	10	50
Área cultivada irrigada, pomares em produção, plantações, hortícolas, floricultura (hectares)	5	10
Número de cabeças de gado bovino	10	100
Número de caprinos/ovinos/suíños	50	500
Número de aves	5000	20000
Número de árvores (coqueiros, cajueiros e outras árvores de frutas novas ou em produção dispersa ou em pomares)	149	2000

Legenda: Limite 1: Pequeno Agricultor e Limite 2: Pequeno Agricultor Comercial Emergente

Assim, a definição e a classificação dos agricultores familiares e o seu reagrupamento surge como orientação de determinados programas do Governo. Com efeito, a definição de pequenos agricultores familiares segue uma vertente de agregação dos pequenos agricultores familiares, definindo-os com base nas seguintes variáveis: o aumento das explorações aliadas à área total cultivada; aumento do efectivo pecuário; e aumento da produtividade por hectare das culturas alimentares mediadas pelo sistema de contrato nas médias e grandes explorações. Essa definição, mostra que os pequenos agricultores familiares são os que estabelecem as relações de produção com os outros actores do sector agrícola. Adoptamos para este trabalho o conceito de Guarín, *et al* (2020), segundo o qual, os pequenos agricultores familiares são aqueles que possuem dimensões estruturais e económicas baseados nas técnicas agrícolas locais, possuindo um acesso limitado aos recursos de produção, tais como, acesso ao crédito, conhecimentos e mecanização agrícola.

3. REVISÃO DA LITERATURA

3.1. Políticas Agrárias de apoio ao Sector Familiar em Moçambique

No estudo intitulado: *Políticas agrárias e mudanças na agricultura de Moçambique (1975-2009)* Mosca mostra a preocupação do Estado em fazer o enquadramento dos pequenos agricultores familiares nas políticas nacionais. Tal desiderato não tem sido alcançado devido a descontinuidade das políticas, e conseqüentemente a agricultura se mantém na mesma. De acordo com Mosca:

Ao longo do período estudado [1975-2009], os discursos políticos afirmam ser a agricultura e o meio rural a base do desenvolvimento e o sector prioritário da economia. Em muitos casos, os discursos não são acompanhados por políticas económicas e agrarias capazes de realizar as transformações desejadas e alcançar os objectivos atribuídos à agricultura (alimentar o povo, segurança alimentar, abastecimentos de matérias-primas à indústria e contribuir positivamente para a balança de pagamentos (Mosca, 2012, p. 17).

É dentro deste âmbito que, na agricultura apesar das reformas económicas, assiste-se a uma tentativa de integrar perversamente os pequenos agricultores na economia através da extração de recursos, bem como da concepção de desenvolvimento com base em cadeias produtivas (*Idem*, p. 20). Por isso que, a preocupação com os agricultores comerciais e a marginalização do campesinato sempre esteve presente nas várias políticas agrarias adoptadas em Moçambique. De modo que, os agricultores emergentes poderão a prazo, constituir-se numa classe social com dezenas ou centenas de milhares de camponeses no fomento da sua produção. Assim, para o autor, a questão agraria central em Moçambique é a seguinte: *como reduzir a pobreza e fazer acontecer a transformação estrutural do campesinato e do meio rural, de modo a verificar-se o progresso e a elevação dos rendimentos e da qualidade de vida da população rural?*

A esta questão do autor sobre a descontinuidade das políticas agrarias em Moçambique, adiciona-se neste estudo, a seguinte questão: que tipo de transformação agrária é possível para os pequenos agricultores familiares em Moçambique? Contudo, evidências encontradas no âmbito da adopção do Plano Prospectivo Indicativo – PPI mostram que o desalinhamento dessa política em termos concretos esteve em volta da forma como o Estado lidou com o mesmo. Para Wuyts e O' Laughlin (1981) a questão agrária e a colectivização do campesinato são consequência de um acto de mobilização da produtividade com vista a organização política.

Isto é, em termos ideológicos o PPI visava reforçar a ideologia socialista do Estado Moçambicano, mas enquanto que uma política virada para a agricultura marginalizou o próprio campesinato. Ou seja, o facto de o campesinato ter continuado na sua maioria

a autoalimentar-se dificilmente significa que os camponeses fossem produtores de subsistência (*Idem*, p. 12). Significa que a preocupação com o sector agrário “não é liberar a mão-de-obra, mas absorvê-la na agricultura para evitar o aprofundamento da crise do campesinato”. Esta crise “nas áreas rurais aprofundou-se à medida que as circunstâncias do setor agrícola estatal de Moçambique pioravam ao longo dos anos 80” (Wuyts, 1981, Apud Cabral, 2019).

Portanto, as condições concretas desta fase, não são constituídas pela necessidade de liberar mão-de-obra da agricultura para viabilizar a industrialização. Contudo, as medidas tomadas pelo Programa de Reajustamento Estrutural (PRE) com vista a um sector privado robusto, não tiveram capacidade suficiente para que o sector privado assumisse o lugar do Estado. Consequentemente, de acordo com Cabral (2019, p. 12) os camponeses ficaram sem serviços de mecanização ou mercados organizados para os seus produtos. É de referenciar também que de acordo com a Política Agrária e Estratégia de Implementação (PAEI, 1995) a transformação da agricultura de subsistência para uma agricultura cada vez mais integrada nas funções de produção, distribuição e processamento tendente a alcançar um sector agrário que esteja virado para o abastecimento de excedentes para o mercado esteve em voga nas políticas agrárias do Estado. A Política Agrária e Estratégia de Implementação (PAEI) preconizava os seguintes objectivos: (i) Uso sustentável dos recursos naturais; (ii) Expansão da capacidade de produção e melhoria da produtividade agrária; (iii) desenvolvimento institucional equilibrado; e (iv) desenvolvimento dos recursos humanos. Entretanto, o PAEI não referenciava a questão da comercialização agrícola em termos de acessecibilidade dos diferentes actores do sector productivo.

É dentro deste âmbito que foi implementado o PAEI/95 e assegurar, se desenvolveu o Programa Nacional de Desenvolvimento Agrário (PROAGRI) em duas fases. O primeiro Programa Nacional de Desenvolvimento Agrário, PROAGRI I (1998-2004), que foi direccionado para reformas institucionais no Ministério da Agricultura. A segunda fase, PROAGRI II (2006-2010), centrou-se na consolidação da capacitação institucional.

No caso vertente do PROAGRI (I) concebido em 1998, pretendia melhorar o acesso dos produtores aos serviços agrícolas e financeiros, mas a ênfase no desenvolvimento institucional que este programa preconizava relegou o apoio ao sector familiar. Este programa, olhou apenas para o sector de produção, enquanto que, a comercialização, crédito, e infraestruturas rurais e agro-processamento receberam menor consideração (Mosca, 2016 e Cunguara e Garrett, 2011). Este programa foi descontinuado, até porque, a extensão para o PROAGRI (II) adoptado em 2005, pretendia colmatar as fragilidades do programa anterior, ou seja, o deficit de cobertura do orçamento do Ministério da Agricultura entre outros factores associados a produção de alimentos, e agricultura comercial.

Nisso pode se constatar, segundo os autores, as políticas agrícolas implementadas neste período não foram capazes de criar incentivos consideráveis para o sector dominante de pequenos agricultores familiares servir como uma base para alavancar o sector. O problema de articulação desse programa, contribuiu mais para a recuperação da agricultura modelo de desenvolvimento no período colonial. Consequentemente, o PROAGRI II não melhorou a agricultura porque foram sendo substituídos estes programas sem se findar os primeiros, por isso que a marginalização da agricultura familiar continua na mesma (Mosca, 2011; Castel Branco, 1994, *Apud* Rosário, 2012, p. 6).

Os programas e políticas que se seguiram, tais como: o PARPA; ESANI, Estratégia de Revolução Verde – ERV; o Fundo de Desenvolvimento do Distrito (FDD); PEDSA e PNISA não tomaram como referência outros programas de desenvolvimento, tais como os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), e outros, e por conta disso o país não esta a caminhar para a visão que se pretende através dessas políticas.

Tomando como exemplo o Ministério do Plano e Desenvolvimento (2007) implementou a Estratégia de Revolução Verde que preconizava alcançar uma revolução verde em Moçambique, mediante o aumento da produção e produtividade agrária, de modo a garantir a disponibilidade alimentar de uma maneira competitiva e sustentável. Para além disso, a ERV impulsionou o uso das tecnólogas e irrigação através do uso dos conhecimentos locais dos camponeses para garantir o aumento da produção e productividade.

Todavia, devido a sua dimensão generalista, a ERV não mostrou-se claro e evidente na questão da mudança da situação rural e da productividade (Cunguara e Garrett, *idem*, p. 20). Este programa não comunicava com outras políticas implementadas na mesma época. Por exemplo, embora o PARPA I e II visavam o reforço dos sectores de infraestruturas, agricultura e desenvolvimento rural entre outros, as suas metas não foram alcançadas porque a pobreza absoluta piorou em com comparação com o que era previsto.

Contudo, essas políticas viradas para o desenvolvimento rural são desarticuladas com os diferentes planos de desenvolvimento. Ou seja, foram criadas políticas agrarias para vaticinar a ideia de modernização agrícola, sem com isso se fazer uma avaliação das mesmas políticas e programas. Segundo (Mosca, 2017, p. 76), as fragilidades dessas políticas residem no facto de o Estado ser ineficiente para potenciar os pequenos agricultores familiares, ou seja, o Plano Estratégico do Desenvolvimento do Sector Agrário – PEDSA e o Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário – PNISA consideram os agricultores emergentes como uma das opções de integração dos pequenos agricultores no mercado e no aumento da produtividade.

Com efeito, o desalinhamento com os anteriores programas fez com que o PEDSA e o PNISA incentivassem a criação de cadeias de valores e da subcontratação dos pequenos agricultores, levando em consideração, à imitação tecnológica, a utilização de insumos e outros aspetos. Esses programas são diferenciados na forma como olham para o sector familiar, na medida em que:

Em Moçambique sempre se concebeu a transformação do campesinato de cima para baixo, através de medidas políticas e administrativas (cooperativização, estatização e aldeias comunais), ou através da promoção de pequenos agricultores emergentes por via do mercado (serviços e comercialização de excedentes, subcontratação, etc.), por meio da introdução de pacotes tecnológicos (por exemplo, a revolução verde), ou de culturas (algodão, tabaco, gergelim, entre outras (Mosca, 2017, p. 94).

A discussão acerca da extensão do Programa Nacional de Investimento do Sector Agrário (PNISA I) para o PNISA II não foge a regra. O PNISA continha metas que estavam viradas para os investimentos nas infraestruturas (investimento na mecanização e acesso aos mercados) deixando de lado as questões de pobreza rural que permaneciam irreversíveis (Thurlow, Cunguara e Benfica, 2019, pp: 92-93).

Segundo estes autores, a discussão que é feita sobre os planos e políticas agrárias não passou por um diagnóstico sobre as diferenças agroecologias e potencialidades existentes no país. Tomando como exemplo, as províncias do Sul de Moçambique, o PNISA considera que no âmbito dos investimentos na agricultura, a região Sul recebeu 37,6% dos gastos totais com a irrigação na primeira fase da implementação do PNISA, em 2007, e apenas 9,8% dos gastos com os serviços de extensão rural. Esses gastos ao nível da [Província de Gaza] são inalterados mesmo quando os gastos nacionais com a irrigação ou extensão serem flutuantes. Neste sentido, em termos de investimentos de políticas, a transferência de recursos entre diferentes tipos de investimentos não passou por uma avaliação no sentido de priorizar os investimentos nas culturas que são mais produzidas pelas famílias camponesas em particular e a eleição de culturas prioritárias para o País no geral.

Segundo Benfica, Cunguara e Thurlow (2019, pp 93-97) os gastos em termos de política de água em relação ao sector familiar, as evidências dos investimentos no âmbito do PNISA II, na região Sul do país, mostram que os gastos por cada produtor são altos na componente de irrigação, entretanto, quando associados com o acesso a extensão rural, o cenário muda e estes serviços são mais baixos. Deste modo, observa-se que, quanto mais altos forem os gastos em uma região do país, menores serão os gastos em outras, para além do fato de a irrigação gerar maiores ganhos de produtividade no Sul de Moçambique. Portanto, isso seria evitado se os governos que passassem não descontinuassem ciclicamente as políticas do sector agrário.

De acordo com Mosca (2012) as evidências mostram que na agricultura, com as reformas económicas, assiste-se a uma tentativa de integrar perversamente os pequenos produtores naquilo que ficou conhecido como suporte a subsistência dos agricultores familiares. Ou seja, a ideia é de retirar os pequenos agricultores das pequenas machambas, através do aumento da produção e da produtividade (Halon e Smart, *Idem*: p. 1). A eficácia que deve ser feita na planificação das políticas agrárias permitiria com que o aumento de rendimento familiar dependa da gestão sustentável dos recursos naturais, que por sua vez esta interligada à produção alimentar, que depende igualmente da forma como as políticas agrárias comunicam onde querem chegar (Cunguara e Garrett, 2011, p. 3).

Paralelamente, foram sendo substituídas algumas políticas e implementadas outras. Exemplo disso foi criado o programa de estabelecimento de Centros de Serviços Agrários para pequenos e médios agricultores, visando a sua transformação estrutural para aumentar a produção alimentar. Segundo Cabral (2019, p. 14) o Governo atribui a submissão de propostas para a gestão destes centros, especialmente para jovens empreendedores, empresários, associações de agricultores e prestadores de serviços estabelecidos aonde os centros iam operar, e isso deixou de lado a relevância do sector familiar. Portanto, esta é uma evidência em volta da visão de modernização que o Governo está apoiando processo de acumulação ao nível rural, que para além dos Centros de Serviços Agrários, o programa de desenvolvimento da agência do Vale do Zambeze (ADVZ), também descontinuou as ações anteriores ao estabelecer os centros de serviços nas províncias de Sofala, Tete e Zambézia abrangendo o vale do Zambeze e o corredor da Beira.

Contudo, a gestão desse programa, que visava o desenvolvimento do vale do Zambeze trouxe um desempenho baixo aliado a falta de transparência dos seus gestores nas infraestruturas ligadas ao programa da ADVZ. Seguidamente, foi desenvolvido um outro programa liderado pelo Governo – o PROSUL que esteve articulado com os programas anteriores. O foco desse programa com apoios da agência internacional – IFAD, era o desenvolvimento de cadeias de valor selecionadas com vista a reduzir a pobreza nos corredores de Maputo e Limpopo – Gaza (*Idem*, pp. 17-18).

Por conseguinte, os agricultores familiares representam um grupo não prioritário na dinâmica da produtividade em Moçambique, se olharmos para o problema de articulação das políticas agrárias. Entretanto, são famílias que incrementam a produtividade adoptando novas tecnologias, criando novos postos de emprego e aumentando a produção. Paralelamente, com o PEDSA, como política de referência no sector agrícola, há uma nova classe média rural que tem combinado novas iniciativas do suporte do sector agrário para expandir as suas áreas e tomar vantagens de novos mercados.

Muitos agricultores comerciais não possuem capital, eles necessitam de expandir a sua produção, mas não tem acesso a crédito, e nem maquinaria e muito menos as formas modernas de produção, ou seja, são demasiados pobres para expandir a produção (Ibid, pp: 83-84). Dai a confrontação dessas políticas agrárias que excluem os pequenos agricultores e o seu enquadramento no Programa SUSTENTA.

Numa análise sobre as políticas de apoio a agricultura em Moçambique feita pela Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas – FAO intitulado “*Avanços e desafios das políticas de apoio aos agricultores familiares em Moçambique*” demonstra que a forma de implementar políticas de apoio ao sector da agricultura familiar passa por direcionar várias políticas que combinem múltiplos factores. Isto é, através de um conjunto de políticas que combinem: seguro agrícola; prioridade à produção interna, recorrendo à importação somente no caso de quebras de safra; incentivo à pesquisa pública que esteja associada a uma política efectiva de assistência técnica; uma política de crédito; incentivo a formação de cooperativas de produção e de comercialização; e incentivo para protecção da natureza e da paisagem. Ou seja, um conjunto de políticas que de forma integrada e em simultâneo concorrem para o apoio da agricultura familiar. Entretanto, alguns dos desafios das políticas de apoio a agricultura em Moçambique, incluem os seguintes: (i) Aumento da produtividade agrária; (ii) Aumento dos investimentos na investigação agrária e na extensão; (iii) Promover maior acesso dos produtores a insumos melhorados; (iv) Promover maior dinâmica no sector privado para investir no agro-processamento e crédito; (v) Continuar investimentos sobre infraestruturas rurais; (vi) Apoiar o desenvolvimento de mercados internos para a produção agrícola; (vii) Investir na qualidade, produção e divulgação de standards para os produtos; (viii) Criar fóruns mais interactivos entre os actores do sector (FAO Mozambique, s/d). E no caso vertente das políticas agrárias que tenham como expressão institucional o reconhecimento da agricultura familiar, devem incluir acções que visem, de entre outros:

- a) Acções de regularização fundiária, que além de garantir direitos promovem o reordenamento territorial das regiões;
- b) Implementar programas de seguro e programas de garantia-safra e garantia de preços para garantir a renda da agricultura familiar no caso de problemas climáticos e de oscilações de preços;
- c) No âmbito da comercialização, pode-se pensar num programa de aquisição de alimentos que adquira produtos da agricultura familiar para atender a populações em situação de insegurança alimentar e nutricional além de contemplar a formação de estoques estratégicos, permitindo a armazenagem da produção para venda em momento mais oportuno;
- d) Estabelecimento de um programa de assistência técnica e extensão rural como um serviço essencial para que as políticas públicas cheguem às comunidades rurais;

- e) O reconhecimento político da diversidade dos actores do mundo rural que deve ser acompanhado pelo reconhecimento das situações de desigualdade impostas às mulheres rurais;
- f) Um programa orientado a ampliar a produção de alimentos através do aumento da produtividade da agricultura familiar por intermédio, especialmente, da aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas apropriados (FAO, Moçambique).

Segundo Leonardo, *et al*, (2018, p. 25) o Governo de Moçambique (GdM) e a FAO tem implementado programas de alívio aos produtores na aquisição de bens e serviços agropecuárias através de subsídios de sementes para dois (2) grupos de beneficiários: agricultores de subsistência e pequenos produtores emergentes. Estes programas incluem 57% para semente melhorada, fertilizantes e as melhores técnicas para o desempenho dos agricultores. E os 75% do subsídio servem para a semente melhorada e preparação técnica dos agricultores respetivamente.

Entretanto, segundo Mosca, no caso de Moçambique, os subsídios dificilmente são eficientes e conseqüentemente difíceis é o alcance dos objetivos para incentivar a produção e a produtividade bem como a transformação do sector agrário e aumento da produção (Mosca, 2016. p.28). Mesmo assim, se reconhece que os pequenos produtores são a fonte de negócio se integrados no mercado por meio de cadeias de valor.

Na literatura que foi feita neste trabalho nota-se que a produção de políticas agrárias tem sido descontinuadas, e conseqüentemente as políticas que foram sendo substituídas tem secundarizado o sector familiar e como efeito disso a agricultura esta na mesma situação em relação a sua desintegração nas cadeias de valor produtivas. Ora vejamos, o uso do PACE como estratégia de mudança do Programa SUSTENTA foi expandido para a fase nacional sem se fazer primeiro a avaliação da sua fase piloto, como resultado disso, o Programa SUSTENTA coloca no epicentro os produtores comerciais na produção e nas culturas de alto rendimento, ou seja, beneficia os agricultores mais ricos.

A revisão da literatura feita acima, demonstra que as políticas agrárias são desarticuladas e levam consigo o problema de descontinuação das mesmas. A agricultura em Moçambique e qualidade de vida das famílias camponesas ao longo do tempo esta na mesma. Isto porque, as análises feitas nos programas e políticas agrárias tais como: PROAGRI; ESANI; PEDSA; e PNISA como políticas de referência apresentam incongruências o que denota problemas no alcance dos resultados na agricultura familiar. E esta análise, decorrente da literatura, denota que há fraca articulação dos programas e políticas, e esta pesquisa, analisa certas incongruências no Programa SUSTENTA, como política de referência do Governo, buscando demonstrar a adequabilidade desse programa nas diferentes políticas de desenvolvimento nacionais em termos do seu enquadramento. E nessa vertente, a revisão desse programa pode ajudar a alcançar melhores resultados partindo de uma análise critica do seu enquadramento. Por isso que, a preocupação é que o Programa SUSTENTA, enquanto

um programa governamental poderá estar descontextualizado em termos de articulação com as preocupações dos pequenos agricultores familiares, o que depois poderá não garantir a qualidade de vida das famílias camponesas.

CAPÍTULO III

4. QUESTÕES METODOLÓGICAS E DESENHO DE PESQUISA

4.1. Operacionalização

Este capítulo sobre questões metodológicas e teóricas apresenta a operacionalização de conceitos, bem como os principais métodos de investigação que foram utilizados para responder à questão de pesquisa. Através da questão de investigação, e do quadro teórico, esta parte do trabalho, começa por mostrar a ligação entre os conceitos. Os conceitos do quadro teórico que contribuem para responder à questão de pesquisa são operacionalizados na tabela 3.

Ao longo deste estudo, essa operacionalização será feita com base na literatura existente e nos dados recolhidos no trabalho de campo. E através da experiência obtida no trabalho de campo foi analisada a relação dos dois lados do Programa SUSTENTA (pequenos agricultores familiares e agricultores comerciais emergentes), bem como a estratégia de mudança adoptada pelo programa.

Ademais, a operacionalização neste trabalho acontece através de conceitos e variáveis que se relacionam com a adopção de uma abordagem sobre o enquadramento do Programa SUSTENTA nas políticas nacionais:

Tabela 3. Operacionalização dos conceitos mais importantes para responder às questões de investigação.

Conceitos	Variáveis	Indicadores
Programa SUSTENTA	Aumento da produtividade agrícola	<ul style="list-style-type: none">▪ Desenvolvimento Rural.▪ Segurança Alimentar dos pequenos agricultores locais.▪ Meios de subsistência seguros para os agricultores.▪ Agricultores receberam sementes do Governo.
Pequeno Agricultor Familiar	Acesso aos apoios do Governo	<ul style="list-style-type: none">▪ Satisfação com a semente do Governo.▪ Acessibilidade aos alimentos locais.▪ Melhoria da situação socioeconómica dos agricultores.▪ Produção eficiente dos agricultores.▪ Rendimentos bem-sucedidos dos agricultores
Pequeno Agricultor Comercial Emergente	Habilidade de absorção dos pequenos agricultores	<ul style="list-style-type: none">▪ Aumento da produção dos pequenos agricultores.▪ Disponibilização de novas tecnologias aos agricultores.▪ Melhoria da agricultura familiar.

		<ul style="list-style-type: none">▪ Desenvolvimento de programas de negócios para o desenvolvimento de cadeias de valor produtivas.
--	--	---

4.2. Abordagem Metodológica

O maior objectivo desta pesquisa é de analisar a adequabilidade do Programa SUSTENTA para assegurar a integração dos pequenos agricultores familiares na Província de Gaza. Para além desse objectivo, visa descobrir a relação entre o PACE e o PA em termos de integração no Programa SUSTENTA. De referir que para alcançar os objectivos da investigação utilizou métodos qualitativos, que são eficazes para proporcionar uma compreensão aprofundada das opiniões e crenças dos participantes. Ao longo deste trabalho, a conceptualização que foi feita associou categorias analíticas com base na análise do Programa SUSTENTA, em comparação com a teoria. O trabalho de campo e a revisão da literatura por seu turno, forneceram componentes para estabelecer a ligação entre o modelo conceptual e o quadro teórico para a explicação do fenómeno estudado.

A metodologia qualitativa contribuiu para a compreensão dos processos de tomada de decisão e das razões subjacentes as mesmas decisões. Além disso, a investigação qualitativa ajuda a identificar a forma como as pessoas interpretam e encaram determinados fenómenos num contexto específico e o significado que lhe atribuem (Hennink *et al.*, 2020). Estes aspetos dos métodos qualitativos são essenciais para esta investigação, uma vez que se procura analisar a obtenção dos resultados pretendidos pelo Governo com a adopção do Programa SUSTENTA e seu enquadramento no sector agrário.

Segundo Dawson, a metodologia qualitativa procura explorar as atitudes, os comportamentos e experiências por meio de métodos como entrevistas ou grupos focais, tentando obter opiniões aprofundadas dos participantes, dando importância as suas atitudes, comportamentos e experiência (Dawson, 2002, pp. 14-15). Esta metodologia qualitativa é usual e aplicável para este trabalho sobre abordagens de enquadramento dos agricultores em políticas nacionais, porque permite captar através dos pequenos agricultores familiares, as suas percepções e na forma como os mesmos descrevem o Programa SUSTENTA em função da realidade concreta. De acordo com Yin, a pesquisa qualitativa abrange um mosaico de orientações, bem como de escolhas metodológicas (Yin, 2016), e considera cinco (5) características essenciais:

- a) Estudar o significado da vida das pessoas, nas condições de vida real;
- b) Representar as opiniões e perspectivas das pessoas de um estudo;
- c) Abranger as condições contextuais em que as pessoas vivem;

- d) Contribuir com revelações sobre conceitos existentes ou emergentes que podem ajudar a explicar o comportamento social humano; e
- e) Esforçar-se por usar múltiplas fontes de evidência em vez de buscar em uma única fonte.

Neste sentido, este estudo é um trabalho analítico - qualitativo e procura fazer uma análise profunda através da interação com os pequenos agricultores familiares e agricultores comerciais emergentes do Programa SUSTENTA, sendo para o efeito avaliar a implementação do Programa SUSTENTA adoptado pelo Governo centrado no PACE, como sua estratégia de mudança.

Com base em quatro fontes de evidência, o plano desta pesquisa centrou-se na Província de Gaza, onde foram recolhidas informações e dados através das seguintes fontes de informação: (1) entrevistas e observação (participante) feitas no terreno num total de 36 entrevistas semi-estruturadas; (2) grupos focais; (3) literatura especializada em políticas agrárias em Moçambique; e (4) recolha de dados sobre o Programa SUSTENTA efectuada através dos relatórios do MADER e dados científicos online.

Para além dos dados primários, este trabalho recorreu a dados secundários como métodos de recolha. Segundo Kumar, os dados secundários são aqueles que já foram colectados por outra pessoa e o pesquisador só precisa para extrair as informações necessárias para o propósito do seu estudo. Na pesquisa qualitativa o pesquisador geralmente extrai informações descritivas (históricas e actuais) e narrativas, sendo que nesta acepção, foram extraídas informações dos documentos do Governo, cujas publicações vão desde: registos, estatísticas existentes, inquérito sobre o orçamento familiar – IOF, índices, censos entre outros; pesquisas anteriores: cujas temáticas e tópicos fornecem informações necessárias; registos pessoais; reportagens vinculadas pelos meios de comunicação de massa, nos jornais, na internet entre outros que são uteis como dados secundários (Kumar, 2011, p. 163).

Tabela 4. Métodos de análise e fontes de evidência

I. INFORMAÇÃO DE BASE	
A. Fontes de evidência e Dados secundários	<ol style="list-style-type: none">1. Entrevistas e observação (participante): 36 entrevistas semi-estruturadas e 3 sessões de Grupos Focais, realizadas entre 28 de Fevereiro a 25 de Março de 2022.2. Relatórios do MADER e Dados científicos online: Relatórios de Monitoria do SUSTENTA e Balanços anuais de campanhas agrárias 2021 e 2022; Trabalho do Inquérito Agrário (TIA) – marco estatístico; Índices de Orçamentos dos Agregados familiares – IOF.3. Literatura especializada sobre abordagens de integração dos pequenos agricultores e estudos científicos sobre políticas

	agrárias e investimentos na agricultura em Moçambique (ver referências)
B. Dados primários	<p>Entrevistas semiestruturadas por grupos focais</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Associação de Agricultores Samora Machel de Chókwè - Gaza 2. Associação 21 de Maio de Chókwè - Gaza 3. Extensionistas rurais no Distrito de Chókwè - Gaza
C. Métodos de análise de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise crítica do discurso: enfatiza a importância de uma análise atenta das escolhas linguísticas com uma base teórica do contexto em que o texto é aplicável. • Abordagem da teoria fundamentada: oferece ferramentas para analisar, interpretar e explicar o significado que os actores sociais constroem para dar sentido às suas experiências quotidianas em situações específicas (Saunders <i>et al.</i>, 2016).

Em resumo, tivemos, o *primeiro passo*: onde, foi recolhida a informação na Província de Gaza sobre a implementação do Programa SUSTENTA; a seguir foi se em alguns distritos da Província de Gaza para falar com os pequenos agricultores familiares sobre a sua experiência em termos positivos ou negativos sobre o Programa SUSTENTA; o *segundo passo*: foi contactado o MADER como implementadora do programa, e *experts*, como a UNAC e o OMR porque as informações por eles fornecidas são muito relevantes para a pesquisa; o *terceiro e último passo* foi de processar os dados recolhidos, feitos através das transcrições das gravações feitas manualmente, e a análise dos mesmos foi feito através de temáticas, procurando encontrar relações, respostas, similaridades e contradições.

4.3. Métodos de Pesquisa

Esta investigação baseia-se no raciocínio indutivo. Nesse raciocínio indutivo são utilizados dados empíricos e primários para identificar e compreender um fenómeno e as suas razões subjacentes (Bryman, 2012; Hennink *et al.*, 2020). Com a investigação primária, os dados serão recolhidos directamente pelo investigador, que também controla a amostragem e os métodos de medição (Driscoll, 2011). O objectivo é erradicar o preconceito pessoal do investigador e criar a investigação que possa ser validada por outros. Para recolher dados primários, serão utilizadas entrevistas. Este é um método adequado para recolher conhecimentos aprofundados sobre experiências individuais relativamente a uma questão específica (Driscoll, 2011). As entrevistas também ajudam a compreender o contexto e contribuem para identificar crenças, percepções e motivações para as decisões ou acções das pessoas (Hennink *at al.*, 2020). O objectivo

deste estudo alinha-se bem com estas características das entrevistas. As entrevistas serão semi-estruturadas, o que significa que será utilizado um guião de entrevista com diferentes variáveis. Desta forma, podem ser recolhidos dados sobre conceitos ou itens específicos, deixando ao mesmo tempo espaços suficientes para que os inquiridos forneçam a sua própria interpretação e acrescentem novos tópicos que considerem relevantes e nos quais o investigador possa não ter pensado à partida (Bryman, 2012). Portanto, em conformidade com a abordagem indutiva acima referida.

4.4. Entrevistas com Experts

Os peritos que participaram nesta investigação foram selecionados através de uma amostra intencional. Os critérios utilizados dizem respeito às suas funções, e experiência no sector agrário. Os peritos selecionados eram gestores do Ministério da Agricultura, e do FNDS pesquisadores do sector rural, ou peritos que trabalham na área de advocacia de grupos de agricultores em Moçambique. Os peritos que participaram nesta investigação eram tanto das organizações da sociedade civil, como dos fazedores e implementadores das políticas do sector agrário. O processo indutivo desta investigação também permitiu a inclusão de alguns peritos independentes na área da agricultura, o que proporcionou uma visão das perspectivas de peritos que não trabalhavam numa das organizações selecionadas na altura das entrevistas. No total, (6) seis peritos participaram nesta investigação, através de entrevistas aprofundadas.

4.5. Abordagem da teoria fundamentada

A teoria fundamentada é um método para desenvolver a teoria de forma indutiva partindo da análise textual de dados. Desse modo, o resultado de um estudo de teoria fundamentada é uma teoria abrangente, emergindo dos dados, usando técnicas sistemáticas, que tem a capacidade de explicar um fenómeno ou processo. Neste sentido, a teoria fundamentada compreende um conjunto de técnicas e princípios para o desenvolvimento da teoria que são utilizados de forma flexível. O essencial da teoria fundamentada reside na recolha, codificação e análise simultâneas de dados, e na teorização à medida que se avança com o estudo. Esta forma de análise de dados permite identificar as questões descritas pelos participantes e compreender o comportamento e a tomada de decisões (Hennink *et al.*, 2020).

O princípio da teoria fundamentada é desenvolver e legitimar uma teoria ou um conceito que emerge de dados qualitativos, como as questões descritas pelos participantes. A teoria fundamentada é útil para avaliar as razões subjacentes às decisões que foram tomadas na implementação do SUSTENTA. Esta análise engloba várias etapas que se iniciam durante a fase de concepção da investigação: preparação dos dados;

desenvolvimento de códigos indutivos estabelecidos durante o processo de transcrição; atribuição de códigos nas transcrições; categorização; atribuição de códigos semelhantes a categorias mais amplas; descrever os dados; comparar códigos para identificar questões mais aprofundadas e procurar semelhanças e diferenças; conceptualização e formular uma teoria e uma conclusão. Estas etapas envolvem sobretudo um raciocínio indutivo.

4.6. Limitações do Trabalho

Embora o Programa SUSTENTA tenha sido implementado na fase piloto nas províncias da Zambézia e Nampula, o seu estudo ao nível nacional é embrionário. Entretanto, ao nível dos implementadores do SUSTENTA não se conseguia distinguir entre a fase piloto do SUSTENTA e a fase nacional nos seus discursos e isso trouxe limitação para extrairmos a informação referente ao Programa SUSTENTA, quer nos gestores do programa, quer nos documentos sobre a fase nacional, a informação era escassa.

Outra limitação é que houve dificuldades no acesso aos PACEs que trabalham directamente com pequenos agricultores na sua área de fomento. Essa limitação, não permitiu captar as percepções dos outros agricultores não vinculados ao seu respectivo PACE na sua região de produção. Esta questão se alia também a limitação de natureza metodológica, em que esta pesquisa não conseguiu trazer as percepções daqueles que não estão integrados no Programa SUSTENTA a fim de comparar com os que estão integrados em termos de impacto.

E por fim, mas não menos importante, houve limitação em contactar o Banco Mundial que tem apoiado o financiamento do Programa SUSTENTA. Sendo que esta instituição financeira coordena com o Governo de Moçambique através do FNDS no financiamento e criação de valor adicional aos produtores comerciais, através do mecanismo “*matching grant*”, julgava-se que fosse de suma importância para este estudo, o que não se efectivou em termos de esclarecimentos de algumas questões do programa por si financiado.

3.3. Quadro Teórico e Analítico

A preocupação deste estudo nos permitiu desenvolver a seguinte pergunta de investigação: De que forma é assegurada a integração dos pequenos agricultores familiares no Programa SUSTENTA adoptado pela agenda governamental na Província de Gaza entre 2020 e 2022?

Com efeito, este trabalho faz o uso da “abordagem da Análise da Economia Política” (PEA), uma vez que a implementação do Programa SUSTENTA envolve a análise do perfil dos PA e dos diferentes actores que articulam exigências no acesso aos recursos (financeiros e económicos) disponibilizados pelo Governo de Moçambique. Essa teoria, vai ajudar a fazer aferição de quem acede aos apoios do programa. O *perfil* determinado dos PA mostrará que as relações de poder entre agricultores e o Governo e as regras de jogo informais determinam para o direccionamento dos apoios aos agricultores comerciais e emergentes e a vinculação dos pequenos agricultores familiares a estes últimos, com o fim de que se beneficiem do apoio do Governo canalizado para o programa.

Todavia, os pressupostos dessa teoria ajudaram a entender o contexto local e as dinâmicas de poder em jogo por de trás da adopção do SUSTENTA que é de aumentar valor adicional para o PACE através de investimentos orientados para o mercado e não o garante do bem-comum através da configuração de interesses através do Governo.

3.3.1. Abordagem da análise da Economia Política (PEA) aplicada a relação entre a Política e Agricultura

Do ponto de vista dessa teoria da análise da economia política é fundamental perceber como é que a política funciona na agricultura. Ou seja, a articulação de exigências entre o Governo e os agricultores que interagem na agricultura, sobretudo, no acesso aos benefícios do Programa SUSTENTA. A PEA é uma abordagem teórica muito genérica. De acordo com Weimer e Carrilho (2017) a abordagem da análise da economia política mostra o quanto certas políticas são destorcedoras até ao ponto de estarem viradas para beneficiar grupos dominantes. Por outras palavras, a análise da economia política procura comparar relações de poder em cada sociedade ou em cada segmento dessa mesma sociedade.

Na ciência política, a análise da economia política envolve o exame das relações de poder entre as forças sociais e políticas que influenciam o desenvolvimento. Esta abordagem é discutida por autores como: Mcloughlin, 2014, Copestake e Williamson, Moncrieffe e Suttrell, 2005, citados por Weimer e Carrilho, Fritz, Levy e Ort, 2014, enfatizando a importância de compreender as razões subjacentes a forma como se

distribuem os recursos e a forma como se identificam incentivos e restrições que afectam comportamentos dos actores.

Por conseguinte, os estudos de Análise da Economia Política (PEA em inglês) são usados sistematicamente no âmbito da avaliação de programas nacionais e sectoriais. Os usos desta abordagem teórica foram aplicadas por algumas agências externas tais como: a agência britânica de cooperação internacional – DFID e a agência de avaliação europeia – ACE Europe nos países do sul global, procurando se focar na obtenção dos resultados das políticas.

Esta teoria procura ir para além das abordagens tecnocratas (ex: apoio ao desenvolvimento de capacidades) e além das adaptações formais do jogo (ex: leis e formulações de planos), centrando-se no que é viável num determinado contexto e momento. Para justificar a adopção dessa teoria, este trabalho empregou os seguintes pressupostos no processo de avaliação prática: (i) preocupação com as regras de jogo; (ii) relações de poder nos processos de contestação/negociação dos recursos (financeiros) entre as elites políticas; (iii) o enfoque nos interesses e incentivos dos grupos e (iv) o contexto de mudança onde se registam os resultados de desenvolvimento (Ilosa, *et al*, 2018, p. 1).

Todavia, para este trabalho a teoria da economia política é um instrumento fundamental para compreender o contexto, tendo em conta as dinâmicas de poder. Ou seja, os factores da PEA da governação aqui aplicados, estão assentes na análise das motivações e interesses dos actores envolvidos no processo da governação do programa SUSTENTA e que potencialmente podem influenciar dinâmicas, relações de poder e mudanças políticas.

3.3.2. Economia Política, Regras Informais de Jogo e Actores Institucionais no Programa SUSTENTA

Politicamente a análise da economia política (PEA) nos permite perceber de que modo o Programa SUSTENTA esta sendo usado para a conquista de legitimidade política e compreender melhor as estruturas de poder existentes. Por conta disso, ao examinar as regras do jogo estabelecidas pelas disposições institucionais, quer formais, quer informais ajuda a entender a forma como tem sido construído a legitimidade política dos governantes através de instituições criadas para articular interesses envolvidos (desde a preparação dos planos de negócios do PACE, análise das propostas do PACE, bem como o processo ou contratação dos mesmos). De acordo com Ilosa (2018), os políticos preferem políticas e procuram mudanças institucionais que apoiam as suas necessidades actuais. Isto implica, naturalmente, que os interesses dos políticos também possam convergir amplamente com os objectivos de desenvolvimento, tais como:

crescimento económico; emprego; proteção social; modernização agrária entre outros, como forma de garantir a legitimidade ou a reeleição (pp 3-4).

Por volta dos anos de 1970 a visão das escolhas institucionais era negligenciada pelas agências de desenvolvimento para explicar a economia política dos recursos, devido a sua incompatibilidade com as abordagens de desenvolvimento. Entretanto, com as políticas de reajustamento estrutural nos anos de 1980, esta abordagem revitalizou as escolhas políticas, e foi retomada no debate sobre o desenvolvimento dando mais ênfase a uma discussão mais alargada sobre o desenvolvimento. É resultado disso a realização de estudos feitos nos anos 2000 de modo a compreender os factores de mudanças através de organizações e agências como: agência britânica de cooperação internacional – DFID, o Banco Mundial, a Agência Sueca de Cooperação, Países Baixos e outros actores engajados nos programas de ajuda ao desenvolvimento que começaram a usar a abordagem da análise da economia política nas estratégias de governação e corrupção (*idem*, p. 4).

De acordo com (Fioretos *et al.*, 2016) o que é fundamental notar é que as instituições importam, e que mais do que qualquer outra coisa que poderia ser usado para explicar a decisão política, entender como eles surgem e se desenvolvem ajudará na compreensão de como os actores políticos são constrangidos e incentivados a atuar na política. As instituições são conceptualizadas também como sendo as regras formais e informais, procedimentos de conformidade e práticas operacionais padrão que estruturam o relacionamento entre indivíduos em várias unidades da política e da economia.

Entretanto, as instituições restringem e refratam a política, mas nunca são a única “causa” dos resultados políticos, mas eles apenas ajudam a prever o provável curso de acção que os actores políticos provavelmente seguirão.

Com efeito, este trabalho olha a forma como o Governo, as direcções e agências dentro do Ministério da Agricultura, regras informais de jogo e seus actores, que articulam as suas exigências na determinação de quem recebe ou não os apoios do Programa SUSTENTA. Portanto, os interesses de garantir a reeleição por parte dos governantes, através da construção da legitimidade política podem coincidir com os interesses dos agricultores (eleitores), olhando para a forma como as instituições da governação do Programa SUSTENTA potenciam e influenciam para a exclusão de pequenos agricultores. Esse processo da governação acontece através de órgãos centrais e locais do Estado que uniformizam o processo da governação através de arranjos institucionais:



Figura 2. Arranjos institucionais do SUSTENTA

- Nível Central: Órgãos de Coordenação e Monitoria:** Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Conselho dos Serviços de Representação do Estado, Governo Distrital, Direcção Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar, SPAE – Serviços Provinciais de Actividades Económicas, SDAE - Serviços Distritais de Actividades Económicas;
- Nível Provincial: Órgãos de Implementação:** Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável, Fundo de Fomento Agrário e Extensão Rural, Direcção Nacional do Desenvolvimento Económico Local,
- Nível Distrital: Órgãos de Deliberação:** Comitê de Investimento, Comitê Provincial de Avaliação de Candidaturas, Comitê Distrital de Avaliação de Candidaturas.

Em síntese, como se vê, a forma como é gerido o Programa SUSTENTA, demonstra-se a uniformização das práticas institucionais desde ao nível central até ao nível local que concorrem para a utilização de incentivos para estimular os interesses. Através dessa prática, se garante a economia política da governação, ou seja, a mudança política, institucional entre os intervenientes do SUSTENTA e as probabilidades de os PA terem acesso ou não dos apoios do Governo.

Ainda que a implementação do Programa SUSTENTA esteja a dar a impressão de que não esta a excluir os pequenos agricultores no processo de distribuição dos apoios do Governo, a análise da economia política na agricultura e dos recursos provenientes do Governo de Moçambique, mostra que as regras formais e informais determinam quem detém o poder, pois, na medida em que o programa vai sendo implementado, esta deixando de lado os produtores menos ricos de fora.

CAPÍTULO IV

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. Política Agrária na Província de Gaza e dinâmicas dos actores locais

A política agrária e Estratégia de Implementação de Moçambique aprovada pela resolução 11/95 reconhece a expressão “sector familiar” numa forma abrangente, descrevendo uma situação heterogénea, incluindo vários sistemas de produção organizados em bases culturais diferentes, de pequena e média escala, que utilizam ou não recursos familiares, mas também mão-de-obra e outros recursos adicionais para manter ou aumentar a sua produção, conforme as necessidades internas da família e as oportunidades comerciais que se apresentam.

O reconhecimento da família como unidade de produção data do seu papel na estruturação da economia camponesa no período colonial, onde as formas de produção agrícola e da produção industrial que emergiram estavam interligadas na economia colonial. É de grande realce o reconhecimento do papel da produção camponesa no fornecimento de alimentação aos trabalhadores das plantações, indústrias e machambas privadas e desta forma a produção familiar, resultante deste sistema, foi sendo transformado numa base importante para a acumulação (Amilai, 2008).

Neste prisma de ideias, a Política Agrária enquadra-se no programa de Governo, que tem como principal objectivo, a recuperação da produção agrária, que concorre para a autossuficiência e reserva alimentar e promoção do aumento dos níveis de comercialização e produtos de exportação. Este desiderato se justifica a partir do momento que em 1995, o Governo adoptou a Política Nacional de Terras (PNT), da qual resultou a Lei de Terras de 1997. A principal linha de força da política nacional de terras de 1995 e por essa via da então nova Lei de Terras repousa na consideração da necessidade de se conciliar o acesso e uso da terra pelos cidadãos (e as comunidades locais) e pelos investidores.

Todavia, a nova política de Terras aprovada em 2022, se alia no quadro da estratégia do sector da agricultura de transformação e modernização de sua cadeia de valor, o que passa por um maior envolvimento do sector privado para aumentar a produção e produtividade e, assegurar uma maior integração dos produtores nacionais com os mercados nacionais e internacionais, com o fim último de garantir a Segurança Alimentar e Nutricional, criar mais empregos e aumentar a renda das famílias e do país.

É nesta filosofia que surge o Programa SUSTENTA, com o objectivo de melhorar a qualidade de vida dos agregados familiares rurais através da promoção de agricultura sustentável (social, económica e ambiental) e preconiza o financiamento integral de toda

a cadeia de valor, com linhas de financiamento específicas para cada produtor em cada cadeia de valor, obedecendo o modelo de contrato por campanha. Portanto, significa que no âmbito da política nacional de terras e a adoção do Programa SUSTENTA, devem ser salvaguardados os direitos dos pequenos agricultores na materialização das Directivas Voluntárias sobre a Governança responsável da Posse de Terra, Pescas e Florestas no Contexto da Segurança Alimentar Nacional (FAO, 2012).

A partir dos discursos institucionais e da articulação das exigências entre os pequenos agricultores familiares e o Governo, com este capítulo pretende-se descrever as condições em que os investimentos de grande escala operam com a política e agricultura no sector familiar ao longo do tempo na Província de Gaza. Nos últimos anos, a Província de Gaza tem sido caracterizado pela presença dos investidores que praticam a agricultura através da transferência de tecnologias e o fomento da agricultura por contrato com os pequenos agricultores familiares.

Caracterizado pelas potencialidades do rio Limpopo, o Regadio do Baixo Limpopo, RBL-EP que se localiza na Província de Gaza engloba um conjunto de infraestruturas de gestão de política de água e de terra (valas de drenagem, canais de rega, equipamentos, acesso a terra etc.), onde são feitas as transações políticas com os pequenos agricultores familiares locais e os investidores, cuja construção remonta à época do regime colonial português em 1950 (Rosário, 2021). A seguir apresenta-se o mapa de localização do RBL – Província de Gaza com as demarcações das principais áreas de cultivo, em algumas das quais, operam as relações e produção entre os investimentos e os pequenos agricultores através de modelos de contrato de produção por meio da integração dos pequenos agricultores familiares:

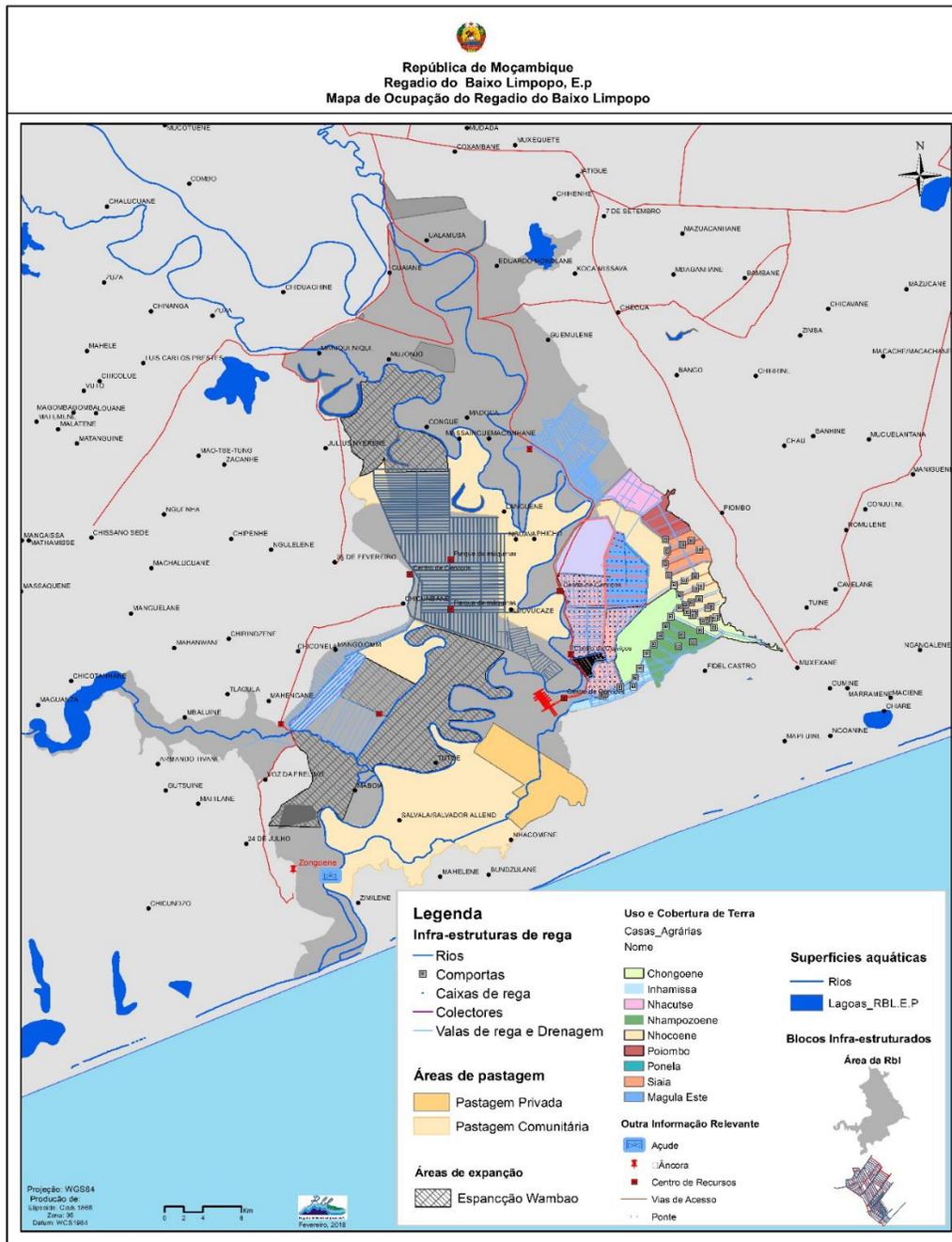


Figura 3. Mapa de Ocupação do Regadio do Baixo Limpopo – Província de Gaza
Fonte: RBL (2018)

Neste contexto, com os sucessivos acontecimentos, em 2010 o RBL-EP ficou responsável pela garantia de gestão da política de água e da terra numa perspectiva de estabelecimento de uma produção agrícola norteada pela cadeia de valor. Tal desiderato, se materializaria com a criação de infraestruturas com potencial de irrigação, e para o caso da estrutura regional do país, há diferenças agro-ecológicas que degeneram nas

diferenças em termos de infraestruturas agrícolas e serviços rurais. Todavia, o uso de irrigação é maior no Sul (Gaza em particular) onde as condições climáticas são menos favoráveis para a prática da agricultura, mas os agricultores desta região são menos propensos a receber serviços de extensão agrícola.

Uma análise da política e agricultura na Província de Gaza mostra que no âmbito dos investimentos na agricultura, a Província de Gaza recebeu 37,6% dos gastos totais com a irrigação na primeira fase da implementação do PNISA, em 2007, e apenas 9,8% dos gastos com os serviços de extensão rural. Esses gastos ao nível da Província de Gaza, são inalterados mesmo quando os gastos nacionais com a irrigação ou extensão serem flutuantes. Neste sentido, em termos de investimentos de políticas, a transferência de recursos entre diferentes tipos de investimento, beneficia algumas regiões em relação as outras regiões do país.

Olhando para os gastos em termos de política de água em relação ao sector familiar, as evidências dos investimentos no âmbito do PNISA II, ao nível da Província de Gaza, mostram que os gastos por cada produtor são altos na componente de irrigação. Entretanto, quando associados com o acesso a extensão rural, o cenário muda e estes serviços são mais baixos. Deste modo, observa-se que, quanto mais altos forem os gastos em uma região do país, menores serão os gastos em outras, para além do fato de a irrigação gerar maiores ganhos de produtividade na Província de Gaza (Benfica, Cunguara e Thurlow, 2019, pp 93-97).

É caso para referir que a política de agricultura na província de Gaza é virada para o sentido de suportar os investimentos em grande escala de terras. Mesmo reconhecendo que a Gaza é caracterizada por solos arenosos pobres e com um regime de precipitação irregular das chuvas. Nesta zona, predomina igualmente, uma agricultura de sequeiro, onde a presença de barragens e sistemas de regadio potencia a agricultura irrigada. Todavia, para que a agricultura se desenvolva em Gaza, os discursos sobre a sua prática estão mais virados para os investimentos, através da agricultura comercial.

No RBL é possível encontrar actores e investidores locais que transacionam as questões da agricultura e produtores comerciais que incluem a Companhia Agrícola de Fomento Algodoeiro (CAFA); *Wanbao African Agricultural Development (WAAD)*; *Lianfeng Mozambique Company Ltd (HLM)*; Associação de agricultores comerciais emergentes – ARPONE; Companhia Agro-Social IGO Sammartini e tantos outros investidores envolvidos no processo de produção.

Os mecanismos de produção, como a gestão da terra, água e equipamentos para a produção, são feitos pelos proprietários locais através do RBL-EP. Através dos acordos de exploração, o RBL-EP estabelece contratos quer com os investidores, quer com as associações de produtores no âmbito das suas políticas. Estes acordos, incluem a

concessão da área cultivada, o tipo de cultura, os encargos correspondentes pela utilização das máquinas, da eletricidade, e as taxas de água para a irrigação. O uso dos equipamentos ocorre através de um sistema rotativo, por exemplo, a imagem a baixo, mostra um sistema de rega que funciona de acordo com a política de água estabelecida pelos pequenos agricultores:



Figura 4. Canal de rega no perímetro do RBL, Distrito de Xai-Xai, Gaza. Retirada no dia 11 de Março de 2023

Na Província de Gaza, existem dois investidores na componente de processamento do arroz, a WAAD e a MIA (tendo falido em 2003). Nestas indústrias os produtores praticam a agricultura mecanizada mercê do uso da tecnologia, acesso as máquinas, crédito, e todas actividades relativas a prática da agricultura, disponibilizados pelas empresas.

Todavia, em vez de contribuir para a produtividade local, esses investimentos tendem a eliminar os sistemas locais de produção. Certos investidores como a WAAD contribui para o aumento da receita da Empresa RBL-EP no âmbito da produção do arroz orientada para o comércio, através da transferência de tecnologia e as evidências observadas sugerem que é improvável que os investimentos tragam contribuições significativas para o desenvolvimento rural sustentável e equitativo através dessas empresas. Muitos desses novos investimentos agrícolas estão localizados em áreas de exploração com grande importância agro-geológica, com áreas húmidas, proximidade com as fontes de água, condições favoráveis em termos vegetativos, ou seja, elementos estruturantes para uma boa actividade agrícola. Com a presença desses investidores verificam-se mudanças nos direitos dos pequenos agricultores familiares, como o acesso água para irrigação, que outrora era intermediada pelos mesmos ao nível local com vista a legitimar as acções locais em volta dos investimentos da agricultura em Gaza.

Nos próximos capítulos, procurámos responder as seguintes questões: o quê se aprendeu com a primeira e segunda campanha do Sustenta na Província de Gaza? O Sustenta está a contribuir para garantir a segurança alimentar? O quê aconteceu com o rendimento familiar antes e depois do Sustenta? Estas questões serão respondidas nos próximos capítulos, tendo em conta quatro temáticas essenciais deste trabalho, a primeira temática é sobre a avaliação do processo da implementação do Programa SUSTENTA na Província de Gaza usando para o efeito alguns critérios de avaliação; a segunda temática é sobre a descrição da filosofia do Programa SUSTENTA na forma como efectivamente beneficia os pequenos agricultores familiares na sua relação com os pequenos agricultores comerciais emergentes na Província de Gaza; na terceira temática serão abordadas as percepções dos pequenos agricultores familiares e dos diferentes atores quanto à funcionalidade da filosofia do Programa SUSTENTA na sua relação com os pequenos agricultores comerciais emergentes na Província de Gaza; e na terceira e última temática, que se constitui o foco deste trabalho, será feita a discussão em volta da dimensão das limitações da filosofia do Programa SUSTENTA face ao objectivo de melhorar a segurança alimentar e nutricional das famílias na Província de Gaza.

4.2. Avaliação do Processo de Implementação do Programa SUSTENTA

Nesta sessão o trabalho visa debruçar-se sobre a avaliação do processo de implementação do Programa SUSTENTA. Por conseguinte, a implementação eficaz do Programa SUSTENTA depende da articulação das diferentes componentes integrais ao sector da agricultura. O Programa SUSTENTA descreve, com efeito, várias componentes de implementação que estão interligadas. Estas componentes são as que se seguem: (i) transferência de tecnologia; (ii) financiamento; (iii) mercados; (iv) planeamento e ordenamento produtivo; (v) infra-estruturação; (vi) salvaguardas ambientais e sociais; e (vii) subsídios aos produtores, que são ilustradas na figura 9 (SUSTENTA, p. 34). Isso significa que a implementação do Programa SUSTENTA depende da integração dessas componentes que estão em processo.



Figura 5. Componentes do Programa SUSTENTA

Com efeito, serão apresentadas algumas abordagens sobre a avaliação, sendo que a pesquisa adopta a avaliação do processo, que é o foco desta análise. Com base nos indicadores de *eficiência* e *eficácia*, ao longo do trabalho serão usados de modo a que se possa fazer uma avaliação dos resultados e do impacto social e económico do Programa SUSTENTA. Portanto, a avaliação do processo de implementação do Programa SUSTENTA permitirá compreender, com base na eficiência avaliar a maximização dos resultados através da disponibilização de insumos, agrícolas: adubos, semente melhorada (sobretudo) e fertilizantes a tempo determinado; e o orçamento do Estado necessário; e com base na eficácia avaliar a maximização do impacto por meio da obtenção dos resultados pretendidos com o programa adoptado.

O alcance dos resultados do Programa SUSTENTA passa por avaliar: o número de famílias previstas; serviços de extensão rural garantidos; infra-estruturação; e aumento dos rendimentos dos agregados familiares de modo a ver se o programa está a atingir o impacto ou se a preocupação do Governo de Moçambique de atingir a segurança alimentar e nutricional das famílias camponesas através do aumento da produção e produtividade do sector agrícola está a ser concretizado ou não.

A literatura em volta da avaliação tem um papel de destaque nas políticas públicas que mostra a orientação dos resultados, metas, objectivos e desempenho na implementação das mesmas. Portanto, H. Laswell introduziu a expressão análise de políticas como forma de conciliar a produção empírica dos Governos e os seus resultados, embora haja complexidade no processo político em que é feita a política pública ou medidas adoptadas pelos Governos. A análise do Programa SUSTENTA implica responder: quem

ganha o quê? Por quê? E que diferença faz? Ou seja, a avaliação ganha centralidade no processo político que pondera a alocação dos recursos para grupos específicos com o objectivo de causar algumas mudanças ou alcançar metas específicas (Sousa, 2006; e Trevisan e Bellen, 2008).

Assim, a avaliação tem sido classificada em função do seu timing do processo de avaliação, entre a avaliação ex-ante (anterior a implementação) e avaliação ex-post (posterior a implementação). Existe dentro desta destrição, a avaliação in itinere, também conhecida como avaliação durante o processo de implementação. De facto, a avaliação torna-se um verdadeiro instrumento de desempenho da acção governativa, na medida em que a implementação, a estratégia, a operação e a aprendizagem fazem parte duma forma geral deste processo de avaliação e devem ser tidas em conta (Arretche, 1998 *Apud* Trevisan e Bellen, 2008, p. 542).

Assim, a avaliação do programa é o processo de julgamentos deliberativos sobre a validade de propostas para a acção pública bem como sobre o sucesso de projectos que foram colocados em prática. Diante dos diversos objectivos de uma avaliação de políticas públicas podem se distinguir três modalidades: avaliação de metas, avaliação de processos e avaliação de impacto (Trevisan e Bellen, 2008, p. 546). Neste trabalho vai debruçar-se sobre a avaliação do processo de implementação porque se pretende perceber as possibilidades de aceder apoios do Governo através da integração dos pequenos agricultores nas cadeias de valor através da implementação do Programa SUSTENTA que usa como teoria de mudança o Produtor Agrário Comercial Emergente-PACE onde os produtores familiares foram integrados a um integrador (empresa fomentadora ou produtor semicomercial/comercial) e este a uma empresa ancora (Agro indústria nacional) para o processamento e comercialização, a fim de estudar qual deveria ser o melhor desenho deste programa que facilitasse a integração das famílias camponesas. Para além disso, vamos aferir se o programa funciona? e se tem efeitos benéficos para a sociedade como um todo? positivos ou negativos? Estas questões serão conciliadas com os critérios da OCDE que analisa os seguintes aspetos: Eficácia, Eficiência e Efectividade.

Deste modo, a avaliação de processo focaliza-se em detetar os defeitos na elaboração dos procedimentos, acompanhar e avaliar a execução dos procedimentos de implementação dos programas. Identifica igualmente, as barreiras e obstáculos à sua implementação e gerar dados para a sua reprogramação, por meio de registo de intercorrências e de actividades. Esta avaliação ocorre em simultâneo com o desenvolvimento do programa, fazendo com que o uso adequado das informações produzidas permite incorporar mudanças no seu conteúdo (Carvalho, 2003; Costa e Castanhar, 2003 *Apud* Trevisan e Bellen, *Idem*, pp. 546-547). A avaliação permite apreciar a pertinência dos objectivos de uma acção olhando para a relação entre os

resultados e os objectivos. De modo a compreender os resultados é de grande importância usar os critérios de avaliação. Estes determinaram a necessidade ou não de se adoptar as medidas correctivas para garantir a realização das intenções do programa.

A pesquisa sobre a avaliação de políticas públicas olha para alguns critérios de julgamento das consequências da política ou programa. Contudo, existem vários intervenientes que se socorrem dessas dimensões de avaliação. Por exemplo, a OCDE faz a avaliação por meio de modelos de alcance de objectivos. A OCDE através da sua “Rede de Avaliação de Desenvolvimento” – EvalNet – definiu seis critérios externos, a saber: *relevância; coerência; eficácia; eficiência; sustentabilidade e impacto*. Estes parâmetros que guiam a avaliação podem ser classificados em: absolutos: onde as metas estabelecidas são consideradas como o padrão a ser alcançado; históricos: quando fazem a comparação dos resultados ao longo do tempo; normativos: comparação do desempenho com programas similares; teóricos: estabelecidos na própria elaboração do programa com vista a obtenção dos resultados planejados; negociados ou de compromisso: baseiam-se em algum procedimento específico para a sua fixação envolvendo os gestores e os formuladores de políticas públicas (Costa e Castanhar, 2003 *Apud* Trevisan e Bellen, 2008, p. 543).

Com base na classificação dos critérios acima referida, cujos critérios são usados para guiar a avaliação os mesmos padrões são usuais para o estudo, uma vez que oferecem hipóteses para avaliar a funcionalidade dos termos preconizados pelo Programa SUSTENTA de modo a se alcançar os resultados, objectivo e impacto. Assim, este trabalho, ao fazer a avaliação do processo de implementação, procura socorrer-se de três (3) critérios dos que estão descritos acima, aplicados a avaliação do Programa SUSTENTA, nomeadamente: a efectividade, que se conjuga através da eficiência e eficácia e o critério de impacto de modo a ter a percepção da implementação do Programa SUSTENTA junto dos pequenos agricultores familiares.

O critério da **eficiência**, este ajuda para analisar os resultados vs. recursos usados; custo-benefício: se o material estava disponível à hora e em quantidades e qualidades certas? Este critério é uma oportunidade para verificar se as actividades foram implementadas como planejadas e dentro do orçamento? se os resultados foram distribuídos/fornecidos numa forma económica? Os mesmos resultados poderiam ser alcançados com menos fundos? O nível de financiamento foi baixo demais em relação ao plano inicial? Portanto, a racionalidade económica que este critério julga os custos de oportunidade de uma determinada alternativa versus as outras existentes e considera o cumprimento atempado das metas considerando que o tempo é também um recurso preciso, ou seja, a maximização de resultados com menos custos.

O critério da **eficácia** diz respeito ao entendimento do alcance dos resultados, ou se os objectivos foram atingidos? Ao fazer avaliações sobre a eficácia deve-se concentrar nos resultados que são mais importantes para conduzir os objectivos previstos. Dentro deste âmbito, avaliar a eficácia ajuda a perceber os programas adoptados de forma interactiva com o *feedback* das partes interessadas, ou seja, perceber os efeitos positivos e negativos nos beneficiários do programa com os resultados decorrentes do contexto de intervenção. Em síntese, a eficácia investiga a aferição do sucesso ou insucesso do programa, permitindo medir se a diferença entre a meta atingida e a proposta está dentro dos limites toleráveis, ou seja, se as metas atingidas são iguais, superiores ou inferiores às metas propostas.

O critério da eficiência remete a ideia de que os bens e serviços do programa devem ser produzidos com maior eficiência possível. Além disso, a eficiência deve se preocupar também com a quantidade dos produtos que são ofertados pelas organizações em termos numéricos. Uma análise do critério de eficiência no Programa SUSTENTA demonstra que, apesar de terem sido introduzidos cinco (5) pacotes tecnológicos para a agricultura familiar: (1) Girassol+Milho+Feijões; (2) Gergelim+Milho+Feijões; (3) Soja+Milho+Feijões; (4) Arroz+Feijões; (5) Algodão+Girassol+Milho+Feijões verificou-se que na campanha 2020-2021 houve atrasos na distribuição de insumos aos agricultores familiares. Este facto deveu-se aos atrasos de constituição do fundo de crédito para os PACEs, aliado à resistência na concessão de créditos por parte do Governo de Moçambique. O desvio no alcance desse critério esta também no atraso em volta da implementação do fundo de estabilização de preços no sector agrícola que foi suspenso por conta do corte de orçamento do Estado de 2021. Para o nosso entrevistado, os atrasos na disponibilização de insumos, deve-se ao facto de: *“É um processo grande, e os atrasos são normais. É normal num processo grande, estamos a falar de 300 mil famílias em todo o país, por causa da demanda logística isso é muito grande, podemos ter insumos, mas não temos condições de transporte, a estrada é deficiente, e esta é uma das questões integrais e tem a ver com sector das estradas, e das obras públicas”* (Entrevista com Eng. Fredson Da Pátria, MADER-DNDAF, 29/03/2023).

Para além do desvio nesse critério de eficiência, o desafio do Programa SUSTENTA esta relacionado com a falta de priorização na alocação dos apoios para os pequenos agricultores. Isso não se verifica, como se pode constatar do nosso entrevistado:

Quota 1: Não se esta a tomar em consideração diferentes ideias do Programa SUSTENTA. Uma das ideias do Programa SUSTENTA era o aumento da produção e produtividade e o assalariamento rural através das empresas âncoras, mas isso só pode acontecer intersectorialmente, a pequena, média e a grande produção, e até hoje ainda não nos disseram qual é o papel do Ministério da Indústria e Comércio neste programa (Entrevista com Pesquisador Nelson Jaime B. Capaina, OMR, 24/03/2023).

A conjugação da eficiência e da eficácia resulta na **Efectividade**, que é a relação entre os resultados e os objectivos, e se refere a mensuração do impacto ou do grau de alcance dos objectivos. Dentro deste âmbito, a efectividade está relacionada ao impacto social que procura identificar os efeitos produzidos sobre uma população-alvo de um programa adoptado.

Finalmente, o critério de **impacto** procura, ao nível dos beneficiários, ver quais foram as mudanças que o projeto trouxe? Desafia os avaliadores a irem além e ver quais mudanças foram alcançadas e para quem. Aborda igualmente, se houve mudanças não planificadas ou não previstas? A intervenção trouxe uma diferença fundamental, comparado com a situação antes da intervenção? Este critério procura captar as consequências indirectas, secundárias e potenciais da intervenção feita.

Uma análise deste critério, permite referir que segundo o Programa SUSTENTA na componente da área de produção, houve a expansão da área em 131.715 hectares impulsionado pelo Programa SUSTENTA. E na questão de fomento à produção o número de famílias integradas em cadeias de valor produtivas foi de 222.000. Entretanto, reconhece-se que no acesso aos serviços de extensão não houve avanços significativos para pequenos agricultores familiares devido ao fraco investimento nos próprios extensionistas por forma a assistir melhor os camponeses em termos de transmissão de conhecimentos.

Tendo em conta as variáveis definidas nos critérios acima, os capítulos que se seguem procuram compreender a dimensão das limitações que o Programa SUSTENTA apresenta, tendo em conta a estratégia de integração dos pequenos agricultores familiares adoptada pelo programa. Esta análise fará sempre referência aos critérios de avaliação de modo a demonstrar como é que o Programa SUSTENTA conseguiu descortinar instâncias em que os pequenos agricultores familiares se beneficiassem efectivamente dos apoios concedidos pelo Governo via agricultores comerciais emergentes.

4.3. Descrição da filosofia do Programa SUSTENTA na relação entre os Pequenos Agricultores Familiares com os Pequenos Agricultores Comerciais Emergentes.

Neste capítulo do trabalho, procura-se debruçar em torno do papel dos diferentes actores (PACE e PA) no Programa SUSTENTA. Para o efeito, será feita a descrição dos dois lados do Programa SUSTENTA, isto é, os PACE e os PA. Nessa análise o capítulo toma em consideração a relação entre os PACEs e PAs, vis-à-vis as metas que o programa preconiza em termos de número específico a ser integrado no programa e as acções em termos práticos dos pequenos agricultores na cadeia de valores produtiva.

Um facto digno de realce é que as explorações familiares de pequena escala e orientadas para a subsistência são as mais dominantes em Moçambique, todavia, as políticas agrícolas orientadas para o suporte do mercado e comércio têm sido implementadas principalmente suportadas com base em discursos de modernização agrícola, contrariando o garante da segurança alimentar e nutricional das famílias e o garante ao acesso à alimentação como um direito humano.

Entretanto, devido a esse factor, a preocupação dos PACEs é o de integrar um maior número possível de pequenos agricultores sem olhar as questões de capacidade dos mesmos. É por isso que, ao permitirem a produção e investimentos em produtos agrícolas competitivos e protegendo os produtores mais ricos dos preços do mercado internacional e ficando desse modo comprometida a segurança alimentar, essas medidas distorcem o seu objectivo em termos dos reais beneficiários do programa. A figura a baixo demonstra as diferenciações das áreas de produção, por um lado, envolvendo o cooperativismo e a precariedade da agricultura e por outro lado, os investimentos na agricultura através da modernização:



Figura 6. Campos agrícolas de arroz com usos da mecanização e com membros de associações, Distrito de Chókwe, província de Gaza. Retirada no dia 15 de Março de 2023

Para assegurar a integração das famílias camponesas e garantir a segurança alimentar, o Programa SUSTENTA, estabelece linhas de financiamento que são atribuídas em espécie aos PACEs e estes canalizam aos PAs a si vinculados, reembolsáveis também em espécie no fim de cada campanha agrícola.

De acordo com os dados do SPAE na província de Gaza existem 30 PACEs distribuídos nos distritos: Chókwe (16); Bilene (4); Mandlakaze (3); Mabalane (1); Guija (1); Chicualacuala (1); Massangena (1); Chongoene (1); Chibuto (1) e Xai-Xai (1). De referir que para além das linhas de financiamento, os PACE recebem apoios do Governo na preparação dos seus planos de negócio, e para tal, recebem para além desses financiamentos, tractores; grades; charruas; atrelados, viaturas, sistemas de rega; mini-processadoras; armazéns, estufa, motobomba, e semeadora, que são necessários para a cadeia de valor. Entretanto, segundo o Relatório de Balanço do Programa SUSTENTA, na campanha 2021-2022 os níveis de reembolso associados a falta de fundo de maneo e a indisponibilidade de semente melhorada contemplado no pacote tecnológico, trouxeram implicações no alcance das metas do Programa SUSTENTA. Consequentemente, o número de PA no fomento de produção com os PACEs e as suas áreas de cultivo reduziu, por um lado, devido à má execução e dívidas contraídas pelos PAs.

Ora, a estratégia de implementação do SUSTENTA, toma como base o modelo PACE que é um integrador da cadeia de valor possuindo uma área de 5 a 50 hectares e integrando no fomento da produção um mínimo de 100 PA, em detrimento de fazerem parte ou não de associações de produtores. Entretanto, o PACE não esta a assegurar o desenvolvimento social e económico das famílias, como se vê nos nossos entrevistados:

Quota 1: Ao analisar este programa que é o SUSTENTA é muito bem feito e queria ao redor do PACE um número de PAs, mas o PACE alavanca os outros e isso só pode ser se tiver as formas de produção, faz a intermediação entre o PA e o mercado e ganhamos algo nisso, mas a implementação do programa não está boa, o SUSTENTA foi bem concebido. O diretor provincial disse que o PACE devia dizer que tipo de equipamento ele quer, e veio a equipe do MADER e nos fizeram levar o equipamento e não tínhamos opções, os tractores são bons, mas pequenos em potência, a exigência do SUSTENTA eram 100 PA, e esse trator do SUSTENTA faz 2hectares por dia, seria difícil chegar a materialização de 100 PA (Entrevista com Sr. Adamo Abdul Ismael, PACE, 22/03/2022).

Quota 2: A visão é que o PACE se torne um Empresário Rural, e ele ao receber o donativo, do trator, do equipamento agrícola, ele está a promover o desenvolvimento no local onde vive. É por isso que os seus PA não podem viver num raio de acima de 5 km do local onde o PACE está. Ele tem que viver num raio não acima de 5 Km, para se garantir que todos aqueles serviços de lavouras, transporte da produção, a agregação da produção, assistência da produção, estejam perto e que não se façam grandes distâncias para se fazer a agregação. Isto é o que está por de trás é formar,

portanto, através de vários PACE alocados na mesma zona e fazer o ordenamento produtivo (Entrevista com Eng. Ismenio Chitata, Coordenador do Sustenta, FNDS, 29/03/2023).

Entretanto, existem percepções de que há dificuldades de assegurar a integração dos Pequenos agricultores familiares através do PACE porque, embora o mesmo PACE deve residir nos locais próximos do PA, sucede que este último percorre longas distâncias para poder ter apoios. Estes e outros motivos fazem com que a transforação não aconteça nos PA, como se pode observar no extrato do discurso abaixo:

Quota 2: Na campanha 2020-2021 forma 64 PA que integrei, os outros não tinham condições para andar, no princípio tínhamos que integrar pelo menos quem tem 1ha, mas não tem nenhuma quinhenta para lavrar a terra, em princípio tinham que fazer isso, eu até estou com dívidas dos PAs, e eles nem produziram, como vão pagar, fala-se de que quem tem que pagar a semente é o PACE, deveriam ter impulsionado este ano (Entrevista com sr. Aristóteles Júlio, PACE, 23/03/2022).

Quota 3: Existe uma vantagem de trabalhar com os PACE s, eles como tem máquinas não nos apertam nós que estamos ao lado do PACE, quando tivermos dinheiro vamos devolver a eles. Fomos informados em como isso deve funcionar, produzimos o Arroz e damos ao nosso PACE ele sabe onde vai levar o Arroz para poder vender. Na informação que tivemos do SUSTENTA é que eles não tiram tudo, tiram pouco e na outra campanha tiram um pouco, assim sucessivamente para poder pagar as dívidas (Entrevista com sr. Domingos João Matavele, PA, 24/03/2022).

Não obstante a existência de uma relação positiva entre os pequenos agricultores familiares e pequenos agricultores comerciais no Programa SUSTENTA, na utilização de insumos melhorados (sementes, adubos e pesticidas), no Programa SUSTENTA, um dos pacotes de transferência de tecnologias, se baseia num modelo de extensão rural assumido pelo PACE a luz do Programa Integrado de Transferência de Tecnologia - PITTA.

A respeito deste ponto, a abordagem de integração do SUSTENTA que coloca como integrador o PACE, denota imprecisões em termos práticos. Para além de que os pequenos agricultores se localizam em áreas distantes, a relação com os PACE não mostra a eficácia dessa abordagem do PACE, conforme evidenciado pelos trechos a baixo:

Quota 1: Os pequenos agricultores ficam distantes dos PACE, estão localizados a mais de 30 km. A questão começa com a selecção das pessoas, estes aspetos e as questões de que os pequenos agricultores deveriam devolver os kits levou as pessoas de costas revoltadas, e muitos pequenos agricultores desistiram de ser PACE. No início o Programa dizia-se que se deve ter 200 pequenos agricultores, depois reduziu para 130, e isso significa que as relações foram tensas e acabaram se cortando (Entrevista com Nelson Capaina, Pesquisador do OMR, 24/03/2023).

Quota 2: O grande problema do Programa SUSTENTA é que os extensionistas não conseguem prestar os serviços de extensão, devem prestar mais apoios para os produtores de modo a que possam trabalhar mais a terra por meio da sua presença nos campos agrícolas. Os extensionistas devem estar mais na interação com os produtores e devem estar nos campos, porque são eles que devem nos dizer na prática se esta terra é boa ou não para podermos produzir não só o arroz, mas talvez outras culturas, os extensionistas são o desafio desta área da agricultura (Entrevista com Sr. Hissene Coutinho, PA, 14/03/2022).

Quota 3: Prometeram que os extensionistas poderiam nos dar insumos, dar assistência e todo o apoio, mas já era tarde, os extensionistas não aparecem com frequência e não podem aconselhar práticas da agricultura em um sistema arcaico de produção sem adubos e sem nada para esta campanha, eles [o Governo] não veem (Entrevista com Sr. Fernando José Conjo, PA, 25/03/2022).

Apesar do Programa SUSTENTA adoptar uma abordagem de extensão baseado nos serviços públicos de extensão rural através da transmissão de conhecimentos de produção, existem desafios na componente de extensão associados ao facto do número elevado de pequenos agricultores, tendo em conta que são muitos pequenos agricultores familiares que devem ser integrados. Outro aspecto é que se nota que a falta de investimentos de manutenção de motorizadas, tecnologia, fundo de maneio e outros equipamentos para o próprio funcionamento dos extensionistas:



Figura 7. Pequeno agricultor familiar perto da sua machamba, Distrito de Xai-Xai, Província de Gaza. Retirada no dia 13 de Março de 2023

Vários factores concorrem para a transmissão de conhecimentos aos pequenos agricultores que vão desde a falta de investimentos no sector agrícola em equipamentos e uso de tecnologia para os extensionistas. Esses problemas impactam os pequenos agricultores nas suas acções, pois precisam de conhecimentos para a preparação do solo (com lavoura, gradagem, aplicação de agrotóxicos, irrigação e adubação) que afectam directamente na produção e produtividade dos pequenos agricultores. Aliado a isso, o outro factor, tem que ver com a complexidade dos equipamentos oferecidos pelo Governo aos PACE, atrelado ao facto de não se dar o suporte das instituições do Estado aos produtores.

É preciso notar que, os agricultores adoptam as tecnologias para fins específicos, por exemplo, para a melhoria dos solos, alisamento das áreas de cultivo, redução da mão-de-obra para os trabalhos de retirada de infestantes etc. (Say *et al*, 2018, pp 7-15). Pode-se notar a forma como esses problemas de falta de investimento na tecnologia no sector agrário afectam os pequenos agricultores do Programa SUSTENTA:

Quota 1: A agricultura só pode funcionar com insumos, ou com dinheiro, com insumos é necessário se elaborar um plano de acordo com as necessidades, eu quero fazer 1ha de arroz deve existir aquilo que se chama de carta tecnológica, a carta tecnológica indica as necessidades, a própria colheita, e até a própria Indústria, para entregar a produção uma carta tecnológica onde tudo esta claro, por exemplo a preparação da terra, a lavoura, a gradagem e cobertura da semente, é bom, e por sua vez o homem da água deve ser fiel, nós fizemos contrato com a HICEP que é de fornecer a água para 42ha, mas não cumprem, quem paga, deve haver responsabilização, o mesmo acontece com o agricultor, desconta a máquina de ceifa do arroz” (Entrevista com Sr. Aristóteles Júlio, PACE, 23/03/2022).

Quota 2: Para fazer a sementeira tem dois (2) sistemas que é o transplante e a lança directa, e a lança directa é mais barata do que o transplante do arroz. No transplante devemos procurar as pessoas, pagar canteiro por canteiro, eles podem fazer cada canteiro 120 meticais e no máximo 1ha tem 88 canteiros vezes 120 é muito dinheiro, são muitos gastos, o dinheiro que gastamos de transplante e de pulverização do campo sai muito em conta, dai que fazemos a lança directa (Entrevista com Sr. Silvestre Lumbela, PA, 22/03/2022).

Em suma, apesar de existirem esforços do Governo na materialização dos compromissos de Maputo sobre a alocação dos recursos no sector da agricultura, a evolução dos mesmos não acompanha também o crescimento dos pequenos agricultores familiares no País. De acordo com o Relatório Bienal das Metas de Declaração de Malabo (2014), sobretudo na meta sobre a assistência aos produtores na transferência de tecnologias, informações e outros serviços para o combate a fome, demonstra-se desafiante para o Programa SUSTENTA no alcance dessas metas. Ou seja, existem contradição nos implementadores do programa, ora o SUSTENTA é que oferece os insumos, ora os pequenos agricultores devem pagar os donativos desde o momento

da vigência do Programa SUSTENTA. Claramente, a teoria de mudança do Programa SUSTENTA não é perceptível até o ponto de se compreender o papel do PACE e a sua relação com o pequeno agricultor e os extensionistas.

4.4. Percepções dos pequenos agricultores familiares quanto à funcionalidade da filosofia do Programa SUSTENTA

Este capítulo discute o funcionamento do Programa SUSTENTA e os constrangimentos enfrentados pelos pequenos agricultores familiares no acesso equitativo dos apoios canalizados pelo Governo através dos PACEs. Com efeito, os novos instrumentos de governação, PQG 2020-2024, o PEDSA II, e o respetivo plano de investimentos, PNISA II e o Primeiro Relatório de Monitoria da Campanha agrária de 2020-2021 serão usados na complementaridade das percepções dos pequenos agricultores familiares sob seu ponto de vista, se é positivo ou negativo. Ora, de um modo grosseiro, pode afirmar-se que os PACEs do Programa SUSTENTA em Gaza receiam os atrasos na disponibilização dos fundos de maneio bem como a chegada tardia dos insumos para garantia do sucesso da produção.

Para além disso, não está assegurada a entrega dos equipamentos aos PACEs, aliado a questão da qualidade e peso inadequado dos insumos a si entregues, devido aos atrasos dos fundos. A indisponibilização dos insumos atempadamente também acaba se consubstanciando em custos associados aos pequenos agricultores que se veem na condição de fazer o uso da semente local. Esta situação faz com que o desafio prioritário do Governo no uso da semente melhorada não seja alcançado como consequência o desenvolvimento das culturas no campo de cultivo do rendimento esperado é baixo:



Figura 8. Pequenos agricultores no acto de lançamento da semente local, Distrito de Xai-Xai, Província de Gaza. Enviada pelo PACE local, no dia 16 de Março de 2023

Uma análise do discurso proferido no lançamento da ceifa de arroz no Regadio do Baixo Limpopo ajudará a perceber a desarticulação entre as metas a serem alcançadas, por causa das implicações da chegada tardia da semente melhorada aos agricultores e os ganhos para os pequenos agricultores na implementação do Programa SUSTENTA na campanha 2021-2022 não foram dos melhores. Com efeito, uma leitura baseada nos investimentos na agricultura, tais como o acesso ao mercado, políticas atractivas para a comercialização da produção, entre outras salvaguardas institucionais de grande importância para o desempenho do sector agrário evidenciaram o desfasamento na relação entre o discurso e a prática se compararmos o papel das instituições do Estado na aplicação das regras, regulamentos e procedimentos atinentes ao desenvolvimento dos PA.

Por exemplo, podemos apreciar no trecho a baixo retirado no discurso do Ministro da Agricultura no lançamento da ceifa do arroz na Província de Gaza, que mostra que as metas estão a ser ultrapassadas, num contexto de morosidade de transferência dos apoios aos agricultores:

O sonho de transformar Gaza numa referência na agricultura começa a se concretizar pelo seu peso e a sua responsabilidade de abastecimento de alimentos ao nível nacional. No caso vertente de Gaza a produção este ano alcançará 71 mil toneladas, quando avaliamos a produção em campo com uma nova tecnologia, podemos de certa forma olhar para estes números com algum conforto, correspondendo de certa forma a 30% da produção nacional. Pressionado pelo aumento de consumo, a importação de cereais em 2021 custou ao país cerca de 600 milhões de dólares norte americanos e o arroz contribuiu para cerca de 50%, o equivalente a cerca de 300 milhões de dólares norte americanos, em outras palavras o país consome cerca de 500 mil toneladas de arroz, dos quais 60% ainda são importados. Se continuarmos a crescer uma média de 15% poderemos assegurar que em 2030 Moçambique ira produzir arroz suficiente para o seu consumo.

Na visão do OMR não é possível verificar o impacto do Programa SUSTENTA em apenas 2 anos da sua implementação no contexto nacional. O problema desse discurso sobre a modernização agrícola, é de desconsiderar a questão de insegurança alimentar e a produção necessária para os agricultores criarem os meios de subsistência. Os resultados do desempenho do Programa SUSTENTA (primeira fase) não são conhecidos dado que este não foi avaliado e a não articulação desta fase em termos de ilações torna difícil evidenciar o aumento da produção e da produtividade se tomarmos o Programa SUSTENTA como referência para a redução da fome em apenas 2 anos da sua vigência na Província de Gaza.

Consequentemente, de acordo com os nossos entrevistados a preocupação com o Programa SUSTENTA não está virado para a Província de Gaza, mas sim para o Centro e Norte do país onde os programas tais como Moz Norte e Moz Rural operam naquelas regiões do país isso demonstra o facto de o Programa SUSTENTA não estar, em termos

reais em todo o País. Os capítulos que se seguem procuram discutir se a questão do aumento da produção e produtividade é resultante ou não da mecanização agrária, quando associado aos custos de produção no Programa SUSTENTA.

4.4.1. Factores e custos de produção nos investimentos do Programa SUSTENTA e seu impacto nos pequenos agricultores familiares

Este capítulo procura fundamentalmente analisar as percepções sobre o impacto económico e social do Programa SUSTENTA na vida dos pequenos agricultores. Por isso que o mesmo capítulo discute de forma meticulosa diferentes componentes do Programa SUSTENTA em comparação com as entrevistas.

São vários os factores que de forma conjugada impactam na eficácia da cadeia de valores adoptadas pelo Programa SUSTENTA que, por conseguinte, podem concorrer para o desenvolvimento dos agricultores. Nestes factores, descrevemos aquelas componentes que foram adoptados pelo Programa SUSTENTA para compreender a satisfação ou não dos pequenos agricultores familiares:

Semente certificada e uso de fertilizantes: esta componente do Programa SUSTENTA joga um papel importante para o aumento da produtividade, tal como se reconhece nos trechos a baixo:

Quota 1: Para mim o SUSTENTA veio alavancar muita gente, as pessoas estavam habituadas a trabalhar num quarto e quem esta no SUSTENTA deve pelo menos ter 1ha para poder usar os 0,5ha para o pagamento do *kit* que ele recebe e fica com 0,5ha para o consumo e venda para ele poder sustentar-se. É um projecto para alavancar muita gente e não só o PACE e é da responsabilidade do PACE assistir os PA, é para mim um projecto que vem alavancar o povo, é claro que existe um desafio, em termos de máquinas de ceifa de arroz, semente melhorada as pessoas perderam porque o arroz demorou e não tinham máquinas para a ceifa do arroz o RBL não tinha maquinas, o arroz começou a cair e as pessoas começaram a ceifar a mão o arroz (Entrevista com Sr. Ismael Sidi, PACE, 15/03/2022).

Quota 2: Depois de fazermos parte do SUSTENTA, acho que mudou na produtividade, sempre temos produzido, mas não nestes moldes, com insumos, adubos, o SUSTENTA deu adubos, composto, Ureia e herbicidas, semente isso trouxe maior produtividade, onde era de 2 toneladas aumentava para outros ganhos e sempre os ganhos aumentam (Entrevista com sr. Ezequiel Sibane, PA, 18/03/2022).

Quota 3: O Programa SUSTENTA veio ensinar que só se produz bem com o *kit* completo de produção, só se produz bem com a semente certificada, pese embora não tivéssemos a semente a tempo, porque tudo aconteceu atrasado, o SUSTENTA veio dar o renascimento de alguns produtores que estavam a desistir de produzir” (Entrevista com sr. Armindo Manhique, PA, 15/03/2022).

Todavia, pode-se notar que os produtores não têm capacidade de comprar semente melhorada, é por isso que na campanha 2020 - 2021, o Programa SUSTENTA deu o apoio em semente certificada. Entretanto, os problemas de falta de eficácia no processo de transferência desses apoios para os pequenos agricultores gerou a falta de qualidade desses apoios ofertados, sobretudo na questão da satisfação com a produção decorrente da semente oferecida pelo Governo: *Depois da primeira sementeira, tivemos dúvidas com a própria semente, e partilho com os meus PA, as reclamações que tive são as de que o arroz [semente certificada do Programa SUSTENTA] tinha pouco poder germinativo* (Entrevista com Sra. Mónica Siteo, PACE, 23/03/2022).

Do grupo dos agricultores entrevistados, alguns se mostram satisfeitos com a semente do Governo e outro grupo insatisfeito com a semente melhorada do Governo, defendendo que haja por parte do Governo a disponibilização de novas tecnologias que aumentem a produção: *“Dos 33ha tive uma parte que se perdeu, mas a perda foi na germinação do arroz, e esses 33 consegui ter 20ha e 13ha tinham problemas de germinação, esse arroz do SUSTENTA tinha ficado na campanha passada 2020-2021 e lancei não germinou e usei a minha semente, eles deram semente “simão” [tipo de semente], este tipo de semente não deve ficar 2 anos no armazém, para este ano eu aprendi que é preferível usar a minha semente, se o SUSTENTA dar a sua semente vou lançar ao lado”* (Entrevista com Sr. Manuel Horácio Seixas, PACE, 22/03/2022).

Quota 2: Recebemos apoios na campanha passada de 2020-2021 que nos deram insumos, adubos composto e Ureia, propalina, deram a aplicação de pré- e pós- emergente, deram a própria semente de Arroz para nós lançarmos, mas temos o problema de falta de água nos canais para podermos ter o arroz a espigar, temos no mesmo terreno algum arroz que esta a crescer e outro ainda não, devido a falta de água. Existem áreas onde o arroz não cresceu e nalgum momento a terra já não é boa não produz, temos que jogar estrumes/ área vermelha por causa da salubridade da água (Elias Tamele, PA, 24/03/2022).

Nota-se nos depoimentos acima que existem diferenças nos pequenos agricultores na questão de receber ou não receber a semente melhorada do Governo, assim como existem diferentes percepções no uso de fertilizantes. Neste sentido, aceitam que como agricultores recebem as sementes do Governo, mas é importante para os mesmos os fertilizantes, porque caso contrário não será possível alcançar o desempenho da produção apenas com a semente do Governo: *“Nós recebemos apoios do Programa SUSTENTA na campanha 2020-2021, nos deram semente certificada, deram adubos, composto e Ureia, e propanila MCK, deram também trator e máquina de ceifar o Arroz aqui ao nível da Associação e também recebi estes apoios através do meu PACE, porque para produzir esta terra precisa de adubos”* (Flora Chaúque – PA, 22/03/2022).

Percebe-se que os pequenos agricultores familiares do Programa SUSTENTA reconhecem os apoios dados no âmbito da implementação do programa. Mesmo assim, a questão fundamental é a ineficácia no calendário agrícola que por conta dos atrasos dos apoios do programa, condiciona a sementeira das culturas como è o caso da cultura do arroz, bem como na melhoria do rendimento. Segundo os dados da EBA (um modelo

avaliativo e regulador de negócio na agricultura do Banco Mundial, 2017) mostram na avaliação de Moçambique que, na prática, os institutos de pesquisa públicos não registam as variedades de sementes para as empresas produzirem e venderem internamente.

As sementes certificadas são a prioridade para o Governo de Moçambique, entretanto, a centralização das decisões por parte do Governo limita as questões de eficácia no processo de distribuição dos apoios do programa, e como consequência a insatisfação com a produção da semente do Governo.

Além disso, outra observação baseada em dados da EBA é que uma lista de variedades protegidas – seja por patentes ou por um sistema eficaz não são disponíveis ao público, o que seria, fundamental para a adopção de novas variedades pelos agricultores. Adicionalmente, os apoios em termos de *kits* de produção contendo sementes e fertilizantes mostram que existe o envolvimento das autoridades locais no processo da distribuição, acarretando morosidades na sua disponibilização para os agricultores. Assim, os pequenos agricultores acabam recorrendo ao uso de fertilizantes, apesar de não serem atractivos mesmo quando subsidiados em 100%.

Segundo Leonardo *et al*, se verifica em particular para pequenos agricultores, onde os subsídios contribuem positivamente para a margem de aumento da renda, reduzindo os custos elevados na compra de sementes certificadas (Leonardo, *et al*, 2018).

Ainda de acordo com os autores acima, uma literacia por parte dos produtores sobre a questão dos usos de fertilizantes ajudaria Moçambique na componente de uso mássico de fertilizantes, aliado a isso, as conclusões dos dados da EBA destacam a ausência de proibição da venda de fertilizantes de sacos abertos, bem como a clarificação das principais informações que devem estar contidas nas especificações de fertilizantes, tais como: peso líquido dos fertilizantes, efeitos ou impactos dos seus usos, nome e informações do fabricante, país de origem, entre outras, que facilitariam aos pequenos agricultores conciliar com as práticas locais.

Estes factores devem ser associados as várias componentes integradas no Programa SUSTENTA, por exemplo, embora tenha-se introduzido pacotes tecnológicos na cadeia de produção do SUSTENTA, na Província de Gaza não se assegurou a disponibilidade e acesso à insumos agrários (semente melhorada, sobretudo). Esta situação, concorreu para a criação de mecanismos de estabilização do preço destes insumos para os agricultores, entretanto, a recepção tardia da semente por parte do Governo, tornou os preços da semente mais inflacionados pelos comerciantes para os pequenos agricultores:



Figura 9. Insumos agrícolas depositados nos armazéns dos PACEs no Distrito de Xai-xai na Província de Gaza - campanha 2020-2021. Enviada pelo PACE local no dia 13 de Março de 2023

Maquinaria: esta componente do Programa SUSTENTA olha para questões das especificações do equipamento agrícola que são de grande importância sobretudo para o aumento da eficiência e eficácia da produtividade, como se observa nestes trechos abaixo:

Quota 1: (...) Se tivessem dado um fundo de maneo seria bom, deram cheques simbólicos pelo Presidente da Republica, mas tudo ficou lá [na HICEP], se há dinheiro o PACE é que deve ir comprar os produtos onde ele achar, mas nos forçaram a levar onde eles indicaram, é o Estado que diz que fez o concurso e diz que é a CASA DO AGRICULTOR, onde devemos levar o equipamento, todas as partes envolvidas no SUSTENTA devem ser operativas (Entrevista com Sr. Aristóteles Júlio, PACE, 23/03/2022)

Quota 2: O Director provincial disse que o PACE devia dizer que tipo de equipamento ele quer e veio a equipe do MADER e nos disseram para levar o equipamento, mas para tal, e não tínhamos opção, os tratores são bons, mas pequenos em potência, seria difícil chegar a materialização de 100 PA (Entrevista com Sr. Adamo Ismael, PACE, 22/03/2022).

Quota 3: Nós alugamos o trator no PACE, que vem aqui para ajudar a fazer a retirada do Arroz no atrelado do Trator, e temos que procurar pessoas para ajudar a colocar

nos sacos e amarrar e colocar no atrelado, é preciso dedicar um dia inteiro para este trabalho e ficar à espera da máquina de ceifar o arroz, porque não temos, então no dia em que vem ceifar temos que estar aqui e fazer o enchimento dos sacos até onde armazenamos o arroz (Entrevista com Sr. Fernando José Conjo, PA, 25/03/2022).

Embora o número de insumos tenha aumentado na campanha 2020-2021, com destaque para semente certificada, fertilizantes e tratores, bem como a expansão das áreas de produção do Programa SUSTENTA. Os apoios concedidos em termos de tratores não cobriram a todos os PACEs, conseqüentemente os pequenos agricultores familiares tiveram a redução das suas áreas de cultivo na campanha seguinte. A imagem a seguir demonstra as componentes associadas aos tratores adquiridos no Programa SUSTENTA para o fomento de produção:



Figura 10. Trator e grades adquiridos no âmbito do Programa SUSTENTA na campanha 2020-2021, no Distrito de Chókwè, Província de Gaza. Retirada no dia 15 de Março de 2023

Não obstante ao uso do trator, e outros equipamentos não fornecidos directamente pelas empresas estatais, como Auto combinadas, e ceifeira do arroz, a questão da mecanização agrária não esta bem sincronizada com o Programa SUSTENTA. Os pequenos agricultores familiares reconhecem que os tratores oferecidos reduzem o esforço que os PAs faziam no acesso as máquinas. Entretanto, os tratores não apresentam sustentabilidade a longo prazo, olhando para as próprias metas do Programa SUSTENTA, será difícil cobrir boa parte dos pequenos agricultores, julgando pelas especificidades das máquinas para o tipo de agricultura praticada. A respeito deste ponto o Coordenador Executivo da UNAC diz o seguinte:

Quota 1: A modernização agrícola me parece estar a contribuir de alguma forma para a redução do esforço manual das pessoas, mas também reduz os esforços das mulheres e a mão-de-obra infantil, existem indicadores que podem garantir o índice

de desenvolvimento humano moçambicano através dessa modernização. Mas, o que nos inquieta é a dimensão dessa modernização, as maquinarias que são introduzidas, acabam excluindo um pouco o próprio campesinato porque tem que andar atrás do PACE para poder ter essas máquinas, mas poder-se-ia ter pequenas maquinetas, as multicultivadoras para que os PA tenham acesso a tecnologia, não dependendo do PACE, esta é a falha da modernização, mas também corremos o risco de não ter a capacidade de assistência dessas máquinas (dr. Luís Muchanga da UNAC, 13/04/2022).

Quota 2: A empresa que faz assistência técnica sai de Maputo, estamos a falar de 12 pessoas que receberam tratores numa primeira fase e os outros estão parados. O aumento de produção não é resultante da mecanização, é resultante de queimadas e desbravamento das áreas. E o Programa SUSTENTA luta contra o desmatamento, mas a prática é o contrário (Nelson Capaina, Pesquisador do OMR, 24/03/2023).

Segundo Cunguara, e Darnhofer a mecanização agrícola com base em uso dos tratores está restrita na província de Gaza onde estão localizados 56% de todos os tratores em Moçambique. Por seu turno, a análise de sementes melhoradas e celeiros melhorados está restrita às províncias do Centro, uma vez que estas têm o maior potencial de produção de culturas. Um padrão semelhante pode ser identificado para o uso de tratores, direcionados para a província de Gaza uma região com melhor infraestrutura, mas menor potencial agrícola do que as províncias do Centro. Embora exista uma correlação entre o uso da mecanização do trator e da tração animal com o maior número de áreas de cultivo, a ineficácia em garantir a manutenção dos equipamentos agrícolas, como a assistência técnica, o que elucida a forma como o programa esta centralizado (Cunguara, e Darnhofer, 2011, pp 379-90).

Mercado: o Programa SUSTENTA reconhece nesta componente que o acesso aos mercados, para além de garantir um espaço de interação de diferentes atores dentro da cadeia de valores, permite o estabelecimento de contratos agrícolas com os produtores e ou associações de produtores, vendas e compras de insumos agrícolas, acesso ao crédito agrícola, equipamentos e pela compra da produção (em função do seu volume). Neste sentido, os mecanismos de acesso a esta estrutura de mercado são pouco praticáveis para os agricultores, que vem na agricultura como actividades de garante da sua segurança alimentar, como se vê nos trechos a baixo:

Quota 1: O mercado não é um grande problema, porque mesmo na campanha 2020-2021 nos vendemos a produção do Arroz para o Complexo Agroindustrial de Chókwè – CAIC, para nós o problema de mercado não é grande, o problema é o preço. Para nós que produzimos o arroz o mercado não é problema, talvez outras culturas, o arroz é muito consumido ao nível nacional e pode ser armazenado por aí 10 anos (Entrevista com Sr. Jaime Fevereiro Mupissa, PACE, 18/03/2022).

Quota 2: Houve mudança, outros anos compravam o Arroz em quem era conhecido, da parte do SUSTENTA ninguém fica com arroz, compraram o arroz, com a MIA [empresa de descasque de arroz local] tínhamos uma prática de usar a tecnologia e apesar das dificuldades que a MIA nos causou trabalhávamos com a tecnologia na forma de produção, e isso já vínhamos fazendo com a MIA, houve onde pudéssemos vender o arroz, embora veio tarde CAIC comprar o arroz, o SUSTENTA não trouxe novidade (Entrevista com sra. Juniveva Cossa, PA, 24/03/2022).

Como se pode notar, o facto de não ter sido feita a avaliação do Programa SUSTENTA na fase piloto deixou de lado as experiências pré-existentes sobretudo no uso da tecnologia por parte dos agricultores. Não obstante, o acesso ao mercado para a comercialização do arroz, os produtores reconhecem que o preço da comercialização não estimula os gastos de produção:

Quota 1: Ajudou para assegurar a questão da fome, embora os apoios demoraram, nós tínhamos um sítio para poder vender, os preços do arroz na campanha passada faziam a 17,5 kg e eles cortavam os grãos, a humidade, quando o arroz não estiver bem seco eles fazem estes cortes todos dentro dos 17,5 quilos que pagamos e o pouco que fica só da para podermos assegurar os custos de uma outra campanha (Entrevista com sra. Mequelina Jopelane, PA, 24/03/2022).

Quota 2: O preço foi afixado posteriormente não foi informado, não fosse as cheias talvez estaríamos a assobiar. O preço não era mau, era de 16,5 meticais para o PA e 17 meticais para o PACE. No caso concreto do ano passado foi o melhor preço praticado aqui no Xai-Xai, mas o problema é que as pessoas não renderam aquilo que deveriam, mas o preço justo do arroz não é e nem há-de ser daqui a alguns anos e é comprado pelo CAIC, que é do Estado (Entrevista com Sr. Zacarias Simbine, PACE, 14/03/2022).

Quota 3: Não temos boa relação com os investidores na compra da produção, porque o preço da compra é predeterminado não em função dos custos de produção, mas em função do que o Governo estabelece, ano passado o Chókwè estava a pagar 17 aqui no RBL era 16,5, é preciso fazer o reajustamento dos custos de produção (Entrevista com Sr. Armindo Manhique, PA, 15/03/2022).

Os pequenos agricultores familiares não conhecem o preço real da comercialização do arroz praticada. Para além disso, de acordo com Mosca, considerando a redução da produtividade em muitas culturas alimentares, a produção vendida para o mercado não deve ter aumentado. Aliado a este factor, está o facto de que determinadas culturas foram incentivadas, a produção aumentou e depois os agricultores não tiveram mercados para vender, há circuitos comerciais e preços não incentivadores para os agentes comerciais e o Estado deste modo, procura desresponsabilizar-se da comercialização, referindo que esta actividade deve ser desenvolvida pelo sector privado. Em síntese, a estrutura de mercado é desfavorável aos PAs, para além disso acresce-se o facto de

existirem dificuldades de armazenamento da produção e consequentes riscos de perdas pós-colheita (Mosca, 2014, pp 16-18).

Financiamento e Crédito agrícola: nesta componente, o Programa SUSTENTA refere que o financiamento ocorre através das *kites* de insumos disponibilizados em espécies bem como através de crédito. Este financiamento é integral dentro da produção através da cadeia de valores com o uso do modelo de contrato de produção. Para os nossos entrevistados na questão do crédito agrícola a intervenção do Governo é ineficiente de modo a que se possa assegurar a produção dos agricultores. A respeito desse ponto, pode se evidenciar nos trechos a baixo o seguinte:

Quota 1: Nós fomos instruídos a ir no Moza Banco e disseram que havia um fundo do FNDS e deram um contrato no Guija e abrimos conta na Moza Banco, um e outro PACE fez o mesmo e disseram que não vamos receber dinheiro e sim um cartão para ir a “Casa do Agricultor” essa promessa não mais se concretizou e nós não temos financiamento (Entrevista com Sr. Adamo Ismael, PACE, 22/03/2022).

Quota 2: Primeiramente quando falamos com o Programa SUSTENTA garantiu que ia assegurar, mas não vimos a tal asseguradora que prometeram, disseram que estavam na fase de negociação com algumas empresas asseguradoras (Entrevista com Sr. Ismael Sidi, PACE, 15/03/2022).

Quota 3: O Programa SUSTENTA deu os meios de trabalho, nós nos sacrificamos ano passado, animados com os apoios e ter conseguido apoiar os outros, mesmo com as cheias do ano passado nós estávamos lá a colocar o arroz no terreno, não houve encorajamento que deveria se fazer através das visitas de supervisão e monitoria com as perdas que tivemos, nós os PACES parece que fomos abandonados (Entrevista com Sra. Mónica Siteo, PACE, 23/03/2022).

Do acima exposto, nota-se que os PACES recebem o *kit* do Sustenta que se constitui em um financiamento de produção. Mesmo assim, não existe o seguro agrícola que possa permitir um melhor resultado em termos de produção. Isso faz com que uma vez o PACE, não tendo financiamento para assegurar a campanha, os PA que eles integram terão mais probabilidade de não apresentar um bom desempenho nos seus resultados como se mostra nos trechos abaixo:

Quota 1: Os apoios do Programa SUSTENTA são bem-vindos, mas estes apoios vieram tarde e não vimos o benefício, se o Sustenta pudesse continuar a ajudar seria mais-valia, precisámos de apoios para assegurar a produção (Entrevista com Sr. Elias Tamele, PA, 24/03/2022).

Quota 2: Recebemos apoios no ano passado 2020-2021, deram apoios de sementes, adubos por parte do Sustenta, deram outros produtos químicos, mas porque calhou com as chuvas não deu efeitos, aqui nesta zona baixa é mais propenso e perdemos toda a produção (Entrevista com Sra. Rejane Cossa, PA, 22/03/2022).

A evidência encontrada na literatura mostra que os PAs são propensos aos riscos, sobretudo porque não investem em insumos melhorados com capacidade de resiliência e por considerarem outras necessidades mais importantes do que a compra de sementes melhoradas. Para além disso, os pequenos agricultores não geram renda com a comercialização das suas colheitas, e se sentem bem usando a semente reservada ou mesmo os apoios do Governo. A figura a baixo demonstra que apesar do discurso oficial de mecanização agrária, o aumento da produção e produtividade não se verifica e o desmatamento aumenta cada vez mais com o programa:



Figura 11. Pequenos agricultores fazendo a preparação manual para o transplante de arroz no Distrito de Chókwè, PROVÍNCIA de Gaza. Enviada pelo Extensionista local no dia 22 de Março de 2023

Segundo o Relatório Bienal das Metas da Declaração de Malabo mostra que entre 2015 e 2025 deve se reduzir para a metade 50% das perdas pós-colheitas. Os estudos da FAO relatados no mesmo documento mostram igualmente que em Moçambique no ano de 2010 as perdas pós-colheitas se estimam entre 30-40%. Igualmente associa-se a componente das mudanças climáticas, onde as metas da Declaração de Malabo preconizam para até 2025 a promoção de iniciativas para a melhoria da capacidade de resiliência dos produtores às variações climáticas para pelo menos 30% de agricultores, criadores e pescadores (Relatório Bienal da Declaração de Malabo, MASA, 2018). Mesmo assim, estes todos instrumentos de referência no sector agrário só servem para carimbar que existem tais políticas que guiam o sector, entretanto, a agricultura não esta a melhorar.

Infraestruturação e ordenamento produtivo: nesta componente do Programa SUSTENTA nota-se que um dos principais desafios do programa é promover maior dinâmica no sector privado para investir no agro-processamento, estruturas de armazenagem

disponibilização do crédito, e impulsionar investimentos sobre infraestruturas rurais, nas vias de acesso, regadios entre outros. Para os pequenos agricultores do Programa SUSTENTA estes desafios de investimentos na infra-estruturação estão aliados com os mecanismos de gestão das infraestruturas ligadas a política de água, os trechos abaixo evidenciam este ponto de vista ao defendem que:

Quota 1: Estamos satisfeitos porque trazem semente melhorada para nós, e isso ajuda bastante, mas temos a problemática das falhas na disponibilidade da água nas valas de drenagem e os canais estão mal, precisam de limpezas para podermos ter acesso a água e pagamos 800 meticais no fim de cada campanha, mas a HICEP não esta a cumprir, os apoios são bem-vindos porque não temos condições de comprar adubos, e devem chegar a tempo para podermos lançar (Entrevista com Sra. Mequelina Mbasima, PA, 24/03/2022).

Quota 2: A minha machamba tem 1ha, e desses 1ha eu cultivei toda a área e coloquei la o arroz, mas o problema da falta de água, a HICEP não faz limpeza das valas de drenagem para podermos ter água, tem sítios onde não chega água nessa zona de Chókwè, e no meu campo onde fiz 1ha tem sítios onde o arroz não esta a crescer porque não tem água, e outra parte do campo não produz porque a água saliniza os solos (Entrevista com Sra. Maria Salomão Mabença, PA, 23/03/2022).

Tal como podemos observar, as diferentes componentes integradas ao Programa SUSTENTA devem funcionar para garantir o desenvolvimento social e económico das famílias camponesas. Portanto, a problemática da gestão das infraestruturas que garantem a implementação da política de água – RBL e HICEP provoca outros efeitos associados ao cultivo dos campos de produção colocando deste modo em causa a produtividade, tal como se nota nos trechos abaixo:

Quota 1: (...) É preciso que a HICEP tenha capacidade técnica para dirigir as máquinas, e os ganhos depois de se fazer as limpezas serão maiores, as mesmas pessoas que querem ser grandes agricultores são engenheiros da HICEP, não pode (Entrevista com a PACE Sra. Mónica Siteo, 23/03/2022).

Quota 2: Na campanha passada 2020-2021 recebemos um pacote do SUSTENTA em que nós tínhamos que lavar e eles nos davam a semente de 100kg para lançar, deram adubos composto para reativar o solo, Ureia, fertilizantes e pulverizadores, de facto essa campanha nos ajudaram. Essa ajuda não valeu nada, primeiro porque o Governo quando ajudar deve ver as condições por causa do regadio, a SIREMO [empresa extinta do Estado] hoje temos a HICEP, não esta a aguentar e houve essa chuva que alargou os campos e teria sido evitado porque, as Valas drenam a água para as machambas, deve-se fazer a assistência porque o Chókwè continuara a ser o cemitério do dinheiro do Estado, não será possível ter retorno. Ninguém valoriza a conquista do regadio, e da machamba. Muitas áreas estão a sofrer a salinização, não há razão de importar o arroz, que limpem as valas. Fazemos parte da Associação Graça Machel – Conhane, cerca de 30 membros são do SUSTENTA, mas nós não

colhemos, razão do excesso da água nos campos (Entrevista com Sr. Domingos João Matavele, PA, 24/03/2022).

Em suma, nota-se que o problema não é a questão da política de água, mas sim os mecanismos de gestão das infraestruturas de irrigação. A este fato refere-se que teoricamente a distribuição da água deveria efetuar-se de forma rotativa. Entretanto, verifica-se um grande desmando em termos de gestão de água no perímetro irrigado de Chókwè, aliado ao fato de a infra-estrutura se encontrar num nível avançado de degradação fato que se agravou com as cheias de 2001. Por isso a gestão eficaz dessas infraestruturas é fundamental para garantir que essa componente esteja ligada as demais componentes integrais do programa.

4.4.2. Dimensão das limitações da filosofia do Programa SUSTENTA face ao objectivo de melhorar a segurança alimentar e nutricional das famílias em Gaza

Neste capítulo vamos procurar perceber de que forma o Programa SUSTENTA esta a reduzir a pobreza rural e a fome nas famílias camponesas. Para o efeito, analisaremos algumas limitantes que o Programa SUSTENTA tem na perspectiva da sua teoria de mudança.

Os agricultores comerciais são os mesmos que têm vindo a receber os apoios do Governo dos diferentes programas no sector agrário desde os tempos. Nestes termos, olhando para as preocupações dos pequenos agricultores familiares que vão desde a falta duma literacia; limitação no acesso aos recursos públicos; falta de tecnologia; falta de insumos melhorados; acesso ao mercado; falta de crédito agrícola e falta de seguro agrícola nota-se a marginalização dos pequenos agricultores. De acordo com os *policy briefs* publicados pela OMR, notou-se que ao nível do MADER, a medida que se ia implementado o Programa SUSTENTA, também ia-se experimentado outras estratégias de mudança a fim de verificar se elas dão certo ou não. Os trechos abaixo evidenciam as limitações do programa para integrar os pequenos agricultores:

Quota 1: Antes tínhamos nos anos 1980 e 1990 o Banco Popular de desenvolvimento e acho que era concebido mesmo para o desenvolvimento porque dava crédito especificamente para a agricultura. Tínhamos um fundo agrícola do Limpopo, estava sendo gerido em parceria com a RBL e GAPI, buscávamos o dinheiro e trabalhávamos. Mas eu quero acreditar que o que às vezes estrangula isso, tem pessoas que se acham agricultores e que podem ir buscar o dinheiro e não conseguem devolver (Entrevista com PACE Zacarias Simbine, 14/03/2022).

Quota 2: Já recebi alguns tipos de apoios alguns anos, já trabalhei com a MIA que ajudava em termos de lavouras, sementes, e adubos e davam dinheiro para os

guarda-pássaros e todo o dinheiro compensavam na colheita. A MIA trabalhou durante 5 anos, não teve boa relação com os produtores, porque a MIA deduzia tudo e não deixava nada para os produtores, e o último apoio que tivemos é do SUSTENTA, que nos apoiou com insumos, sementes, adubos, composto e Ureia (Entrevista com o PA, Sr. Fernando Conjo, 25/03/2022).

Os apoios oferecidos têm como beneficiários grupos primários com algumas posições na administração local do Estado. Estes grupos incluem presidentes das associações de produtores e seus conjugues, secretários do bairro, gestores públicos ao nível da província – Governador, membros dos serviços locais do Estado, SDAE, administradores do Regadio e os respetivos directores de operações, e manutenção, técnicos da agricultura, régulos, líderes comunitários, chefes de segurança, e professores. Portanto, a não clareza sobre que teoria de mudança que o Programa SUSTENTA esta a usar gera ineficácia nos seus beneficiários reais:

Quota 1: O Governo implementou o projecto e nós aderimos, quem é o produtor que não quer apoio, alguns e outros, por exemplo o caso da Mamã Rita e o próprio Engenheiro Rogério (PACEs) como estão mais organizados, e tem salário compatível e conhecem os trabalhos do fomento do Arroz, alguns não aderiram, não aderiram porque eles conhecem os efeitos negativos do fomento do arroz (Entrevista com Sr. Armindo Manhique, PA, 15/03/2022).

Quota 3: Temos engenheiros com campos, e colegas que estão encostados em melhores sítios de acesso a água. Essas regras de jogo não têm razão de ser, por exemplo, o trabalhador do RBL que aloca a máquina de ceifar o arroz ele pode colocar na machamba própria para evitar os custos e é o mesmo agricultor que reclamamos nele com as nossas dificuldades. A presença destes aqui, e a política que a Empresa está a usar, alguns colegas [produtores] que estão próximos deles sofrem (Entrevista com Sr. PA, Armindo Manhique, 15/03/2022).

Do acima exposto esta claro que existe exclusão no Programa SUSTENTA. Essa exclusão é notória quando olhamos as relações de poder dos diferentes grupos que nos mostram quem são as pessoas que se beneficiam dos apoios do Governo:

Quota 1: Entrei na actividade agrícola através da Associação, Arquize, sendo que o PACE Aristóteles é o Presidente desta mesma associação e eu sou Presidente da Assembleia Geral e começamos a criar esta associação quando veio a MIA em 2003 (Entrevista com Sra. Juniveva Cossa, PA, 24/03/2022).

Como se não bastasse, há uma exclusão de outros grupos como por exemplo Jovens e mulheres cujos conhecimentos dos direitos de acesso e posse da terra são pouco conhecidos isso mostra como o Programa SUSTENTA exclui certos grupos, e ao mesmo tempo esse programa capitaliza essas limitações dos pequenos agricultores:

Quota 2: Eu sou professor e nos tempos livres faço essa actividade da agricultura para poder diversificar as fontes alternativas de subsistência, e foi assim que entrei na actividade da agricultura e recebemos apoios do Programa SUSTENTA, mas a lavoura, gradagem, marrachamento e a cobertura do arroz foi com o nosso próprio dinheiro (Entrevista com Sr. Fernando Conjo, PA, 25/03/2022).

É caso para dizer que as dificuldades de assegurar a integração dos PAs por meio desta estratégia de implementação do Programa SUSTENTA se torna um desafio se olharmos para a relação entre os PACEs. O Governo quando implementou o Programa SUSTENTA modificou várias vezes a filosofia do programa:

Quota 1: Uma das coisas que questionamos do SUSTENTA é será que não estaremos aqui com o Sustenta a médio e longo prazo criar uma massa empresarial que possa usar alguma massa mais presente no campo que é o PA não empregado e não empresariado e depois temos uma elite que esta a crescer dentro do SUSTENTA, como o SUSTENTA pode garantir que efectivamente o PACE não cresça sozinho em detrimento dos PA, e como os PACEs e PA crescem ao mesmo ritmo. Para isso acontecer é preciso garantir um real investimento deste PA, ele não podia ser tomado como alvo a ser integrado, deveria se auto integrar e esse processo resulta de um crescimento do mesmo PA, porque se dissemos que esse PACE é que deve integrar, pode acontecer, mas aí já depende da vontade, e acima de tudo da idoneidade e da crença deste PACE na garantia do processo de desenvolvimento (Entrevista com dr. Luís Muchanga, Coordenador Executivo da UNAC, 13/04/2022).

Nota-se que de facto, esta relação produz assimetrias de informação no relacionamento entre os agricultores comerciais e agricultores familiares, na medida em que o integrador que é o PACE, esta munido de informações relevantes, tais como o funcionamento do mercado, financiamento e do acesso aos recursos do Governo, diferente dos pequenos agricultores, como se vê nas palavras do nosso entrevistado: *nosso PACE é Aristóteles, mas quem nos conduz é outro, não sabemos como andam as coisas, ele tem dificuldades para nos assegurar, integra os que estão fora do grupo, e deixam a nós aqui* (Entrevista com sra. Juniveva, PA, 24/03/2022).

Em suma, percebe-se que o Programa SUSTENTA visa manter o agricultor familiar ao nível do meio rural através dos apoios que o Governo disponibiliza. Entretanto, é um programa distorcido virado para beneficiar os agricultores comerciais mais ricos. A análise feita nos trechos precedentes permite dizer que este é um programa que não garante o bem-comum, uma vez que os beneficiários são os mesmos desde que o Governo faz transferências de apoios.

Existe uma desarticulação no campo, entre a intenção do Governo que faz transferência dos apoios às famílias pobres que têm limitações para se desenvolverem e os beneficiários reais dos mesmos apoios. Isto mostra que em termos de critérios de eficiência e eficácia mostram que o programa não está a considerar a maximização do

impacto para o desenvolvimento social e económico, com vista a obtenção dos resultados pretendidos com o Programa SUSTENTA.

Outro factor, é que em termos de satisfação dos pequenos agricultores, o desempenho do Programa SUSTENTA na província de Gaza é baixo em termos de impacto socio-económico das famílias camponesas. A filosofia do Programa SUSTENTA não tem como preocupação central beneficiar os pequenos agricultores familiares porque:

Quota 1: A questão da transformação agrária vai acontecer quando começarmos a ter unidades de processamento numa determinada zonas viradas para a promoção do desenvolvimento rural. O objectivo é criar uma capacidade numa determinada zona, e fazer com que por exemplo, numa zona onde tenha 5 PACE e 300 PA pode aparecer uma Empresa privada com pré-financiamento e garantir que uma certa cultura seja produzida e depois a mesma Empresa irá a comprar a produção (Entrevista com Eng. Isménio Chitata, FNDS, 29/03/2023).

Em termos da política na agricultura consegue-se notar que os agricultores comerciais e emergentes abocanham os apoios transferidos via Programa SUSTENTA, uma vez que os mesmos se beneficiam da posição privilegiada em que se encontram na cadeia de valores produtivas. Tratam-se, pois, dos agricultores comerciais bem posicionados na cadeia de valor, sendo que os mesmos se alcançam através de políticas específicas adoptadas pelo Governo, cujas relações de poder com os agricultores mais ricos criam demandas ao próprio Governo. Mesmo com estas situações, vários agricultores continuam com acesso limitado aos apoios canalizados pelo Programa SUSTENTA:



Figura 12. Agricultores nos campos de cultivo na Associação Samora Machel, na província de Gaza. Retirada no dia 31 de Março de 2023

4.5. Impacto do Programa SUSTENTA na renda familiar.

Durante o período de trabalho de campo, quer os pesquisadores da OMR, quer os vários depoimentos dos participantes, fizeram referência a questão da produção e produtividade como essenciais para o aumento dos rendimentos dos agregados familiares e a garantia de segurança alimentar e nutricional das famílias. No Programa SUSTENTA existem três (3) acções que concorrem para o aumento dos rendimentos: (i) a geração de cerca de 200mil postos de emprego; (ii) geração de oportunidades para a criação de 01 milhão e 200 mil autoempregos; (iii) incremento médio da renda dos beneficiários dos atuais 36. 000 Mt ano para 76. 000 Mt/ano até 2024. Do ponto de vista dos pequenos agricultores familiares do Programa SUSTENTA, o mesmo esta a contribuir para assegurar a segurança alimentar das famílias. Entretanto, uma análise do Programa SUSTENTA, na província de Gaza, mostra que é difícil manter a sustentabilidade dos agricultores se compararmos os rendimentos necessários para a sua subsistência e reserva alimentar para as próximas épocas:

Quota 1: A lavoura está orçada em 4 mil meticais por ha, e a gradagem esta orçada em 2mil a 2,5 mil dependendo da oferta das máquinas e com as oscilações de combustíveis. É relativo dizer para todo o trabalho quanto é que custa, por exemplo, eu estou a trabalhar com 5 ha, e dos 5 hectares só a lavoura seria por ai 40 mil, porque tem que se fazer a primeira e a segunda lavoura, devido as exigências temos 2 lavouras e 20 mil para a gradagem, e os custos são muito elevados e depois segue-se a sementeira, embora seja relativo o preço, mas existe várias modalidades, o sistema de transplanta, e usamos a mão-de-obra porque não temos semeadora, pode-se fazer o sistema de viveiro e de transplanta e para tal esta orçado em 6 mil que seria necessário para 5 hectares 30 mil meticais (Armino Manhique, PA, 15/03/2022)

Quota 2: Para fazer tudo, desde a lavoura, a gradagem e nivelamento dos solos nos 1ha eu gasto 8 mil Meticais para fazer a lavoura e depois a gradagem, tem vezes que é preciso fazer a 2 duas gradagens, depois disso a preparação da terra, para além de outros gastos relativos ao pagamento da água que fazemos o pagamento no fim de cada campanha são 400 meticais para 0, 5ha e 800 meticais para 1ha, de todas estas despesas podem chegar até a 20 mil meticais para fazer todo o trabalho na agricultura, são muitos gastos (Elias Tamele, PA, 24/03/2022).

Quota 3: Os gastos são muitos, quando é para limpar os campos do Arroz, fazer a gradagem, a lavoura, e a segunda gradagem depende muito também dos nossos campos, mas para fazer a lavoura são 4 mil Meticais, a gradagem são 2mil e fazemos duas gradagens, e depois pagamos as pessoas para poderem tirar o capim, e pagamos por cada canteiro que são 100 a 200 meticais (Inora Djodjo Ngouvene, PA, 22/03/2022).

Face a estes custos de produção que os PAs apresentam, os PACE aparecem numa situação de vantagem em termos de produção. São os PACEs que tem logo a prior as informações privilegiadas de quais serão as culturas elegíveis pelo Governo para uma

determinada época de cultivo e qual será o preço da comercialização do arroz na cadeia de valores deste cereal:

Quota 1: O Programa SUSTENTA, prontos (...) a sua abordagem não foi perceptível logo na sua implementação, mas depois começamos a perceber. O SUSTENTA talvez num outro tipo de actuação [em termos de abordagem] não é para nós. Começou a correr o Programa SUSTENTA, e muitos pensavam que poderiam ter os apoios do SUSTENTA, para mim, como PACE o SUSTENTA não esta a fazer algo diferente, pelo menos para o bloco do Ponela, a questão de melhorar os rendimentos dos 8 dólares para 40 dólares, os nossos agricultores já superam a renda dos 8 dólares, de princípio isso serviria para beneficiar os PAs, mas os do Ponela não (entrevista com sr. Zacarias Simbine, PACE, 14/03/2022).

Avaliando pelas dificuldades dos custos de produção gerados pela própria cadeia de valores da produção do arroz que os pequenos agricultores enfrentam, nota-se que a questão do rendimento familiar não melhorou o bem-estar das famílias. Isto é, as políticas agrárias são contraproducentes num contexto onde, apesar dos subsídios aos PA, os preços de comercialização da produção ao nível rural são mais altos em comparação com os preços praticados pelos agricultores nas cidades. De acordo com os orçamentos familiares do IOF as desigualdades baixaram, no sentido de que alguns pequenos agricultores começaram a reabilitar as suas casas, e colocar os seus filhos na escola, mas a pobreza aumentou. As despesas a serem pagas pelos pequenos agricultores por cada campanha agrícola acabam por consumir maior parte dos rendimentos das famílias camponesas.

4.6. Impacto do Programa SUSTENTA no Emprego

Este subcapítulo mostra que, embora o sector da agricultura é o que mais emprega, sobretudo nas zonas rurais, a redução dos apoios na 2ª campanha fez com que houvesse desincentivo nos pequenos agricultores devido as dividas contraídas pelos mesmos no âmbito da sua vinculação aos agricultores comerciais, e como consequência disso, o aumento do desemprego na cadeia de valores do arroz.

O Programa SUSTENTA considera emprego na agricultura familiar quando o mínimo de um tempo da produção familiar (excedente) é dedicado à comercialização apos garantida a reserva de segurança alimentar da família. E, o rendimento agrícola da família rural é igual ou superior ao salário mínimo do sector agrário – 4.390 (salário de 2019).

Neste sentido, uma análise dos depoimentos dos pequenos agricultores do Programa SUSTENTA mostra-se que os PACEs e PAs tem apoios que recebem por parte do Governo, mas os mesmos não estão satisfeitos com os apoios que recebem. É neste âmbito que a grande preocupação dos agricultores, para garantir o excedente, praticam

uma agricultura itinerante, ou seja, emigram da zona baixa e fixam-se na zona alta, o que torna difícil para depois escoar a produção: *eu tenho 0, 5ha onde consigo produzir o Arroz, e a outra parte que tenho também de 0, 5ha é uma zona morta, não conseguimos ter acesso a água para regar, acabamos ficando a espera das chuvas, não dá para fazer a prática da agricultura* (Rejane Fernando M. Cossa, PA, 22/03/2022)

Quota 3: Nós ouvimos falar do Programa SUSTENTA com o PACE que nos informou que vamos ter apoios de semente melhorada, e adubos, mas para nós que queremos trabalhar na agricultura, que lavramos a nossa terra, então nós íamos trabalhar com os PACES e tínhamos que ter força de trabalhar na agricultura (Maria Salomão Mabença, PA, 23/03/2022).

Com estas situações, dificilmente os agricultores podem gerar efeito expansionista através do Programa SUSTENTA:

Quota 1: Não vejo interesse na Indústria em comprar a mexoeira para vender, o tomate para vender, mas estes são os produtos que garantem a segurança alimentar. Com a visão de agricultura comercial do SUSTENTA estamos a matar a segurança alimentar porque estamos a pressionar o PA, essa cadeia de valor é determinada pela indústria ancora. A questão da literacia, não podemos deixar de lado, os produtos demandados pela ancora fazem com que a produção alimentar esteja virada para a indústria, nos resultados do SUSTENTA nos campos que mostram não são de tomate, de alface, de couve, de repolho, são campos de gergelim, de arroz, de soja, não são produtos de segurança alimentar, o pepino não é mostrado, mas o discurso está lá (Entrevista com dr. Luís Muchanga, Coordenador Executivo da UNAC, 13/04/2022).

Quota 2: O Programa SUSTENTA, em termos de política, o País nunca teve uma política maior, o Sustenta não é uma abordagem, o SUSTENTA é uma marca que o MADER tem e dentro do SUSTENTA temos os programas de integração dos PA, temos o MOZ NORTE, programa de irrigação, tudo isso tem a ver com SUSTENTA, que integra os PA (Entrevista com Eng. Fredson Da Pátria, Chefe do Departamento de Planificação da Agricultura Familiar – DNDAF -MADER, 29/03/2023)

Uma análise do rendimento do agricultor familiar mostra que o investimento na cadeia de valor não pode ser comparado com os pequenos agricultores comerciais. Ademais, um olhar sobre o impacto do rendimento médio agrícola nas cadeias de valor ou pacotes tecnológicos, descreve um cenário no qual o investimento na agricultura conseguido pelos pequenos agricultores familiares torna impossível a sua integração numa situação de desvantagem em comparação com o PACE. Segundo os relatórios do IOF 2019-2020 que mostram que aquilo que são os rendimentos do trabalho assalariado dos PA é bastante exíguo para cobrir os custos de produção:

Tabela 5: Fontes de rendimento por áreas de residência em Moçambique

Fonte de receita	Total	Urbano	Rural
Receitas totais	8 916	12 972	6 813
Rendimento do trabalho assalariado	3 421	7 955	1 070
Salário em dinheiro do trabalho principal	3 193	7 375	1 025
Salário em dinheiro do trabalho secundário	172	439	33
Gratificações ou remunerações extraordinárias	56	141	12
Rendimento do trabalho por conta própria	4 622	3 672	5 114
Valor das Vendas de Produção Própria	1 989	1 319	2 337
Valor Líquido do Comércio	840	1 582	456
Auto Consumo	1 792	771	2 322
Rendimento de propriedade	136	347	26
Arrendamento da casa	126	337	17
Arrendamento de terras agrícolas	10	10	9
Outras fontes	737	997	603

Fonte: IOF, 2019/20

De acordo com o IOF na província de Gaza a receita media mensal é de 5.759 no período de 2019-2020. Contudo, os mesmos relatórios do IOF 2019-2020 mostram que entre 2014-2015 a pobreza ao nível da província de Gaza situava-se em 44% e no período de 2019-2020 a percentagem da pobreza aumentou para 65%. Como consequência, a agricultura não está a garantir a transformação rural e melhorar os meios de subsistência das famílias camponesas:

Quata1: Ao nível do Ponela nenhum agricultor havia arcado com uma dívida de 100 mil antes, ou seja, faziam a campanha e tinham défices, mas conseguiam gerir, mas a dívida que se gerou por causa de não entendimento [entre os PACE e os PA]. O pensamento dos apoios era de que isso ia alavancar a produção e é verdade que a questão do preço não entra, mas o preço foi afixado posteriormente não foi informado, não fosse as cheias talvez estaríamos a assobiar. O Preço não era mau era 16,5 PA e 17 para o PACE. No caso concreto do ano passado foi o melhor preço praticado aqui no Xai-Xai, mas o problema é que as pessoas não renderam aquilo que deviam (Entrevista com Sr. Zacarias, PACE, 14/03/2022)

Embora os factores naturais tenham estado por detrás dos rendimentos, os factores de capacidade por parte dos PAs foram determinantes para a sua exclusão no Programa SUSTENTA. O programa não cobria as questões de tecnologia (guarda-pássaros, lavouras, gradagem) e outros custos associados ao baixo rendimento das famílias camponesas na campanha na campanha anterior com a implementação do Programa SUSTENTA. Na campanha seguinte ouve a filtragem dos pequenos agricultores que poderiam continuar no processo de integração e os que não poderiam e isso esta associado ao que os mesmos agricultores conseguem produzir e consequentemente o

que eles podem oferecer ao Programa SUSTENTA em termos de desembolsos das transferências do Programa SUSTENTA.

CAPÍTULO V

5. CONCLUSÃO E SUGESTÕES PARA INVESTIGAÇÃO FUTURA

Esta investigação focou-se na **Análise da adequabilidade do Programa SUSTENTA para a integração dos Agricultores Familiares na Província de Gaza entre (2020-2022)**. Todavia, este estudo procurou resposta a seguinte questão de investigação: *De que forma é assegurada a integração dos pequenos agricultores familiares no Programa SUSTENTA adoptado pela agenda governamental na Província de Gaza entre 2020 e 2022?* Neste caso, de acordo com a hipótese levantada para esta questão de investigação, segundo a qual, talvez a filosofia do Programa SUSTENTA visa reforçar agricultores comerciais emergentes pois, o perfil dos pequenos agricultores familiares não assegura a sua possível integração no programa, ao contrário dos agricultores comerciais, verifica-se na medida em que os dados da pesquisa mostram que não existe clareza sobre qual é a teoria da mudança que o Programa SUSTENTA esta a adoptar para a integração das famílias camponesas nas cadeias de valor.

Por conseguinte, foi utilizada a investigação qualitativa para procurar dados sobre as experiências vividas pelos pequenos agricultores familiares que enfrentam este fenómeno. A relação entre os agricultores comerciais emergentes e pequenos agricultores familiares tem uma desarticulação e beneficia mais os agricultores mais ricos os PACE. Usando o método da teoria fundamentada foi analisado o Programa SUSTENTA a partir das opiniões dos pequenos agricultores, o que permitiu formular uma visão geral daqueles agricultores que recebem sementes do Governo. A abordagem da teoria fundamentada mostrou que a forma como o SUSTENTA foi concebido pelo Governo e as suas limitações para os pequenos agricultores diz muito sobre as relações de poder subjacentes entre os PACE e PA.

Entretanto, o Programa SUSTENTA ainda tem resultados negativos (que são mostrados no capítulo IV) decorrentes por um lado, do facto de não existir clareza e evidência sobre a teoria de mudança deste programa em termos de estratégia, e a insatisfação com a produção da semente do Governo. E por outro lado, a falta de um processo de avaliação crítica do SUSTENTA de modo a encontrar a melhor forma que toma os pequenos agricultores como sendo retratados como actores passivos na cadeia de valores, bem como o facto de se implementar o SUSTENTA tendo como base os posicionamentos críticos e ou pequenas correções sem consistência sobre como deve ser a agricultura familiar.

Os pequenos agricultores são tratados como um alvo a integrar que só podem garantir a sua transformação rural com a ajuda do Governo, e que os mesmos podem não ser capazes de fazer nada enquanto a ajuda do Governo não estiver presente.

Este estudo conclui que em termos de eficiência e eficácia, o Programa SUSTENTA não esta a descortinar instâncias que mostrem a obtenção dos resultados pretendidos. Ora vejamos, os PACE não detinham capacidade de absorver a produção dos Pequenos agricultores familiares. Diferentemente dos PACE, o Programa SUSTENTA detectou as grandes limitantes dos pequenos agricultores familiares na componente de aumento dos rendimentos. Isso se verifica devido ao baixo acesso dos insumos, tecnologia, equipamento, acesso aos mercados, lavouras, gradagem, preparação dos solos. Com efeito, isso contribuiu para que o SUSTENTA não tenha descortinado instâncias em que os pequenos agricultores familiares se beneficiassem, efectivamente, dos apoios concedidos pelo Governo via agricultores comerciais e emergentes.

Assim, as limitações não estão apenas no SUSTENTA em si, mas também na aplicação das políticas agrícolas que são contraproducentes e afectam a estrutura agrícola, consequentemente não garantem o “bem-comum”, o que antevê, em termos de acesso aos recursos do Estado, que o Governo tende a promover os interesses dos agricultores comerciais mais ricos. Portanto, nota-se que a visão do Governo é de considerar em termos de perfil os PACE como uma classe politicamente significativa para a busca de legitimidade política (via pequenos agricultores que possuem um baixo nível de “*sofisticação política*”, apesar de serem um eleitorado maior) se compararmos a forma como são retratados pelo Governo.

Esta investigação contribui para a exploração dos resultados negativos do Programa SUSTENTA para a integração dos pequenos agricultores familiares na província de Gaza. Utilizando uma abordagem da teoria fundamentada e análise crítica do discurso formal de acabar com a fome, isto pode explicar porquê determinadas políticas têm certos resultados e não aqueles pelos quais foram definidas. Uma vez que a implementação do SUSTENTA vai até 2024, este estudo pode ser um estímulo em um ponto de partida para os decisores políticos avaliarem criticamente qual deveria ser o melhor desenho do Programa SUSTENTA que facilitaria melhor a integração dos pequenos agricultores familiares através de um perfil determinado nas cadeias de valor tal como definido pelo Programa SUSTENTA.

Embora se possam tirar conclusões deste estudo, há sugestões para investigação adicional para confirmar as conclusões num contexto mais alargado ou aprofundar determinados aspectos deste estudo. No domínio do estudo de programas de desenvolvimento esta investigação contribuiu para seguir a preocupação do Governo de Moçambique de atingir a segurança alimentar e nutricional das famílias camponesas através do aumento da produção e produtividade do sector agrícola.

Ao analisar e apresentar os impactos negativos em termos socio-económicos – concretamente na Província de Gaza- junto dos pequenos agricultores familiares e outras

partes interessadas, podem ser feitas avaliações dos programas políticos no sector agrário o que pode levar a melhoria dos mesmos. No entanto, há sugestões para explorar ainda mais o tema que se apresentam a seguir.

A análise da dimensão de género é uma das componentes que podem ser exploradas no Programa SUSTENTA, no sentido de priorização de pequenos agricultores com enfoque nas Mulheres no acesso aos apoios do Governo direccionados pelo programa. Um estudo que investigasse sobre a dimensão de género iria desempenhar um papel importante no entendimento das necessidades dos pequenos agricultores do SUSTENTA em todas as suas facetas, quer de homens, jovens e mulheres. Outra sugestão para a investigação futura é sobre o impacto do SUSTENTA numa dimensão comparativa dos padrões dos pequenos agricultores familiares que estão integrados no programa e aqueles que estão fora do SUSTENTA a fim de ter um entendimento sobre qual é a probabilidade de aceder os apoios do SUSTENTA se uma pessoa tem um perfil determinado (seja filiação partidária ou outro) e a implicação disso no acesso ou não dos apoios direccionados pelo programa. Um estudo deste tipo pode ser de interesse para os decisores políticos, por exemplo, a fim de compreender se o programa tem uma componente de filiação partidária, ou não, uma vez que permitiria tirar conclusões sobre as razões pelas quais as políticas do sector agrário sempre beneficiaram as mesmas pessoas.

Além disso, como mencionado no Capítulo IV (sobre a dimensão das limitações da filosofia do SUSTENTA), são necessárias mais investigações sobre o enquadramento das abordagens de desenvolvimento nas políticas nacionais com vista a criação de políticas sectoriais que, em última análise, não conduzam à exclusão dos pequenos agricultores, e que de forma integrada e intersectorialmente conduzam ao desenvolvimento económico e social em termos de impacto.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Achicala, R., S. Lampeão, L. S. Lopes, V. Salustiano, A. Mabota, H. Matlombe, A. Miguel, A. Mazivila, F. Fumo, F. Zezela, F. Camisa & D. Diogo (2016). **Anuário de Estatísticas Agrárias 2015**, Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar.
- Bryman, A. (2012). **Social research methods 4th ed.** Oxford University Press.
- Cabral, Lidia. (2019). **“Zinc roof or mango tree: tractors, modernization and agrarian transformation in Mozambique”**. APRA, Working Paper, 019.
- Castel-Branco, C. (2008). **O Banco Mundial e a Agricultura – uma discussão crítica do Relatório de Desenvolvimento Mundial (RDM)**.
- Costa, Jacinta Inês Marcos, & Castigo, Pedro (2021). **Análise dos progressos, constrangimentos e desafios do programa agrário “SUSTENTA” em Moçambique**. Reserch, Society and Development, v. 10, n. 14.
- Cunguara, B. e Darnhofer, I.. (2011). **Assessing the impact of improved agricultural technologies on household income in rural Mozambique**. Elsevier, Food Policy 36, Pp 378–390.
- Cunguara, Benedito., & Garrett, James (2011). **O Sector Agrário em Moçambique: Análise situacional, constrangimentos e oportunidades para o crescimento agrário**. Documento apresentado no “Diálogo sobre a Promoção de Crescimento Agrário em Moçambique”, Maputo.
- Dawson, C. (2002). **Practical Research Methods: A user-friendly guide to mastering research techniques and projects**. How To Books.
- Driscoll, D. L. (2011). **Introduction to primary research: Observations, surveys, and interviews. Writing spaces: Readings on writing**, 2(2011), 153-174.
- Fioretos, O., Falleti, T. G., & Sheingate, A. (2016). **Can Historical Institutionalism be Applied to Political Regime Development in Africa?** (SSRN Scholarly Paper ID 1843091). Social Science Research Network.
- Guarín, Alejandro., Rivera, María., Correia, T. Pinto., Guiomar, Nuno., Šūmane, Sandra., & Pérez, Olga M. Moreno. (2020). **A new typology of small farms in Europe**. Global Food Security, Elsevier.
- Glover, Steven., & Jones, Sam. (2016). **Can Commercial farming promote rural dynamism in sub-Saharan Africa? Evidence from Mozambique**. UNU-WIDER/120.
- Fritz, Verena., Levy, Brian., & Ort, Rachel. (2014). **Problem-Driven Political Economy Analysis: the World Bank’s experience**. The World Bank.

- Hennink, M., Hutter, I., & Bailey, A. (2020). **Qualitative research methods**. Sage.
- Jones, Sam., Glover, Steven. (2016). **Can commercial farming promote rural dynamism in sub-Saharan Africa? Evidence from Mozambique**. WIDER Working Paper/120.
- Kothari, C. R. (2004). **Research Methodology: Methods and techniques** (2nd ed.). New Age International.
- Kumar, R. (2011). **Research methodology: A step-by-step guide for beginners** (3rd ed). SAGE.
- Leonardo, Wilson; van de Vem, Gerrie W.J; Kanellopoulos, Argyris & Giller, Ken E (2018). **Can farming provide a way out of poverty for smallholder farmers in central Mozambique?** Agricultural System, Elsevier, (Pp 240-251).
- Mcloughlin, C. (2014). **Política Economy Analysis: Topic Guide** (2nd Ed.) Birmingham, UK: GSDRC, University of Birmingham.
- Mosca, João, Capaina, Nelson & Nova, Yara (2023). **Programa SUSTENTA: Instituições**. Destaque Rural Nº 201, 02 de Fevereiro, OMR, Maputo.
- Mosca, João, Capaina, Nelson & Nova, Yara (2023). **Avaliação intercalar do Programa SUSTENTA (piloto 2017-2019)**. ORM, Maputo.
- Mosca, João (2017). **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas**. Revista NERA. Observatório do Meio Rural (OMR) – Maputo, Moçambique pp. 68-105.
- _____ (2023). **O Modelo SUSTENTA**. Destaque Rural Nº 200, 31 de Janeiro, OMR, Maputo.
- Mosca, João. (2021). **Amores e Desamores à volta do SUSTENTA**. Destaque Rural Nº 117, 09 de Março, OMR, Maputo.
- Ribeiro, Rui de Nazaré (2021). **SUSTENTA: Algumas considerações sobre o papel estratégico atribuído aos PACE**. Destaque Rural nº 129, OMR, Maputo.
- Rosário, N. M. (2021) **Agricultura no regadio do Baixo Limpopo, Gaza, Moçambique: uma breve análise e reflexão sobre a tipologia dos agricultores**. Revista Nera, v. 24, n. 60, (Pp 226-249).
- Rosário, Domingos Manuel Do. (2012). **From Negligence to Populism: An Analysis of Mozambique's Agriculture Political Economy**. Working Paper, 034.
- Rossi, Rachele. (2022). **Small farms' role in the EU food system**. European Parliamentary Research Service.

- Say, S. M., Muharrem, M. S., Yunus E. S. (2018). **Adoption of precision Agriculture Technologies in developed and developing countries.** The Online Journal of Science and Technology - Volume 8, Issue 1.
- Saunders, M., Lewis, P., & Thornhill, A. (2016). **Research Methods for Business Students.** Harlow: Pearson.
- Sousa, C. (2006). **Políticas Públicas: uma revisão da Literatura.** Sociologias, Porto Alegre, Pp 20-45.
- Technoserve (2018). **O Modelo de Pequeno Agricultor Comercial como mecanismo de desenvolvimento rural.** AGRA, Kingdom of the Netherlands.
- Thelen, K., & Steinmo, S (1992). **Historical institutionalism in comparative politics. Ins Structuring Politics: Historical Institutionalism in comparative analysis** (Pp 1-32). Cambridge University Press.
- Thurlow, James., Cunguara, Benedito., & Benfica, Rui (2019). **Linking Agricultural Investments to Growth and Poverty: An Economywide Approach Applied to Mozambique.** Elsevier, Agricultural Systems, (Pp 91–100).
- Trevisan, A. P.; e Bellen, H. M. (2008). **Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção.** Rio de Janeiro: RAP.
- Vala, Salim Cripton (2007). **A Riqueza está no campo: Economia Rural, Financiamento aos Empreendedores e Fortalecimento Institucional em Moçambique.** Conferência Inaugural do IESE, Maputo,
- Weimer, Bernhard & Carrilho, João (2017). **A Economia Política da Descentralização em Moçambique: Dinâmicas, Efeitos, Desafios.** Instituto de Estudos Sociais e Economicos -IESE, Maputo.
- Wuyts, Marc, & O'Laughlin (1981). **Estudos Moçambicanos. A questão agrária.** Centro de Estudos Africanos – UEM, Maputo, (0137/INLD/80).
- Yin, Robert. K. (2016). **Pesquisa Qualitativa do início até ao fim.** Porto Alegre, e-PUB.

Teses e Documentos Oficiais

- Amilal, C. M.. (2008). **Evolução e Diferenciação dos Sistemas Agrários: situação e perspectivas para a agricultura e agricultores no perímetro irrigado de Chókwé/Moçambique.** [Tese de Doutorado]. Porto Alegre: UFRGS
- Comprehensive Africa Agriculture Development Programme (CAADP). New Partnership for Africa's Development (NEPAD). Declaration on CAADP, African Union (AU), Maputo, Mozambique, 2003.

Centro de Integridade Pública (2021). **Falta de Transparência na Selecção dos Beneficiários do Projecto SUSTENTA indicia compra de lealdade a nível local.** Edição No 3, Maio, Distribuição Gratuita.

Evaluation Criteria. OCSE CAD – OCDE DAC Network on Development Evaluation (EvalNet). Disponível em (<http://www.oecd.org/dac/evaluation>) - acedido em 21 de Abri de 2022.

FAO, **Country Programming Framework (CPF).** (2012) Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), Office of Knowledge Exchange, Research and Extension.

FAO, Voluntary guidelines on the responsible governance of tenure of land, fisheries and forests in the context of national food security - (VGGT 2012).

FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas. **Avanços e Desafios das Políticas de apoio aos Agricultores Familiares em Mocambique.** s/d, FAO Mozambique.

FAO. The state of food security and nutrition in the world: safeguarding against economic sloudowns and downturns. Rome, 2019.

Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário II (PEDSA II 2021-2030)

Ministerio para a Coordenacao da Accao Ambiental. Estrategia Nacional de Adaptacao e Mitigação de Mudanças Climáticas (2013-2025).

Instituto Nacional de Estatísticas. Inquérito sobre Orçamento Familiar (IOFs 2019/20)

MADER (2021). **Primeiro Relatório de Monitoria. Campanha Agraria 2020-2021 Outubro a Janeiro.** Apresentação no Conselho de Ministros.

INE (2021). Inquérito Sobre Orçamento Familiar – IOF 2019/2020. Maputo: Instituto Nacional de Estatísticas. República de Moçambique.

MADER (2020). **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário II (PEDSA II 2021-2030).** Maputo: Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), República de Moçambique.

MADER (2020). **SUSTENTA: Transformando Vidas. (2020-2024).** Maputo: Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER). Pp 1-82.

MADER (2021). Plano Nacional de Produção – Campanha Agraria 2021/2022. Maputo: Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural. República de Moçambique, Novembro de 2021.

- MADER (2021). Programa SUSTENTA - Plano de Ação Campanha 2021/2022. Maputo: Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER). República de Moçambique, Julho de 2021.
- MADER (2021). **Resultados do Inquérito Agrário Integrado 2020**. Marco Estático. Maputo: Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural.
- MASA (2011). **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA) 2011-2020**. Maputo: Ministério da Agricultura (MINAG), República de Moçambique.
- MASA (2018). **Relatório Bienal das Metas da Declaração de Malabo**. Maputo, 21 de Maio Apresentação PowerPoint, Conselho Consultivo.
- MINAG (2013). **Plano Nacional de Investimentos para o Sector Agrário PNISA 2013 - 2017**. Maputo: Ministério da Agricultura (MNAG), República de Moçambique.
- MITADER (2018). **Balanço do Sustenta 1º Ciclo Produtivo Fevereiro 2017- Julho 2018**. Relatório Sustenta. Maputo: Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, República de Moçambique.
- Millennium Challenge Corporation Finance (2021). Investment & Trade Mozambique Compact Development Private Sector Opportunity Analysis - Stage 2.
- PAEI- **Política Agrária e Estratégia de Implementação**. Resolução nº 11/95 de 31 de Outubro, República de Moçambique, I Serie – Número 9, aprovada pelo Conselho de Ministros.
- UNE (2014). **Malabo Declaration on Accelerated Agricultural Growth and Transformation for Shared Prosperity and Improved Livelihoods**. Malabo, Pp. 26-27,
- World Bank. (2019) **Enabling the Business of Agriculture (EBA): MOZAMBIQUE**.

ANEXOS

Anexo 1. Lista de entrevistados

Pequenos Agricultores Comerciais Emergentes - PACEs				
Nome do entrevistado	Instituição/Local da Entrevista	Contacto	Data	Hora
1. Adamo Abdul Ismael	Chókwè – Localidade de Conhane	824426220	15/03/2022	9h- 10h 10 minutos
2. Lembrança Carlos Chongana	Chókwè sede – Associação de produtores 21 de Maio	827243110	23/03/2022	8h – 9h30 minutos
3. Graça Herinques Tivane	Chókwè - Associação de produtores Samora Machel	852536700	14/03/2022	12h- 12h 30 minutos
4. Mónica Antero Siteo	Chókwè – Chilembene	844018186	16/03/2022	8h30 – 9h30 minutos
5. Aristóteles Manuel Cuna	Chókwè – Chilembene	840248901	16/03/2022	10h – 11h
6. Manuel Horácio Seixas	Chókwè – Chilembene	840302156	14/03/2022	10h – 11h
7. Zacarias Marcos Simbine	Xai-Xai - Inhamissa - RBL	873559579	18/03/2022	14h – 15h 30 minutos
8. Jaime Fevereiro Mupissa	Bilene	844195417 878419541	22/03/2022	11h – 12h 45 minutos
9. Bernardo Rafael Mandlate	Bilene	847148084	25/03/2022	12h – 13h 30 minutos
10. Ismael Suleiman Sidi	Chongoene	872153661	17/03/2022	15h – 16h 30 minutos
Pequenos Agricultores - PAs				
Nome do entrevistado	Instituição/Local da Entrevista	Contacto	Data	Hora
1. Armindo Manhique	Bloco do Ponela Sul - RBL		15/03/2022	11h – 12h
2. Hissene Coutinho	Bloco do Ponela Sul - RBL		14/03/2022	10h – 11h05
3. Manuel Macuacua	Bloco do Ponela Sul - RBL		15/03/2022	10h50 – 11h25

4. Mário Manuel Morais	Bloco do Ponela Sul - RBL		14/03/2022	11h50 – 12h 15
5. António Manuel	Ponela Norte – RBL - Chicumbane		16/03/2022	9h20-10h35 minutos
6. Calibia Saia Pelembe	Zona baixa de Magul-Bilene		18/03/2022	14h50-15h15 minutos
7. Elias Tamele	Chilembene – Chókwè		24/03/2022	09h – 10h 20 minutos
8. Ezequiel Oriente Sibane	Magul- Bilene		18/03/2022	15h30- 16h10 minutos
9. Inora Djodjo Ngouvane	Associação 21 de Maio de Chókwè		22/03/2022	10h – 11h 20 minutos
10. Juniveva Carlos Cossa	Hockwe – Chókwè		24/03/2022	14h – 15h 20 minutos
11. Lúcia Mubunda	Hockwe – Chókwè		24/03/2022	11h – 12h
12. Mequelina Jopelane Mbasima	Hockwe – Chókwè		24/03/22	14h – 15h
13. Rejane Fernando M. Cossa	Associação Samora Machel – Chókwè		22/03/2022	09h – 10h
14. Silvrestre Lumbela	Associação Samora Machel		22/03/2022	10 h 45- 11h 30 minutos
15. Tomás Armando Malamule	Hockwe – Chókwè		24/03/2022	14h – 14h 45 minutos
16. Domingos João Matavele	Chókwè		24/03/2022	7h 40 minutos – 8h 30 minutos
17. Fernando José Conjo	Campo de produção de Conhane		25/03/2022	10h40 minutos – 11h 10 minutos
18. Flora Chauque	Associação 21 de Maio de Chókwè		22/03/2022	10h 30 minutos – 11h 15 minutos
19. Maria Salomão Mabença	Localidade de Hockwe		23/03/2022	11h 15 minutos – 11h 50 minutos
20. Melecina Siteo	Associação 21 de Maio de Chókwè		22/03/2022	9h – 10h 15 minutos

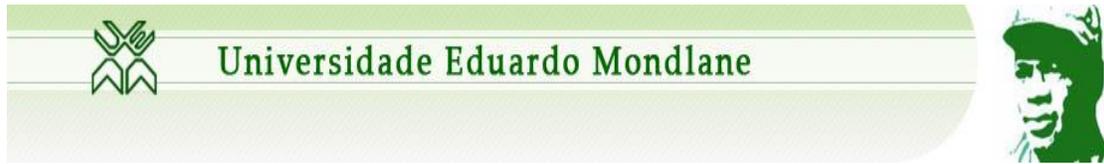
Técnicos dos Serviços Provinciais das Actividades Económicas de Gaza e do MADER - Maputo				
Nome do Entrevistado	Instituição/Local da Entrevista	Contacto	Data	Hora
1. Eng. Cesar Muhate	Técnico SUSTENTA– SPAE – Xai-Xai	875638286	15/03/2022	13h – 13h 30 minutos
2. Filipe Manuel – Técnico do SPA	Técnico SUSTENTA– SPAE – Xai-xai	873628049	16/03/2022	15h – 15h 30 minutos
3. Fredson Da Pátria – MADER- DNDAF	Chefe do Departamento de Planificação da Agricultura Familiar	869045990	29/03/2023	14h – 15h 30 minutos
4. Ismenio Chitata – MADER - FNDS	Coordenador do SUSTENTA -FNDS	823149720	29/03/2023	14h – 15h 30 minutos
5. Nelson Jaime Borges Capaina	Observatório do Meio Rural – OMR - Maputo	825501512	24/03/2023	9 h – 11horas
6. dr. Luís Muchanga – Coordenador Executivo da UNAC	União Nacional de Camponeses – Sede - Maputo	878887108	13/04/2022	11h – 12h 40 minutos

Anexo 2. Receitas Mensais - IOF 2019/2020

Fonte de receita	Total	Urbano	Rural
Receitas totais	8 916	12 972	6 813
Rendimento do trabalho assalariado	3 421	7 955	1 070
Salário em dinheiro do trabalho principal	3 193	7 375	1 025
Salário em dinheiro do trabalho secundário	172	439	33
Gratificações ou remunerações extraordinárias	56	141	12
Rendimento do trabalho por conta própria	4 622	3 672	5 114
Valor das Vendas de Produção Própria	1 989	1 319	2 337
Valor Líquido do Comércio	840	1 582	456
Auto Consumo	1 792	771	2 322
Rendimento de propriedade	136	347	26
Arrendamento da casa	126	337	17
Arrendamento de terras agrícolas	10	10	9
Outras fontes	737	997	603

APÊNDICES

Apêndice 1. Guião de Entrevista para os Pequenos Agricultores Familiares (PAs)



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIA SOCIAIS

Mestrado em Ciência Política

O presente guião de entrevista tem como objectivo colher dados para serem analisados no âmbito da pesquisa sobre o Programa SUSTENTA de modo a perceber dos pequenos agricultores familiares como descrevem o programa em termos de transformação das suas vidas através da agricultura. O mesmo surge no âmbito da obtenção do grau de Mestre na Universidade Eduardo Mondlane.

Guião de Entrevista para os Pequenos Agricultores Familiares (PAs)

I. Questões introdutórias:

- a) Pode dizer-me algo sobre si? (por exemplo seu nome, idade, a quanto tempo vive aqui)
- b) Pode dizer-me algo sobre as suas actividades diárias?
- c) Que tipo de agricultura faz? Se faz a utilização de fertilizantes, semente melhorada?
- d) Fazem tudo à mão ou utilizam máquinas para o trabalho da agricultura?
- e) Pode nos contar sua breve história de como entrou na atividade da agricultura?

II. Apoios à produção familiar:

- a) Quanto é que gastam para fazer todo o trabalho na agricultura?
- b) Será que receberam algum tipo na campanha passada?
- c) O que é que produzem?
- d) Quantos metros tem a machamba onde fazes a agricultura?
- e) Qual é a vantagem de se fazer a agricultura?
- f) Estão satisfeitos com a semente que o Governo dá para os pequenos agricultores familiares?

III. Percepções sobre o SUSTENTA:

- a) O SUSTENTA está a vos ajudar para assegurar o problema da fome? Se sim, explica.

- b) Quais são os requisitos que exigem para fazer parte do SUSTENTA?
- c) Qual é o rendimento que tinha antes de entrar no SUSTENTA?
- d) E depois de entrar no SUSTENTA consegui aumentar a produção?
- e) Está satisfeito ou não com o Programa SUSTENTA?

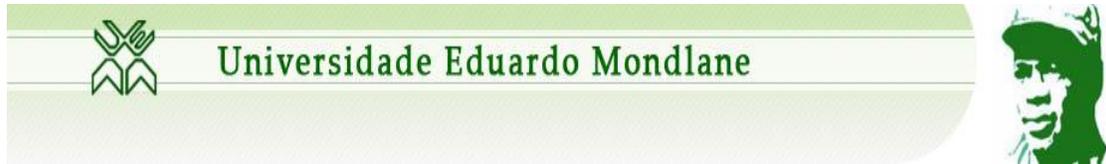
IV. Relações entre o PA e o PACE:

- a) Existe alguma vantagem na maneira de trabalhar com os PACEs?
- b) Como é que trabalham dentro do regadio?
- c) Qual é o vosso relacionamento com os PACE e os investidores?
- d) Como fazem para aumentar a produção?
- e) Vocês têm recebido do PACE sementes e adubos, dentro da época de produção?
- f) Como é feita a distribuição dos ganhos entre os PA e os PACE?
- g) O PACE apoia os PA para armazenar a produção? Se não explica como fazem?

V. Questões finais:

- a) Existe alguma mudança na maneira de fazer a agricultura depois que fizeram parte do SUSTENTA?
- b) Quais são os pontos positivos e negativos do SUSTENTA?
- c) Como é que vê a questão da agricultura em Moçambique?

Obrigado pela colaboração



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIA SOCIAIS

Mestrado em Ciência Política

O presente guião de entrevista tem como objectivo colher dados para serem analisados no âmbito da pesquisa sobre o Programa SUSTENTA de modo a perceber dos pequenos agricultores familiares como descrevem o programa em termos de transformação das suas vidas através da agricultura. O mesmo surge no âmbito da obtenção do grau de Mestre na Universidade Eduardo Mondlane.

Guião de entrevista para Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural – MADER /Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável – FNDS e DNDAF

I. Questões introdutórias

- a) Pode dizer-me algo sobre si? (por exemplo seu nome, idade e a quanto tempo trabalha no Ministério)
- b) Pode dizer-me algo sobre as suas actividades diárias?
- c) Pode explicar o que o FNDS faz?
- d) Quais são os objectivos? as missões?
- e) Como é que estão relacionados com os objetivos do Governo?

II. Apoios à produção familiar:

- a) Como é que vê as políticas, programas e estratégias que vem sendo implementadas ao longo do tempo como forma de galvanizar a agricultura familiar?
- b) Qual é a filosofia por de trás do modelo PACE adotado pelo SUSTENTA para os agricultores familiares?
- c) Como é que vê a questão da transformação do sector agrário?
- d) Existe um quadro de políticas adotado pela instituição que seja compreensivo ao nível dos agricultores familiares?

III. Percepções sobre o SUSTENTA:

- a) Quais são os desafios do modelo PACE adotado pelo SUSTENTA para estimular a economia rural das famílias?
- b) Como é que fazem para melhorar cada vez mais a produção dos agricultores familiares?
- c) De que forma se estruturam e se orientam as componentes do Programa SUSTENTA para apoiar a agricultura familiar?
- d) Como é que vê para o perfil de pequeno agricultor para o Programa SUSTENTA?

IV. Relações entre o PA e o PACE:

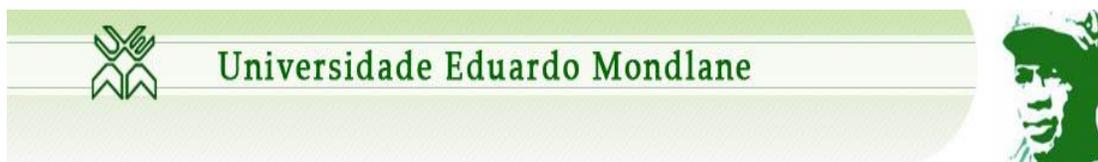
- a) Qual é a visão que se tem sobre a relação entre os agricultores familiares e os PACE?
- b) Será que o modelo de fomento de produção que tomo como integrador o PACE ajuda os agricultores familiares a aumentem a sua renda?
- c) Como e em que periodicidade é feita a distribuição dos Kits de insumo para os PACEs e PA?
- d) Qual tem sido o grau de envolvimento no processo de implementação do SUSTENTA?
- e) Como é que vê a relação entre os extensionista, os PA e os PACE no fomento directo da produção?
- f) De uma forma geral, qual é a avaliação que faz dos pequenos agricultores familiares que se beneficiam do SUSTENTA?

VI. Questões finais:

- a) Como é que vê o progresso do SUSTENTA ao nível dos agricultores familiares?
- b) Qual tem sido o grau de envolvimento no processo de implementação do SUSTENTA?
- c) Os agricultores familiares estão a conseguir garantir a segurança alimentar com o SUSTENTA?
- d) Como é que vê a predisposição dos agricultores familiares em abandonar as formas de produção local?
- e) Como tem garantido que as famílias tenham atempadamente a semente certificada para as suas campanhas de produção?
- f) Há geração de renda e emprego por parte dos agricultores familiares localmente?
- g) Como é que o modelo SUSTENTA ajuda a integrar e a imponderar os agricultores familiares?

Obrigado pela colaboração

Apêndice 2. Guião de entrevista para Pequeno Agricultor Comercial Emergente (PACE)



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

Mestrado em Ciência Política

O presente guião de entrevista tem como objectivo colher dados para serem analisados no âmbito da pesquisa sobre o Programa SUSTENTA de modo a perceber dos pequenos agricultores familiares como descrevem o programa em termos de transformação das suas vidas através da agricultura. O mesmo surge no âmbito da obtenção do grau de Mestre na Universidade Eduardo Mondlane.

Guião de entrevista para Pequeno Agricultor Comercial Emergente (PACE)

I. Questões introdutórias:

- a) Pode dizer-me algo sobre si? (por exemplo seu nome, idade, a quanto tempo vive aqui)
- b) Pode dizer-me algo sobre as suas actividades diárias?
- c) Que tipo de agricultura faz? Se faz a utilização de fertilizantes, semente melhorada?
- d) Fazem tudo à mão ou utilizam máquinas para o trabalho da agricultura?
- e) Pode nos contar sua breve história de como entrou na atividade da agricultura?
- f) Qual é a área total que possui e dessa área qual é a área cultivada?

II. Apoios à produção familiar:

- a) Quais são os requisitos para poder se ser um PACE?
- b) Qual é o tipo de apoio que recebe enquanto PACE por parte do Governo?
- c) E qual é o apoio que recebeu diretamente do SUSTENTA?
- d) O que acha do SUSTENTA é positivo?
- e) Quantos PAs conseguiu integrar no processo de produção desde que começou o SUSTENTA?
- f) Como é que vê o impacto do SUSTENTA para a renda das famílias?
- g) Como é que faz para evitar perdas pós-colheita dos PAs?

III. Percepções sobre o SUSTENTA:

- a) Consegue ter financiamento, acesso ao crédito e mercados para colocar a produção por parte do SUSTENTA?
- b) Como é que ficou a saber do SUSTENTA aqui na província de Gaza?
- c) E como é que os PAs participam na comercialização dentro do SUSTENTA?
- d) Qual é o nível de relacionamento entre PA e a Indústria?
- e) Será que como PACE possui algum plano de investimento. Se sim, quais são os desafios de incorporar os PAs nestes planos de investimento?
- f) Como é que avalia a produção local, é de boa qualidade?
- g) Ouvimos dizer que recebem alguns kits do SUSTENTA, explica de que forma funciona?
- h) Como é que funciona a cadeia de valores do SUSTENTA. Explica nos lá essa coisa de mixes de produção?

IV. Relações entre o PA e o PACE:

- a) Na sua relação com o PA, como é que funciona a cadeia de comercialização no SUSTENTA?
- b) Quais são os ganhos de trabalhar com as Indústrias e com os PA?
- c) Quais são as culturas mais procuradas pelas indústrias e que culturas os PA produzem mais para comer?
- d) Que avaliação faz do suporte que dão aos PA?
- e) Qual é a avaliação que faz da campanha passada, será que houve uma boa produção? E para a presente campanha como é que vê?

VI. Questões finais:

- a) Qual é a avaliação que faz da produção antes do SUSTENTA e agora com o apoio do SUSTENTA?
- b) Como é que fixaram o preço na campanha passada dentro do Programa SUSTENTA?
- c) Será que o preço praticado estimula os pequenos produtores familiares?
- d) De que forma o SUSTENTA tem assegurado a mudança de vidas dos pequenos agricultores familiares?

Obrigado pela colaboração

Apêndice 3: Guião de Entrevista para UNAC; OMR e outros Experts



Universidade Eduardo Mondlane



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIA SOCIAIS

Mestrado em Ciência Política

O presente guião de entrevista tem como objectivo colher dados para serem analisados no âmbito da pesquisa sobre o Programa SUSTENTA de molde a perceber dos pequenos agricultores familiares como descrevem o Programa em termos de transformação das suas vidas através da agricultura. O mesmo surge no âmbito da obtenção do grau de Mestre na Universidade Eduardo Mondlane.

Guião de Entrevista para a UNAC; OMR e para outros Experts

I. Questões introdutórias:

- a) Pode dizer-me algo sobre si? (por exemplo seu nome, ou quando é que começou a trabalhar na OMR?)
- b) Pode explicar o quê o OMR faz?
- c) Quais são os objectivos? e as missões?
- d) Qual é a visão que tem sobre a prática da agricultura em Moçambique?
- e) Como é que vê a aprovação de políticas agrárias pelo Governo para o desenvolvimento do sector?
- f) Qual é a sua opinião sobre a presença de investimentos de grande escala na área da agricultura?

II. Apoios à produção familiar:

- a) Quais são as contribuições que fazem para o sector rural/familiar?
- b) Na sua opinião a predominância da agricultura de subsistência desincentiva a intervenção do Governo na agricultura?
- c) Como é que vê a transformação agrícola a nível rural com a implementação do Programa SUSTENTA?
- d) Qual é a visão que encontra no Programa SUSTENTA com vista a integração das famílias rurais?
- e) Como acha que as Empresas ancoras no âmbito da cadeia de valores do SUSTENTA sejam compatíveis com os sistemas de produção local, sobretudo no preço?

III. Percepções sobre o SUSTENTA:

- a) Que avaliação faz do SUSTENTA? É positivo ou negativo?

- b) Como é que vê as mudanças na questão da modernização agrícola que o Programa SUSTENTA advoga para o empoderamento dos Pequenos agricultores?
 - c) Qual é a sua visão se os agricultores familiares começam a mudar as suas vidas através dos apoios concedidos no âmbito do SUSTENTA?
 - d) Que tipo de transformação acha que é possível, nos agricultores olhando para aquilo que o SUSTENTA esta a fazer, oferecendo sementes, adubos, fertilizantes aos pequenos agricultores?
- IV. Relações entre o PA e o PACE:**
- a) Que apreciação faz da relação existente entre os PACE e os PA?
 - b) Vê no discurso sobre a modernização agrícola refletida a questão de garantir a segurança alimentar dos PA?
 - c) Que experiência conheces sobre o modelo de integração de agricultura usando o PACE como integrador dos demais PA?
 - d) Como acha que os PA podem se beneficiar dos investimentos na agricultura na sua relação com os PACE?
 - e) Acha que o direcionamento dos apoios do Governo aos PACE beneficia aos PA a si vinculados? Porque?
 - f) Nessa relação PACE, PA e extensionista pode-se atingir os objetivos do SUSTENTA satisfatoriamente?
- VI. Questões finais:**
- a) Que tipo de desenho do Programa SUSTENTA acha que pode facilitar a integração dos PA nas cadeias de valor produtivas?
 - b) O que explica as mudanças na agricultura tendo em conta os discursos para o suporte dos grandes investimentos neste sector?
 - c) Qual é a sua visão dos debates com vista a transformação do setor agrário em Moçambique?

Obrigado pela colaboração